



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**À BEIRA DO RIO, NO PANTANAL:
ESPECIFICIDADES DO TURISMO DE PESCA**

Elizabeth Dalana Pazello
Dissertação de Mestrado

BRASÍLIA- DF
2023



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**À BEIRA DO RIO, NO PANTANAL:
ESPECIFICIDADES DO TURISMO DE PESCA**

Elizabeth Dalana Pazello
Dissertação de Mestrado

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB).

Orientador: Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento

BRASÍLIA- DF
2023

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

**À BEIRA DO RIO, NO PANTANAL:
ESPECIFICIDADES DO TURISMO DE PESCA**

Elizabeth Dalana Pazello

Dissertação de Mestrado submetida ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração em Política e Gestão Ambiental, opção acadêmica.

Aprovado por:

Orientador: Prof. Dr. Elimar Pinheiro do Nascimento
(Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília)

Banca Examinadora: Prof. Dr. André de Almeida Cunha
(Examinador interno, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília)

Banca Examinadora: Prof. Dr. José Roberto da Silva Lunas
(Examinador externo, Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/ UEMS)

Brasília, março de 2023.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Graciliana Aparecida Regis Pazello e Dalmor Pazello, pelo cuidado, pelo encorajamento contínuo e pelos valores estabelecidos. Por serem meus exemplos de coragem e minha inspiração para nunca desistir do que se quer alcançar. E por compreenderem todos os meus processos com paciência, respeito, amor e dedicação. À minha mãe pela sensibilidade e por ser fortaleza, e a meu pai pela coragem e por acreditar na manifestação dos seus sonhos.

A minha irmã, Gabriela Eluiza Pazello, por me mostrar, de outra maneira, o encantamento do mundo. Por me ensinar a ter e a fazer o uso do exercício da tolerância. E por me apoiar e me encorajar a sempre seguir minhas intuições e o meu coração.

Ao meu querido orientador, Elimar Pinheiro do Nascimento, pela orientação nessa dissertação. Pelo acolhimento de valor imensurável, não só por me receber sempre de braços abertos, mas também o abraço a nível emocional, mental e espiritual que recebi. Por acreditar em mim, pela compreensão com os meus dias nublados e cinzas e por comemorar comigo os dias ensolarados. Por insistir e lembrar que a natureza da vida é a impermanência, “tudo passa e o dia está lindo”!

Aos professores e aos colegas de pesquisa no Pantanal, em especial ao Mauricio Amazonas e ao José Roberto Lunas, por todas as contribuições durante as etapas do estudo. Mas, também, a Tainá Labrea, Eleusina Rodrigues, César Yuji e Djair Sérgio. Um igual agradecimento aos financiadores da pesquisa no Pantanal (FEA-EMBRAPA) e à CAPES-MEC, pelo apoio durante o Mestrado.

Ao André Cunha e ao João Paulo Faria Tasso pelas contribuições e pela alegria na qualificação da banca. E a este, particularmente, também pela sua expertise na pesquisa do Pantanal e desenho do modelo da cadeia produtiva do turismo de pesca no Pantanal, que me clareou o caminho do primeiro artigo.

Aos professores do CDS/UnB e aos funcionários da sua secretaria pelas conversas, trocas de conhecimentos e pelo suporte durante o Mestrado.

Aos amigos, colegas e colaboradores do Laboratório de Estudos em Turismo e Sustentabilidade (LETS), pelos encontros leves, divertidos e de tanto conhecimento e

sinergia sobre o turismo e suas múltiplas interconexões no Brasil e no mundo. Em especial ao Elimar, João Paulo, Helena, Nayara, Iara, Rayane, Daniela Rocco e ao Mozart, para lembrar os mais presentes junto a mim.

Aos amigos que ganhei com o projeto Re(vi)vido Êxodos pela força, garra, e determinação e por mostrar que a caminhada é contínua. Pelos suportes e pelas risadas. Afinal, como diz, meu amigo e professor, Luis Guilherme: “tudo é aula!” Sempre há a terceira margem do rio, o que importa é a travessia! ! Ao Marquinhos pela sensibilidade, generosidade, amorosidade e resiliência.

Aos amigos Évellin Lima, Daniel Noble e Barbara Rodrigues por estarem juntinhos de mim, apesar da longa distância e saudades! Pelas chamadas de vídeo, pelos encontros surpresos... por serem âncora e brisa suave na minha vida.

Ao meu mestre de capoeira Fábio Aurélio por me amparar e me encorajar a ser uma pessoa melhor, a ver as coisas por outra perspectiva e por sua escuta ativa e afago. Por fazer da capoeira e dos dias de treino o meu momento de paz, de pura presença na Terra! Aos amigos e colegas da capoeira, em especial a Bia Prado, a Sabrina, a Ana Clara, a Gil, ao Gabriel Filipe, aos Danieis (Rocha e Alves), a Ester, a Isa, ao Calbi, pelos desafios, parcerias e pelos momentos alegres.

E a todos aqueles que de alguma forma fizeram parte e contribuíram para a realização dessa pesquisa e para a minha formação na Pós-graduação do mestrado em desenvolvimento sustentável no Centro em Desenvolvimento Sustentável (CDS)/ Universidade de Brasília (UnB).

ADVERTÊNCIA

A presente dissertação tem sua origem na pesquisa solicitada pela Agência Nacional de Águas (ANA) de título “Estudo de Avaliação dos Efeitos da Implantação de Empreendimentos Hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai e para Suporte à Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – RHP”. O projeto foi financiado pela ANA, por intermédio da Fundação Eliseu Alves (FEA-EMBRAPA), tendo como parceiros e suporte o CDS/UnB e outras instituições federais nos estados de Mato Grosso, UNEMAT, e Mato Grosso do Sul, UEMS e Embrapa. O segmento da pesquisa que coube ao CDS/UnB foi a análise socioeconômica dos impactos provocados pela construção empreendimentos hidrelétricos, sobretudo Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Este segmento, sob a coordenação do professor Mauricio Amazonas, estudou em particular os impactos sobre a pesca artesanal profissional, praticada por pescadores profissionais; a pesca turística, voltada para os turistas amantes da pesca que provem de diversos estados do Brasil, e, a pesca difusa, aquela praticada por não profissionais de pesca habitantes da região.

Esta dissertação é elaborada em formato de artigos. A sua origem foi o trabalho de campo que realizei com a equipe da pesquisa do CDS/UnB, e o relatório sobre o turismo de pesca, do qual foi a relatora principal. Foi um trabalho de campo que se estendeu por quase três anos, percorrendo todos os destinos turísticos importantes da região, entrevistando seus principais atores e aplicando questionários junto à população em geral. Trabalho que desenvolvi com meus colegas de equipe ou, eventualmente, sozinha. Nele aprendi o ofício da pesquisa de campo, observar os costumes e inquirir turistas, gerentes, pescadores e habitantes locais em busca de entender a lógica da pesca no Pantanal, particularmente a do turismo de pesca.

RESUMO

O presente trabalho se pautou no estudo acerca da temática do Turismo de Pesca, tendo como lócus de pesquisa o Pantanal Brasileiro. O Pantanal, a maior área inundável do planeta, é considerado um dos biomas mais sensíveis. O seu diferencial reside no regime hídrico bem definido de cheias e vazantes e na extensa biodiversidade. Toda essa riqueza atrai inúmeros visitantes, permitindo que atividades como o turismo de natureza, ecoturismo e turismo de pesca sejam estruturados e desenvolvidos. Como atividade econômica, o turismo de pesca possui uma cadeia produtiva interligada a diversos produtos e serviços específicos. Nesse sentido, o objetivo foi o de compreender a dinâmica e as especificidades do segmento de turismo de pesca em destinos turísticos do Pantanal brasileiro. Os aspectos metodológicos constam de: a) levantamento documental e bibliográfico, para a construção da discussão teórica; b) contextualização multidimensional do *locus* de estudo; c) aplicação de questionários *survey* com estabelecimentos e serviços de cunho turístico; e d) entrevistas com atores-chave e conversas informais com turistas nos destinos turísticos. Os resultados evidenciam a relevância dessa atividade econômica para a região. A cadeia produtiva do turismo de pesca, desenhada na dissertação, permitiu compreender a dinâmica do segmento turístico na região e identificar as conexões entre os elos que a compõem. Dentre as especificidades observadas, constatou-se quatro principais: a) a atratividade da prática da pesca, por meio da piscosidade dos rios; b) o prazer do habitat próprio da pesca (contemplação da paisagem, o movimento das águas, o silêncio, o repouso); c) a fidelidade do turista ao destino; e d) a desintermediação, provocada pela centralidade que os meios de hospedagem ocupam na sua cadeia produtiva. Essa dissertação também permitiu um olhar sobre os impactos da pandemia da COVID-19 no turismo do Mato Grosso do Sul. Com seu auge em 2020 no Brasil, as restrições das viagens e o isolamento social, como medidas de prevenção de saúde e controle, provocaram uma queda no fluxo de visitantes e na dinâmica da atividade. Em decorrência da crise, a interrupção do turismo provocou o fechamento de estabelecimentos, entre outros problemas econômicos e sociais. O objetivo foi de construir os elos de aprendizado com as perspectivas de retomada das atividades turísticas em MS, a partir das mudanças e decisões tomadas durante a crise pandêmica. Os resultados do estudo apontam para a necessidade de ações que permitam fortalecer os municípios e os pequenos empreendimentos com maiores fragilidades. Sinalizando para as perspectivas de diversificação da oferta, aprimoramento da gestão e busca por segmentação junto a novos praticantes da pesca esportiva amadora, e posicionamentos mais sustentáveis de negócios e destinos.

Palavras-chave: Turismo de Pesca. Pantanal. Cadeia produtiva do turismo. Segmentação do turismo. Desintermediação.

ABSTRACT

The present work was based on the study about the theme of Fishing Tourism, having as research locus the Brazilian Pantanal. The Pantanal, the largest floodable area on the planet, is considered one of the most sensitive biomes. Its differential lies in the well-defined water regime of floods and ebbs and in the extensive biodiversity. All this wealth attracts countless visitors, allowing activities such as nature tourism, ecotourism and fishing tourism to be structured and developed. As an economic activity, fishing tourism has a productive chain interconnected with several specific products and services. In this sense, the objective was to understand the dynamics and specificities of the fishing tourism segment in tourist destinations in the Brazilian Pantanal. The methodological aspects consist of: a) documentary and bibliographic survey, for the construction of the theoretical discussion; b) multidimensional contextualization of the locus of study; c) application of survey questionnaires with tourist establishments and services; and d) interviews with key actors and informal conversations with tourists in tourist destinations. The results show the relevance of this economic activity for the region. The productive chain of fishing tourism, designed in the dissertation, allowed understanding the dynamics of the tourist segment in the region and identifying the connections between the links that compose it. Among the observed specificities, four main ones were found: a) the attractiveness of fishing, through the fishiness of the rivers; b) the pleasure of the fishing habitat (contemplation of the landscape, the movement of the waters, silence, rest); c) tourist loyalty to the destination; and d) disintermediation, caused by the centrality that accommodation facilities occupy in its production chain. This dissertation also allowed a look at the impacts of the COVID-19 pandemic on tourism in Mato Grosso do Sul. With its peak in 2020 in Brazil, travel restrictions and social isolation, such as health prevention and control measures, caused a drop in the flow of visitors and the dynamics of activity. As a result of the crisis, the interruption of tourism caused the closure of establishments, among other economic and social problems. The objective was to establish learning links with the perspectives of resuming tourist activities in MS, based on the changes and decisions taken during the pandemic crisis. The results of the study point to the need for actions that make it possible to strengthen municipalities and small enterprises with greater weaknesses. Signaling the perspectives of diversification of the offer, improvement of management and search for segmentation with new practitioners of amateur sport fishing, and more sustainable positioning of businesses and destinations.

Keywords: Fishing Tourism. Pantanal. Production chain of tourism. Tourism segmentation. Disintermediation.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|-----------------------------------------------------------------|----|
| FIGURA 1. Diagrama da Cadeia Produtiva do Turismo de Pesca..... | 32 |
| FIGURA 2. Subcategorias de documentação da Pesca Amadora. | 41 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| TABELA 1. Número de Meios de Hospedagem existentes nos destinos turísticos de Mato Grosso, 2018. | 57 |
| TABELA 2. Síntese dos meios de hospedagem entrevistados: fluxo turístico, renda e emprego dos estabelecimentos nos municípios de Mato Grosso, 2018. | 58 |
| TABELA 3. Quantidade de Meios de Hospedagem em Mato Grosso do Sul, 2019..... | 59 |
| TABELA 4. Síntese de meios de hospedagem entrevistados: fluxo turístico, renda e emprego dos estabelecimentos nos municípios de Mato Grosso do Sul, 2018. | 61 |
| TABELA 5. Socioeconomia dos principais municípios de pesca do Pantanal Sul. | 80 |
| TABELA 6. Quantidade de Meios de Hospedagem em Mato Grosso do Sul, 2019..... | 80 |
| TABELA 7. Licenças de pesca emitidas por modalidade em Mato Grosso do Sul de 2014 a 2020. | 82 |
| TABELA 8. Embarques mensais em barcos-hotéis. | 85 |
| TABELA 9. Adesões ao selo de turismo responsável nos municípios que exploram turismo de pesca. | 87 |

LISTA DE MAPAS E GRÁFICO

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| MAPA 1. Principais destinos do turismo de pesca na Região Hidrográfica do Paraguai, Brasil, 2017..... | 56 |
| MAPA 2. Principais locais de turismo de pesca no Pantanal Sul. | 79 |
| GRÁFICO 1. Número anual de turistas em barcos-hotéis. | 85 |

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

| | |
|-----------------|--------------------------------------------------|
| ANA | Agência Nacional de guas |
| CPTP | Cadeia Produtiva do Turismo de Pesca |
| COVID-19 | Doença do Coronavírus |
| EH | Empreendimento Hidrelétrico |
| MAPA | Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento |
| MPA | Ministério de Pesca e Aquicultura |
| MS | Mato Grosso do Sul |
| MT | Mato Grosso |
| MTur | Ministério do Turismo |
| OMT | Organizao Mundial do Turismo |
| PCH | Pequena Central Hidrelétrica |
| RHP | Região Hidrográfica do Paraguai |
| SAP | Secretaria de Aquicultura e Pesca |
| SP | São Paulo |
| TP | Turismo de Pesca |
| UHE | Usina Hidreltrica |
| UNWTO | World Tourism Organization |

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| CAPÍTULO I (ARTIGO 1) | 23 |
| A CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO DE PESCA (CPTP) NO PANTANAL BRASILEIRO..... | 23 |
| CAPÍTULO II (ARTIGO 2)..... | 48 |
| ESPECIFICIDADE DO TURISMO DE PESCA: CENTRALIDADE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM, DESINTERMEDIÇÃO E FIDELIDADE | 48 |
| CAPÍTULO III (ARTIGO 3)..... | 71 |
| TURISMO DE PESCA NO PANTANAL SUL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS, RISCOS E DESAFIOS DA PANDEMIA DA COVID-19 | 71 |
| CONCLUSÃO GERAL | 93 |
| REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO GERAL..... | 100 |
| APÊNDICES | 107 |

INTRODUÇÃO

O turismo tem se tornado um grande vetor de desenvolvimento econômico, social e cultural em todo o mundo. Porém, é uma realidade muito plural. Há muitos tipos de turismo, vários segmentos e múltiplas conformações. Assim, em cada local produz efeitos benéficos ou não sobre o meio ambiente e as populações locais, sobre os turistas e os empresários. Sem dúvida traz desenvolvimento, contudo, muitas vezes, também mazelas.

O Ministério do Turismo (MTur, 2006) concebe o turismo em 11 segmentos considerados prioritários para o desenvolvimento no País, a saber: ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de esportes, turismo náutico, turismo de aventura, turismo de sol e praia, turismo de negócios e eventos, turismo rural, turismo de saúde e turismo de pesca. Cada qual possui especificidades que variam conforme as atratividades locais, a organização da cadeia produtiva, as práticas e costumes específicos, a estrutura física utilizada e a cultura local do destino, que impacta e define seu público consumidor (o fluxo turístico).

O Turismo de Pesca, um desses 11 segmentos prioritários, é o tema de interesse da presente dissertação. A motivação pelo tema surgiu em decorrência da participação em um estudo financiado pela Agência Nacional de Águas (ANA), entre junho de 2017 a maio de 2020, sobre Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e seus possíveis impactos no Pantanal, incluindo o segmento de turismo de pesca. A participação no referido estudo permitiu registrar que esse turismo possui relevância nacional, especificamente em destinos como Pantanal e Amazônia, entre outros.

O Pantanal é a maior planície inundável do planeta e está entre os destinos mais importantes no Brasil para o Turismo de Pesca (FUNDTUR, 2018). A parte brasileira do Pantanal encontra-se na região Centro-Oeste, com mais de 190.000 km², estendendo-se pelos estados de Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS). Fora do Brasil ele se estende pela Bolívia e Paraguai (JOIA; CARAVASSILAKIS, 2015). Trata-se de um bioma de rica biodiversidade, marcado pelo movimento constante das águas, que se distribuem pelo período das cheias e da vazante.

Desde a década de 1970, o Turismo de Pesca tem se desenvolvido com força no Pantanal, mudando a sua configuração econômica, social e ambiental. Uma das

atividades econômicas predominante nesse bioma concentra-se na agricultura extensiva e na pecuária que, com o passar dos anos, corroborou com impactos negativos ao meio ambiente. A contaminação das águas pelo uso de agrotóxicos e o assoreamento causado pelo desmatamento das margens dos rios são alguns dos exemplos que impactaram a vida de ribeirinhos e de pescadores, sejam eles profissionais, de subsistência ou de lazer (BADUCCI, 2006).

Nessa perspectiva, o Turismo de Pesca se manifesta como uma possibilidade de desenvolvimento para o Pantanal, e o Brasil, com a oferta de bens e serviços e, assim, a geração de postos de trabalho e a movimentação do fluxo de pessoas. No entanto, há insuficiência de dados consistentes que valorem a atividade do segmento em termos de desenvolvimento socioeconômico (ABREU *et al*, 2015; DITTON *et al*, 2002), além de poucas pesquisas que enfoquem a pesca turística e de lazer (BORCH *et al.*, 2008).

Somado a isso, a definição do conceito não é clara. Isso é evidenciado quando o Ministério do Turismo define o Turismo de Pesca apenas como “atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora” (MTur, 2006; SEBRAE, 2010). O Parlamento Europeu, por sua vez, define o Turismo de Pesca como “atividades de pesca recreativa organizadas pelos pescadores, incluindo as atividades realizadas com uma lancha comandada ou embarcação que leva passageiros ao mar para a realização de atividades de pesca recreativa, como uma atividade paralela e complementar à sua atividade fim” (EUROPARL, 2021). Muitos consideram o turismo de pesca como atividade onde o turista pesca em outro estado que não o seu próprio (DITTON, 2002), o que difere da definição da OMT que conceitua o turista como quem se desloca para fora de sua residência e pernoita no destino (OMT, 2001).

Evidentemente que as definições supracitadas são insuficientes. O que falta compreender é: o que e quais são essas atividades turísticas de pesca? Como elas se caracterizam? Qual a cadeia de serviços que ela movimenta? Qual o volume de recursos financeiros produzidos e circulantes nessa cadeia de valor? Quais suas diferenças internas e externas, ou seja, com a prática da pesca amadora não turística ou da “pesca difusa”¹? Enfim, a natureza diferenciada desta atividade, como um dos segmentos do turismo. Falta precisão nos conceitos e falta elementos nas concepções. Nesse sentido, faz-se necessário obter dados sobre as dimensões do Turismo de Pesca.

¹ Conceito desenvolvido na pesquisa supracitada.

Para compreender esse fenômeno específico da pesca turística, a presente pesquisa se propõe a trazer as definições do conceito de Turismo de Pesca, a compará-lo com outros segmentos, buscando seus elementos de diferenciação. No entanto, a pesquisa não pretende esgotar o assunto, apenas contribuir para a problemática, chamando atenção para determinadas especificidades deste segmento da pesca turística.

1. Objeto de pesquisa

O turismo é considerado como um fenômeno transdisciplinar (BENI e MOESCH, 2017). Para compreender sua complexidade, é necessária a interconexão de áreas distintas do conhecimento, com seus múltiplos olhares, tendo por base, entre outros, a sociologia, a antropologia, a economia, a história, a geografia, a administração e a ecologia. O turismo é “de ordem econômica, espacial e social” (JOIA & CARAVASSILAKIS, 2015, p. 247) com grande potencial de crescimento e poder de transformação do território, onde o “espaço e tempo são os eixos nos quais o turismo acontece e se desenvolve” (COOPER *et al.*, 2011, p. 05).

Uma característica primordial do turismo é o deslocamento. Ele está pautado no movimento de ida e vinda do turista que sai do seu local de origem para o local de destino. A Organização Mundial de Turismo (OMT) define esse fenômeno como “as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (OMT, 2001, p. 38). Nesse trânsito, inúmeros serviços e produtos são consumidos, desde a comunicação antes da viagem por meio das agências ou internet, transporte utilizado, o intercâmbio cultural, os alimentos e as acomodações de hospedagem.

Nesse último aspecto supracitado, a hospitalidade, é uma das chaves que caracteriza e diferencia o turismo. A hospitalidade funciona como um rito que se manifesta antes (na escolha do turista), durante (no gozo dos prazeres proporcionados pela boa hospedagem) e após a viagem (na memória afetiva que persiste).

A experiência turística compreende duas categorias básicas: tempo e espaço (CARMAGO, 2015). Segundo Carmago, o tempo tem a ver com os períodos despendidos pelo viajante no usufruto dos equipamentos turísticos (recepção, meios de

hospedagem, serviços de alimentos e bebidas, atividades de entretenimento), e o espaço é onde acontece a experiência turística (públicos, comerciais, virtuais, domésticos).

A atividade turística e seus fluxos têm acarretado desenvolvimento social e econômico no Brasil e no mundo. Sobre a importância do turismo, segundo dados do Ministério do Turismo e OMT (MTUR, 2019), o fluxo receptivo internacional foi de 1.401 bilhão de turistas, que se movimentaram pelo mundo em 2018. Desse fluxo, o Brasil recebeu 6,6 milhões de turistas. A sua receita cambial foi de 1.448 bilhão de dólares no mundo e 5,9 bilhões de dólares no Brasil. A França, a Espanha e os Estados Unidos lideram o ranking tendo recebido, respectivamente, 89,4 milhões, 82,8 milhões e 79,7 milhões de pessoas. O Brasil, no mesmo ano, ocupou a posição de número 50 nesse ranking (UNWTO, 2019).

Em 2018, o turismo internacional ocupou o 3º lugar no mundo com relação à exportação de ganhos por categoria, ficando atrás somente de combustíveis (US\$ 2.408 bilhões) e produtos químicos (US\$ 2.237 bilhões). Somado as receitas do turismo internacional ao transporte internacional de passageiros, esse setor teve uma exportação de ganhos de US\$ 1.712 bilhões (UNWTO, 2019).

As motivações da prática da atividade turística são amplas e diversas, entre outras, a busca pelo lazer, dos negócios, da saúde, da religiosidade, do esporte e da natureza (COOPER *et al.*, 2011). As preferências e decisões dos turistas variam de acordo com a segmentação da oferta, ou seja, a partir da existência de características comuns em um dado território (MTUR, 2010) consolidadas como um produto turístico (MTUR, 2007).

Toda a gama de serviços, equipamentos, instalações físicas que são dedicadas e estruturadas de alguma forma para atender a atividade turística configuram a cadeia produtiva de turismo. Ela é definida como o “conjunto de organizações que funcionam como um sistema no qual cada atividade se completa e impacta no mercado e na experiência do viajante” (FECOMÉRCIO, 2019). Além disso, a cadeia produtiva “pressupõe a existência de um produto ou de um atrativo turístico que, em determinado território, atua como elemento indutor para gerar uma dinâmica integradora entre as diferentes atividades que compõem o setor” (IPARDES, 2008, p. 05). Tudo que permeia

o turismo está interligada em rede, cada esfera e estrutura tem papel fundamental na composição e execução da atividade turística.

O Pantanal mato-grossense, patrimônio natural da humanidade, tem sido marcado por atividades econômicas de exploração intensa e desordenada (plantações de monocultura e pecuária extensiva - criação de gado). Essas atividades têm ameaçado a pesca, prática tradicional na região que tem os rios como principal fonte de sustento. Tanto a pesca profissional artesanal quanto a pesca difusa (praticada por amadores não turistas, incluindo a pesca de subsistência) utilizam desse recurso tanto para a sobrevivência social e econômica quanto para o lazer.

O Pantanal é destino referência de pesca no país (CATELLA, 2003). A abundância hídrica, as paisagens que apenas esse bioma oferece, a extensa e rica biodiversidade de flora, fauna, em especial, de peixes existentes, conferem seu grande potencial (GIRARD & VARGAS, 2008). No que tange a cadeia produtiva de turismo no Pantanal, ela não é muito organizada e apresenta diferentes configurações, com forte grau de informalidade (MTUR, 2010).

Além disso, com o advento da tecnologia da informação, mais especificamente da internet, nota-se o fator da desintermediação, tendência mundial que tem ocorrido em vários setores econômicos e com o turismo não é diferente (TAVARES & NEVES, 2011; FILHO, SILVA & FERREIRA, 2014). No turismo, geralmente, quando o turista compra um pacote, ele participa do processo de intermediação, onde empresas especializadas chamadas de canais de distribuição fazem o papel de atravessadores (BENI, 2003), conectando cliente – serviços – destinos. As agências de viagens ilustram bem esse exemplo. Nesse sentido, a desintermediação é o processo pelo qual há “o aumento do contato direto entre os ofertantes dos principais serviços turísticos com os demandantes (turistas em potencial), reduzindo ou até mesmo eliminando intermediários [...]” (TAVARES E NEVES, 2011, p. 5).

No Turismo de Pesca no Pantanal, especificamente, os meios de hospedagem se constituem como importantes equipamentos para o desenvolvimento da atividade e ocupam uma centralidade dentro da cadeia produtiva (JOIA & CARAVASSILAKIS, 2015), pois alguns ofertam diversos serviços no mesmo ambiente para além da hospedagem. Tem-se, por exemplo, o agenciamento, o transporte/traslado, a

alimentação, os instrumentos para a pesca (barco, petrechos, isca, etc.) e o guia condutor da pesca - chamado piloteiro, provindo de um mesmo centro, normalmente o meio de hospedagem. Entender essa dinâmica é fundamental para compreender o segmento de Turismo de Pesca.

Em relação ao turismo de pesca, “o Brasil dispõe de recursos com potencial para atrair pescadores do mundo” (MTur, 2010, p. 11). Entre os diversos potenciais estão a diversidade de ictiofauna, as várias bacias hidrográficas, além dos recursos hídricos em abundância (rios, mares, lagos, mangues, reservatórios hidrelétricos, etc.).

A pesca, dividida entre marítima e fluvial ou de interior, não tem um quadro institucional estável no Estado brasileiro (secretarias municipais, secretarias estaduais, ministérios, etc.). Esta instabilidade institucional é em parte responsável pela deficiência de dados, quando ao buscar por informações e projetos sobre pesca e turismo de pesca no endereço eletrônico federal não se encontram ações específicas com metas e prazos de exequibilidade (MAPA, 2020).

Ainda recentemente, 2015, ocorreu a extinção do Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), e sua alocação atravessou alguns ministérios, aportando no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como Secretaria de Aquicultura e Pesca (SAP). Dentro do SAP encontra-se o Departamento de Desenvolvimento e Ordenamento da Pesca que é responsável por planejar e ordenar a atividade da pesca no âmbito nacional, seja ela comercial ou não comercial (artesanal, científica, amadora, industrial e de subsistência). No que se refere ao turismo de pesca, a ação de trabalho apresentada é o “fortalecimento do turismo sustentável por meio da pesca esportiva” (MAPA, 2019), sem definições claras de atuação. Atualmente, com o terceiro governo Lula (2023/2026), foi recriado o Ministério da Pesca.

A conceituação do segmento de turismo de pesca na esfera governamental brasileira é precária, como vimos. Mas, as definições na legislação internacional também deixam a desejar, não contemplando a atividade como um todo, limitando-se a interação do turista em apenas observar a prática da pesca por pescadores profissionais e/ou que sejam apenas realizadas em embarcações em águas marítimas (MUÑOZ, 2018). Essa concepção é insuficiente e excludente, tendo em vista que a pesca é também realizada pelos próprios turistas e na beira dos rios, em ranchos, barcos hotéis e

pesqueiros (BADUCCI, 2006). Além disso, essas definições não abordam práticas sustentáveis, necessárias para a manutenção e desenvolvimento desta atividade, assim como, a sua coexistência com outras atividades econômicas. Afinal, a pesca é a atratividade central desse segmento turístico, e a conservação dos locais de reprodução e de estoque suficientes para a reprodução das espécies é essencial ao turismo de pesca.

Inserido nesse contexto, o Pantanal, considerado como um dos grandes destinos turísticos de turismo de pesca do País, não possui um planejamento e gestão organizados entre as instâncias governamentais e os empreendimentos de prestação de serviços que valorizem o desenvolvimento da atividade.

Dentre as atividades nefastas ao meio ambiente estão o assoreamento dos rios pelo desmatamento até suas margens, a poluição das águas causada pelo uso de agrotóxicos na terra que acabam intoxicando também a vida aquática, assim como, o lançamento de esgoto sobre os afluentes e, finalmente, a construção de barragens que impedem a necessária circulação dos peixes migrantes para a sua reprodução. A estas atividades somam-se aquelas praticadas por pescadores amadores ou profissionais, seja em época de defeso ou com o uso de instrumentos proibidos, disseminando a pesca predatória. Esse fato criou um êxodo rural dos ribeirinhos e pequenas comunidades (BADUCCI, 2006).

O turismo de pesca, que chega ao Pantanal no final dos anos 1970, surge como contraponto, com novas possibilidades econômicas para esses indivíduos antes excluídos (GIRARD & VARGAS, 2008), promovendo um êxodo urbano para atender a demanda de turistas no Pantanal. Profissões como pescadores profissionais, coletores de iscas vivas (pequenos peixes e crustáceos) e roteiros de barcos começaram a crescer significativamente, assim como a infraestrutura para hospedagem (hotéis, campings e ranchos) e profissões derivadas (camareiras, cozinheiras e garçons).

No entanto, pela ausência de planejamento e gestão da atividade, além da falta de definição clara e específica desse segmento turístico, alguns impactos negativos foram gerados e têm se acumulado ao longo do tempo. Mesmo contribuindo economicamente, cria-se uma preocupação com os agentes do segmento de turismo de

atrativos naturais pela exploração que se dá nas baías e corixos² com a captura das iscas sem técnicas de manejo.

Outras questões inexistentes ou ineficazes como o tratamento de resíduos sólidos e esgoto e degradação das margens dos rios pela construção de equipamentos turísticos (meios de hospedagem e alimentação) preocupam a conservação do ambiente (BADUCCI, 2006). Ainda, em alguns lugares houve o aumento do esforço de pesca em quase toda região e redução do estoque de peixe, sobretudo os mais comerciais. Efeitos que impactam a população local que em sua maioria adotam a pesca como meio de sobrevivência, complemento alimentar ou lazer.

Ademais, desde o início do século XXI instalou-se uma competição entre o turismo de pesca e a pesca profissional artesanal, e mesmo a de subsistência. (ABREU *et al.*, 2015; DITTON *et al.*, 2002). Essa disputa e a ineficiente fiscalização somam-se como fatores à prática da pesca predatória, tanto pelo turista quanto pelo pescador profissional, que se dá pela captura de peixes além do permitido ou em tamanhos menores, pelo uso de petrechos proibidos ou pela pesca no período da piracema ou defeso (época de reprodução dos peixes).

No entanto, para compreender o turismo de pesca local é necessário compreender melhor os meandros e características da cadeia produtiva desse segmento e como ela se organiza atualmente (SUDRÉ, 2019). Essa ideia é relevante e contribui para caracterizar o segmento no Pantanal.

Foram selecionados os municípios no Pantanal com maior relevância na prática de pesca turística. Os destinos mais conhecidos são Cáceres em Mato Grosso (MT), Coxim e Corumbá em Mato Grosso do Sul (MS). Corumbá e Cáceres são dois destinos conhecidos pelo turismo de pesca, de visibilidade nacional e com estruturas de diversos barcos-hotéis para atender o variado público. Cáceres ainda possui o maior evento esportivo de pesca amadora do país, e a nível internacional, tendo entrado no *Guinness World Records*. E Coxim por ter configurações distintas, onde não existe a presença de

² Corixo: “curso de água de dimensões variadas, assim como sua intensidade de vazão, podendo ser um brejo, ou canal, ou, ainda, um curso de água estacional (sazonal). A origem de um corixo está relacionada ao período após as cheias ou vazantes, quando muitas vezes o corixo corre em um leito abandonado de um curso de água qualquer. Termo muito utilizado no Pantanal sul-mato-grossense, os corixos são formados quando sangram os rios para a planície pantaneira, contribuindo para o *enchimento* da região, cuja direção é a mesma que a do rio de onde sangrou” (CAMPESTRINI, 2014).

barcos hotéis e por não ser tão reconhecido quanto os outros dois. É mais comum a presença de ranchos, barrancos e decks para a pesca, locais mais tranquilos à beira-rio. Apesar da reconhecida importância do Turismo de Pesca (TP) não se tem um conhecimento aprofundado deste segmento turístico e das especificidades que o diferencia de outros. O resultado principal da pesquisa realizada é de que o TP tem três especificidades centrais, ou seja: a) a centralidade dos meios de hospedagem na cadeia produtiva; b) a desintermediação decorrente deste fato e, c) a fidelidade do turista ao destino de pesca.

Assim, ademais da especificidade evidente de que é um turismo que tem na pesca a sua maior atratividade, deve-se acrescentar que a atividade de pesca não se resume ao ato puro e simples da pesca. Em torno dela há a paisagem, o descanso que o movimento da água nos traz, o silêncio que conforta, a emoção da pesca, o preparo da comida e seu compartilhamento com amigos/familiares. A pesca é também uma atividade que vai além da recreação, levando inclusive pessoas que não comem peixe a praticar a pesca, com o único objetivo, como disse um dos entrevistados, “de encontrar os amigos”. Ou como disse uma entrevistada, esta empresária, “nada paga a pesca, é o que quebra o meu estresse da semana”.

De modo a abarcar os elementos da temática do turismo de pesca, A presente dissertação está dividida em três capítulos, além desta introdução e da conclusão. O primeiro capítulo desenha a cadeia produtiva do turismo de pesca na região do Pantanal Brasileiro. O segundo capítulo traz a luz as principais especificidades do turismo de pesca no Pantanal Brasileiro, tendo em vista a centralidade dos meios de hospedagem. O terceiro capítulo aborda o turismo de pesca no Pantanal Sul brasileiro e os impactos advindos da Covid-19.

CAPÍTULO I (ARTIGO 1)

A CADEIA PRODUTIVA DO TURISMO DE PESCA (CPTP) NO PANTANAL BRASILEIRO

The Fishing Tourism Production Chain in the Brazilian's Pantanal

Resumo

O turismo de pesca é um segmento de muito potencial no território brasileiro, pela abundância de recursos hídricos e pela piscosidade existentes, tanto marítimo quanto fluvial, como nos rios, lagos e mares. O Pantanal brasileiro é um dos destinos turísticos de pesca mais conhecidos e renomados do país, atraindo turistas de várias regiões. Dada a sua importância, é necessária a compreensão dos elementos que compõem esse segmento, suas especificidades, que permitem a dinâmica da atividade no local, ou seja, a cadeia produtiva do turismo de pesca. Com a identificação e caracterização das especificidades do turismo de pesca, pretende-se, como objetivo geral, identificar e analisar os elementos que compõem a cadeia produtiva do turismo de pesca no Pantanal brasileiro. A metodologia consta de: a) consulta bibliográfica e documental; b) trabalho de campo com observação direta, pesquisa *survey*, aplicação de questionários junto a determinados segmentos sociais, e entrevistas, com atores-chaves; c) organização dos dados e desenho do modelo da cadeia produtiva do turismo de pesca. Os resultados permitiram o desenho da cadeia produtiva do turismo de pesca com a identificação de 15 elos interconectados, divididos em quatro categorias: Agenciamento, Operação e Transporte (AOT); Alimentação, Hospedagem e Comércio (AHC); Informação, Legislação e Fiscalização (ILF); Atrativos, Eventos e Organizações de Classe (AEO).

Palavras-chave: Turismo de pesca. Produto turístico. Cadeia produtiva do turismo. Pantanal.

Abstract

Fishing tourism is a segment with great potential in the Brazilian territory, due to the abundance of water resources and the existing fish, both maritime and fluvial, as well as in rivers, lakes and seas. The Brazilian Pantanal is one of the best known and most renowned fishing tourist destinations in the country, attracting tourists from various regions. Given its importance, it is necessary to understand the elements that make up this segment, its specificities, which allow the dynamics of the activity in the place, that is, the productive chain of fishing tourism. With the identification and characterization of the specificities of fishing tourism, it is intended, as a general objective, to identify and analyze the elements that make up the productive chain of fishing tourism in the Brazilian Pantanal. The methodology consists of: a) bibliographical and documentary consultation; b) field work with direct observation, survey research, application of questionnaires with certain social segments, and interviews with key actors; c)

organization of data and design of the fishing tourism production chain model. The results allowed the design of the productive chain of fishing tourism with the identification of 15 interconnected links, divided into four categories: Agency, Operation and Transport (AOT); Food, Lodging and Trade (AHC); Information, Legislation and Supervision (ILF); Class Attractions, Events and Organizations (AEO).

Keywords: Fishing tourism. Tourist product. Production chain of tourism. Pantanal.

INTRODUÇÃO

O turismo é um fenômeno social (BENI, 2004) e transdisciplinar. Configura-se como um sistema complexo, devido à dinâmica diversificada e aos inúmeros fatores externos à sua construção que influenciam no seu desenvolvimento. Como sistema, o turismo produz e agrega uma ampla malha de produtos e serviços a serem consumidos pelos turistas e visitantes em um determinado território.

O produto turístico é um conjunto composto de bens e serviços – tangíveis e intangíveis – organizados de maneira que possam satisfazer as percepções e expectativas dos visitantes em um determinado destino (COOPER *et al.*, 2001). Esses bens e serviços são produzidos nas diversas unidades econômicas, mas vão sendo enriquecidos ao longo da cadeia até o consumidor final (turista). Assim, o produto turístico é o somatório de recursos naturais, culturais e serviços produzidos por uma pluralidade de empresas e empreendedores, em que uns operam a transformação da matéria prima em produto acabado e outros oferecem seus bens e serviços. O turismo tem como diferencial o fato de ser produzido e consumido, praticamente, em um determinado local, de modo que o consumidor se desloca para a área de destino e consumo, assim como, a maioria dos produtores (BENI, 2004).

Para alguns especialistas o turismo é uma atividade econômica que pode interagir até com 52 outras atividades produtivas, constituindo, assim, uma malha ampla e complexa de atividades encadeadas. O montante das atividades envolvidas depende da natureza e tipo de turismo, que varia do turismo de paisagem ao turismo de negócio, passando por diversos outros tipos, como sol e mar, religioso, cultural, inclusive o turismo de pesca (MTUR, 2021). Em geral, enquanto cadeia produtiva o turismo é dividido em três grandes blocos. O bloco central é composto pelas atividades diretamente vinculadas ao negócio turístico e tem como centro e atividade âncora os

“alojamento e alimentação”, segundo definição do IBGE, e que outros estudiosos definem com meios de hospedagem e serviços de alimentação ou restauração.

De forma geral, as atividades turísticas reúnem, além dos atrativos, meios de hospedagem e restauração, atividades contíguas como agências de viagem, receptivos, meios de transporte, guias e condutores turísticos, equipamentos, entre outros (SEBRAE, 2008). O encadeamento de todos esses elementos supracitados compõe a cadeia produtiva do turismo. Dessa forma, a cadeia produtiva do turismo pode ser definida como um conjunto de “interações sequenciadas de atividades e segmentos produtivos que convergem para a produção de bens e serviços, articulando o fornecimento dos insumos, o processamento, a distribuição e a comercialização” (SEBRAE, 2008, p. 09), e assim, favorece a interligação do sistema produtivo com o mercado consumidor.

Os elementos (bens, serviços e estruturas) que compõem uma cadeia produtiva de turismo vão depender de qual é a motivação do turista e de qual segmento se está trabalhando no destino. Essas interações são dinâmicas e moldáveis, tendo em vista o suprimento da necessidade do consumidor e das intenções dos diversos agentes e instituições envolvidas.

Há vários tipos de Turismo, com diversas classificações. Por exemplo, o SEBRAE (2010) distingue 12 tipos de turismo, entre os quais o Turismo de Pesca, que compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora ou esportiva. Desta forma, é possível distinguir e desenhar uma cadeia produtiva de turismo de pesca.

Nesse sentido, a cadeia produtiva de turismo de pesca, também denominada de pesca esportiva ou amadora, é composta “por empresas que se dedicam especificamente a esse segmento, como os meios de hospedagem específicos para pesca (barcos hotéis, acampamentos de pesca, hotéis de pesca), embarcações de pesca, condutores de Turismo de Pesca e empresas que fabricam material de pescaria” (BRASIL, 2010, p. 48). Além desses componentes, há a agregação de outros que não estão diretamente ligados a essa atividade específica, mas que contribuem para sua existência e manutenção como, entre outros, as agências e operadoras de viagem, estabelecimentos de alimentos e bebidas, transportes, postos de combustível, Centros de Atendimento ao Turista (CAT) e infraestrutura básica local, entre outros.

Partindo dessa estrutura e dos conceitos apresentados do sistema turístico, e, compreendendo a necessidade da cadeia produtiva para o funcionamento dinâmico do turismo de pesca, o objetivo geral desse artigo é o de identificar e analisar os elementos que compõem a cadeia produtiva do turismo de pesca no Pantanal brasileiro. Os objetivos específicos estão pautados em: a) identificar os atores-chaves e os elementos que compõem a infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos (meios de hospedagens, transporte, serviços de alimentação, informações turísticas, etc.) e a superestrutura turística (ligadas as instâncias de governança); b) compreender a dinâmica do turismo de pesca; e c) estruturar os elos da cadeia produtiva desse tipo de turismo.

Conforme o exposto, o trabalho está dividido em duas partes para além dessa introdução, da metodologia e conclusão final. A primeira compreende a apresentação das características centrais do turismo de pesca no Pantanal brasileiro, abordando as suas peculiaridades. A segunda, resultados, apresenta o desenho da cadeia produtiva do turismo de pesca na região, a partir dos seus diversos componentes.

METODOLOGIA

No intuito de cumprir com a proposta dos objetivos desse trabalho, a sua metodologia foi composta de três segmentos: pré campo, campo e pós campo. O primeiro consistiu na consulta bibliográfica e documental, compreendendo documentos oficiais, artigos e livros, mas também material obtido em sites e em visitas aos órgãos públicos federal, estadual e municipal.

O segundo segmento tratou do trabalho de campo, dividido em três tipos de atividades: i) observação direta, objeto de relatórios dos pesquisadores; ii) pesquisa *survey*, aplicação de questionários junto a determinados segmentos sociais, e; iii) entrevistas, com atores chaves locais. Os métodos de pesquisa utilizados para a coleta de dados foram de dois tipos: quantitativo e qualitativo. No método de cunho quantitativo, utilizou-se do instrumento de pesquisa o questionário tipo *survey*. Para o qualitativo utilizou-se como instrumentos a observação direta, diários de campo e entrevistas com atores-chave.

O terceiro e último segmento metodológico consistiu em duas partes. A primeira encontra-se na organização dos dados obtidos por meio dos instrumentos de pesquisa

aplicados em campo. E a segunda, desenhar a estrutura da cadeia produtiva do turismo de pesca no Pantanal, a partir das concepções observadas com os aspectos teóricos e práticos de pesquisa.

CARACTERÍSTICAS CENTRAIS DO TURISMO DE PESCA NO PANTANAL

Antes de ingressar na descrição do modelo e da estrutura da cadeia de turismo de pesca no Pantanal brasileiro vale a pena citar alguns dados sobre o turismo no Brasil que poderão ser úteis para a compreensão e análise de nosso objeto. O perfil médio das pessoas ocupadas no Brasil no setor formal da economia como um todo tem os seguintes traços: é homem (55%); está na faixa etária de 25 a 49 anos (67%); tem segundo grau ou nível superior incompleto (60%); está há menos de doze meses no emprego (43%), recebe até dois salários mínimos (67%); trabalha em estabelecimentos que têm entre dez e 99 empregados (52%) e trabalha mais de quarenta horas por semana (89%) (COELHO; SAKOWSKI, 2014).

Ainda segundo Coelho e Sakowski (2014), o núcleo do turismo, composto por meios de hospedagem, transporte aéreo e agência de viagem, por sua vez, é composto, na maioria, de trabalhadores mulheres (54%). Isto se deve, sobretudo, aos meios de hospedagem e agências de viagem cuja mão de obra é predominantemente feminina. Os meios de hospedagem e as agências de viagem representam 82% dos empregos existentes no núcleo do turismo: 66% e 16%, respectivamente.

A escolaridade dos trabalhadores no setor de turismo é inferior à da média geral da economia brasileira. Enquanto na economia 12% dos empregados têm nível superior, no turismo essa porcentagem é de 7%. Contudo, no núcleo do turismo é de 16%; acima, portanto, da média da economia, devido basicamente aos setores de transporte aéreo e agência de viagem, que são os dois setores com maior porcentagem de empregados com nível superior (COELHO; SAKOWSKI, 2014).

Portanto, o turismo em geral, e o turismo de pesca não é exceção, é um setor com baixa barreira de empregabilidade. O turismo de pesca tem características que o distingue de outros segmentos de turismo. Estas características refletem-se na sua cadeia produtiva, aqui desenhada.

Inicialmente, o que caracteriza o turismo de pesca, por alguns denominados de pesca amadora, desportiva ou esportiva, é a atração da prática de pesca. Não é o conhecimento do lugar, da paisagem, dos costumes locais, embora estes não sejam elementos ausentes. Claro que a beleza cênica é fator relevante, assim como a gastronomia local e, sobretudo, o conhecimento dos peixes que têm os habitantes locais. Mas, em última instância, o que mais importa é a piscosidade dos rios, lagoas e similares. Por isso mesmo, a sazonalidade da pesca é fator central. Nesse caso, a sazonalidade é definida por dois parâmetros, o mais importante é o período da Piracema ou defeso, no qual é proibido a pesca, e o segundo é o período de maior ou menor volume de peixes. No caso do Mato Grosso do Sul a alta estação começa em agosto e encerra o período de permissão de pesca em outubro. Já em Mato Grosso, a alta estação da pesca se dá no início do período, ou mais precisamente entre março e julho.

A piscosidade dos rios, lagos e similares define os melhores destinos turísticos. Há 86 municípios turísticos na Região Hidrográfica do Paraguai (RHP) no Pantanal, dos quais 53 encontram-se no MT e 33 no MS (MMA, 2006), mas poucos dedicados à pesca turística. Coxim, Miranda/Aquidauana, Corumbá/Ladário e Porto Murtinho são os locais mais visitados em Mato Grosso do Sul. Em Mato Grosso, a pesca turística se concentra também em poucos locais: Poconé (Porto Cercado e Porto Jofre), Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço e Cáceres são os municípios mais importantes. Encontra-se também turismo de pesca em outros locais como, por exemplo, em Barra do Bugres e Rondonópolis, mas de forma relativamente incipiente.

Um detalhe importante na prática da pesca é que ela não é apanágio dos turistas. Estes convivem com os pescadores profissionais e com os habitantes locais que, não sendo profissionais nem turistas, amam a prática da pesca, que aqui se denomina de Pesca Difusa³, a qual abrange desde a pesca de subsistência até aquela praticada pelo simples lazer nos finais de semana.

Assim, determinados locais de muita prática de pesca, como os arredores de Cuiabá e Várzea Grande têm muitos praticantes de pesca, mas poucos turistas de pesca. Estes desembarcam em Várzea Grande, às vezes pernoitam nesta cidade ou na sua vizinha, Cuiabá, e no dia seguinte se dirigem aos destinos de pesca mais importantes.

³ Prática de pesca muito difundida a região, praticada por seus habitantes que não são pescadores profissionais. No pantanal este percentual alcança mais de 50% dos seus habitantes.

Por vezes, pernoitam já em Poconé (uma hora e meia de distância do aeroporto de Várzea Grande) dirigindo-se, ao amanhecer do dia seguinte, para Porto Jofre ou Porto Cercado, ou vão diretamente a Cáceres (três horas de distância do aeroporto de Várzea Grande).

Outra das características diferenciadoras do turismo de pesca é a fidelidade dos turistas ao local. O turista de pesca vai ao mesmo local durante vários anos e, por vezes, algumas vezes no ano. Há pequenas variações, do rio ou trecho do rio, mas sempre em torno de um determinado território. Esta é uma das razões que levam turistas de pesca, os mais aficionados, a comprarem ranchos ou barcos que lhes permitem ir e voltar várias vezes ao local com menor custo.

Outra característica, embora não exclusiva do turismo de pesca, é que os turistas, em geral, andam em grupos. Muito raramente o turista pescador se aventura sozinho a um determinado destino turístico. Caminham em grupos de homens, ou de mulheres, mais recentemente, ou grupos de famílias. Algumas famílias saem sós de sua moradia, mas se dirigem a um destino onde vão encontrar conhecidos ou amigos, em local e período pré-determinado.

Esse comportamento grupal, inclusive, faz com que o turista de pesca planeje suas viagens, com certa antecedência. Os grupos de turistas reservam barcos hotéis ou hotéis e, com certa frequência de forma direta, sem necessitar de agências ou receptivos. Com isso, estes elementos da cadeia de turismo tornam-se menos relevantes neste segmento. Nesse sentido, os meios de hospedagem acabam ocupando um lugar de centralidade para esse segmento turístico, não necessitando muitas vezes da intermediação de outros serviços, como agências, serviços de alimentação, etc.

Outra razão dessa antecedência, além do risco de não encontrar vagas nos hotéis ou barcos hotéis, é que este é um tipo de turismo caro. Seis dias em um barco hotel raramente custa menos do que R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por pessoa, tudo incluído, ou seja, refeições, com bebidas, barco, piloteiro e isca, em valores de 2019. Segundo alguns pescadores, “tudo incluído, inclusive bebidas, a única restrição é uísque, máximo de cinco garrafas por pessoas”. A diária completa também é custosa nos meios de hospedagem de terra. Uma diária completa (refeições, piloto, barco, isca, gelo) não sai por menos de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais) nos bons pontos de pesca, como Porto

Jofre. Em outros locais é de R\$ 600,00 ou R\$ 800,00, por pessoa. Ao que se deve acrescentar os custos do traslado aéreo ou de carro, e outras pequenas despesas que ocorrem em qualquer viagem (refeições, combustíveis, algum acessório esquecido, etc.). Contudo, há locais de menor custo. Em Coxim é comum pescadores com diárias em torno de R\$ 100,00 sem refeições ou R\$ 200,00 ou R\$ 300,00 com refeições simples. O preço do barco, piloto, etc., é por conta e risco do hóspede. Aqui encontra-se um turismo de pesca mais barato e mais visitado, sobretudo por paulistas.

A imagem do turista de pesca é cercada de ambiguidade. Moradores consideram que há turistas que vêm a pesca pensando também na “farra”. Na linguagem de um entrevistado: “Eles buscam mais mulheres do que peixes”. E, de fato, em alguns destinos turísticos conhecidos podem-se encontrar casas noturnas, cuja frequência é maior na alta estação de pesca, atraindo garotas de programa de todo o Brasil. São locais, porém, bem determinados e bem conhecidos.

Outro traço negativo do turista de pesca está relacionado aos seus costumes. Em diversos locais a sinalização de gerentes de hotéis de que os pescadores fazem barulho, bebem muito, quebram e sujam as coisas é frequente. Nas regiões de transição ou convivência de turistas pescadores e ecoturistas estes traços são acentuados por gerentes de meios de hospedagem. Encontraram-se, inclusive, hotéis e pousadas, na via pantaneira, por exemplo, que não aceitam mais turistas pescadores, pelos motivos anteriormente citados. “Dá prejuízo e afasta os bons clientes”, segundo alguns gerentes entrevistados.

Essa imagem negativa é acrescida por muitos habitantes locais, inclusive pescadores profissionais, por aquela que responsabiliza os turistas pela perda da piscosidade dos rios da região – uma constante nas falas dos inúmeros entrevistados. “Eles pescam muito e de forma predatória”. Imagem, que por vezes cola também nos próprios pescadores profissionais artesanais. Segundo alguns habitantes locais, eles, os pescadores profissionais, é que pescam de forma predatória, incluindo rede, e mesmo na piracema. Nestes casos fala-se menos do assoreamento dos rios, degradação das fontes e despejo de substâncias tóxicas nos rios.

O turismo de pesca no Pantanal detém outras especificidades, entre as quais, o alto volume de pessoas que acessam os destinos turísticos por meio de transportes

terrestres, ônibus ou carros. O que não significa que o transporte aéreo não seja muito utilizado. Campo Grande e Cuiabá, capitais de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, respectivamente, são pontos de passagem dos turistas que chegam de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e estados do sul do País, dentre outros. Para Corumbá, por exemplo, perto de 12% dos turistas chegam por avião. Em Porto Jofre há uma pista para pequenas aeronaves em uma das pousadas.

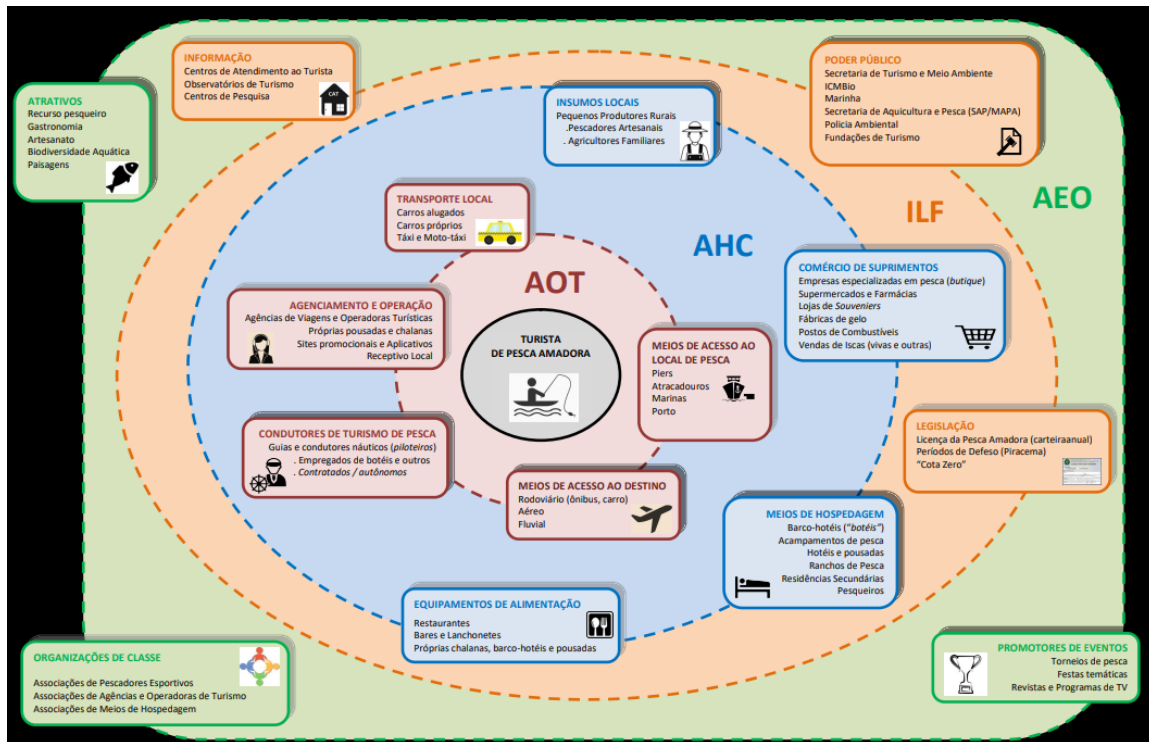
Outra especificidade do turismo de pesca é que muitos barcos hotéis, entre outros meios de hospedagem, funcionam como receptivos, oferecendo barcos e pilotos para a pesca em locais mais distantes e mais piscosos, sobretudo partindo de Cáceres e Corumbá. Muitos oferecem também, meios de transporte do aeroporto até os meios de hospedagem. Enfim, os meios de hospedagem ocupam um lugar de centralidade no turismo de pesca, desempenhando não apenas funções de acolher os turistas, mas também de translados, oferecer equipamentos, barcos, pilotos e linhas e anzóis, além de iscas.

RESULTADOS

Em 2010, o Ministério do Turismo publicou uma coletânea de onze documentos intitulados “*Cadernos de Orientações Básicas de Segmentos Turísticos*” com vistas a informar a sociedade civil e contribuir com os profissionais da área de turismo que atuam nos setores de promoção, desenvolvimento e comercialização dos destinos turísticos e roteiros. Um desses cadernos trata especificamente do segmento de turismo de pesca e apresenta os elos ou componentes dessa cadeia produtiva. Eles são em número de 10: atrativos e paisagem, meios de hospedagem, meios de transporte, agências e operadoras, receptivos, promotores de eventos, serviços de alimentação, serviços de informação, fornecedores de material de pesca e guias e condutores turísticos.

Partindo desses elementos sinalizados pelo Ministério do Turismo, agregamos nossas observações de campo tomando em consideração as especificidades da cadeia de turismo de pesca no Pantanal, com o que foi possível desenhar o seguinte diagrama, mais complexo do que o sugerido pelo MTur.

FIGURA 1. Diagrama da Cadeia Produtiva do Turismo de Pesca.⁴



Fonte: Elaborado pelos autores. Notas: **AOT** – agenciamento, operação e transporte; **AHC** – alimentação, hospedagem e comércio; **ILF** – Informação, legislação e fiscalização; **AEO** – atrativos, eventos e organizações de classe.

A tentativa de se reproduzir uma estrutura plural, capaz de contemplar as múltiplas interações e interdependências entre elementos produtivos indispensáveis para a prática do turismo de pesca, é um exercício desafiador, por dois motivos. O primeiro deve-se ao fato de que o turismo é um fenômeno complexo que, diferentemente de modelos industriais tradicionais, não pode ser reduzido à linearidade produtiva e/ou à compartimentalização de seus setores. O segundo motivo é que, ainda que fossem identificados muitos dos elementos produtivos que se inter-relacionam numa cadeia de turismo, a restrição do entendimento desse fenômeno às suas partes não permitiria a compreensão do todo, que é permeado também por componentes subjetivos e imateriais, como é o caso da cultura e da identidade. Não se pode esquecer que o turismo não é apenas uma atividade econômica, mas multidimensional, reunindo elementos materiais e imateriais, ou seja, culturais, sociais e ambientais.

⁴ A versão original da figura e indicação dos elementos teoricamente foi obra de João Paulo Faria Tasso.

Como forma de facilitar a identificação de problemas, de potencialidades e de lacunas de oportunidades nesse amplo sistema produtivo, faz-se necessária a representação da complexa gama de ramificações de setores e de subsetores (que se articulam sinergicamente para o desenvolvimento do turismo). Nesse sentido, buscou-se criar uma cadeia produtiva que atendesse à especificidade do “turismo de pesca”, ainda que, de antemão, fossem reconhecidas as limitações previamente destacadas. É importante mencionar que diante da multissetorialidade e da multidimensionalidade identificadas no processo de estruturação da cadeia, foram abarcados apenas elementos que têm relação produtiva direta com as atividades que compõem a prática do turismo de pesca. Para tanto, foram definidas quatro categorias, que agrupam tais elementos: Agenciamento, Operação e Transporte (AOT); Alimentação, Hospedagem e Comércio (AHC); Informação, Legislação e Fiscalização (ILF); Atrativos, Eventos e Organizações de Classe (AEO).

Pela natureza específica do turismo de pesca, abordada na introdução e aqui mais desenvolvida, as principais unidades da cadeia do turismo de pesca são os meios de hospedagem (hotéis, barco hotéis e pousadas) e os fornecedores de materiais de pesca, ou de suprimento ou de acessórios. O destaque para os meios de hospedagem, se faz necessária, pois, na maioria das vezes, estes incluem os barcos para pesca, com combustível, guias, iscas e refeições, e desempenham o papel de receptivos ou mesmo de agências.

1. Agenciamento, Operação e Transporte (AOT)

Nesta categoria foram destacados serviços de suporte ao deslocamento do turista de pesca, desde a sua origem (casa) até ao local de interesse (destino turístico e espaço de realização da atividade), e o seu retorno.

Agenciamento e Operação

Ainda que seja notória a redução de suas atividades, as agências de viagens e operadoras turísticas buscam manter (e mesmo ampliar) serviços regulares também na vertente de turismo de pesca. É certo que com o advento da “tecnologia da mobilidade” (Google, Paypal, TripAdvisor, Facebook, Airbnb, Uber, etc.), o consumidor final passou a ser protagonista no planejamento e operacionalização de suas próprias viagens e de seus itinerários, utilizando apenas um *smartphone*.

Por outro lado, há que se ressaltar que os serviços comuns de agências e de operadoras, ofertados em espaços físicos tradicionais de atendimento, têm se reinventado. As OTAs (*Online Travel Agency*) ou Agências de Viagens Online - tais como Expedia, Decolar.com, Booking.com, dentre outras – criam promoções personalizadas, realizam assistência móvel (24 horas por dia, 07 dias por semana), ofertam serviços em tempo real aos seus clientes, comercializam pacotes e hospedagens e reservas complementares ao longo do trajeto, dentre várias outros. No turismo de pesca, essa prática envolveu, inclusive, as próprias pousadas, chalanas e barco hotéis, que, normalmente, comercializam seus produtos diretamente com os consumidores finais.

Há diferentes perfis de “turista de pesca”: aqueles que, apropriados das funcionalidades tecnológicas, têm a preferência pelo planejamento sem intermediários, e aqueles que, por falta de conhecimento ou por falta de tempo, encontram nos próprios meios de hospedagem a forma de planejar suas viagens, e outros que utilizam agências de viagens mais tradicionais. Por isso, as agências de viagens e as operadoras de turismo ainda ocupam um lugar, embora com perda de valor.

Distintamente dos turistas habituais, parte dos turistas de pesca tem uma fidelidade reconhecida aos destinos que frequentam. Isso lhes dá um conhecimento prévio do local, pessoalmente, ou por parceiros, reduzindo o montante de acesso as agências de viagens e operadoras turísticas. Normalmente, as viagens são planejadas com antecedência.

Principais elementos:

- Agências de viagens e operadoras turísticas;
- Hotéis, pousadas, chalanas e barco hotéis com agências próprias;
- Sites promocionais e aplicativos;
- Receptivos locais.

Meios de Acesso ao Destino

As diferentes formas de acesso aos destinos de pesca esportiva dependerão, sempre, de três aspectos: da origem do viajante; da localização do atrativo; e das condições de acesso. Turistas de pesca que residem em municípios próximos optam pela realização dos trajetos por meios rodoviários, sejam por carros próprios, carros

alugados, vans (para grupos) ou ônibus, como é o caso, por exemplo, muito frequente na Bacia do Taquari por paulistas do interior do Estado.

No caso de trajetos com maiores distâncias, o fluxo turístico de pesca se dá por meio aéreo, realizado por aviões tradicionais (pouso em aeroportos) ou mesmo aviões menores, bimotores (pouso em pistas dos próprios hotéis). É o caso de Corumbá, Cáceres, Porto Jofre, entre outros. Mas também no Taquari e outros, para os pescadores de estados mais distantes como RS, RJ e MG. O acesso aos locais de pesca propriamente dito, como não poderia deixar de ser, é normalmente feito por meio fluvial, utilizando-se pequenos barcos que saem dos hotéis ou vêm atrelados aos barcos-hotéis.

É também comum o uso de múltiplos meios de transporte para acessar um único destino. Por exemplo: Porto Alegre - Cuiabá por avião; Cuiabá – Porto Jofre, Poconé, Porto Cercado ou Barão de Melgaço por carro; e, em seguida, por via fluvial em direção a pesqueiros no rio Cuiabá, Paraguai e afluentes.

Principais elementos:

- Rodoviário (ônibus, carro, van);
- Aéreo;
- Fluvial.

Transporte Local

Para o deslocamento interno (na área territorial do destino), o turista de pesca acaba por se utilizar dos próprios veículos ou de veículos alugados, e mais raramente de táxis ou aplicativos de transporte individual, particularmente em Campo Grande e Cuiabá. Esse deslocamento interno de grupos de turistas – seja para visitação, compras ou alimenta o - é proporcionado, por vezes, pelos próprios meios de hospedagem.

Principais elementos:

- Carros alugados;
- Carros próprios;
- Táxi e Uber.

Meios de Acesso ao Local de Pesca

Os meios de acesso aos espaços de pesca dependerão das especificidades dos atrativos de cada destino. Contudo, os meios mais frequentes de acesso aos lagos e

lagoas, às bacias de água, aos rios e afluentes, são realizados por barcos de alumínio ou fibra, com motores de potências variadas, partindo de *piers*, marinas, atracadouros, barco-hotéis e outros.

Principais elementos:

- Piers;
- Atracadouros;
- Marinas;
- Portos.

Condutores de Turismo de Pesca

O sucesso da prática da atividade de pesca esportiva depende, em grande parcela, do conhecimento e da experiência dos condutores náuticos locais – popularmente conhecidos como “piloteiros”, “pirangueiros” ou “guias”. Conhecedores da dinâmica das águas, do fluxo dos peixes e dos locais favoráveis à prática da pesca, os piloteiros devem ser capacitados e licenciados para a navegação segura. As formas de atuação desses trabalhadores se dividem entre “empregados” (com ou sem carteira assinada) de meios de hospedagens e outros, ou “contratados/autônomos” em períodos específicos ou sob demanda.

Principais elementos:

- Piloteiros empregados (botéis, pousadas e outros);
- Piloteiros contratados (autônomos).

Embarcações de Pesca

Elemento fundamental para a realização da pesca esportiva, a embarcação é o meio de transporte que permite o acesso às áreas mais remotas e de maior atratividade pelos turistas de pesca. Os seus modelos vão de acordo com as características específicas da atividade que se pretende realizar, onde e com quem. Os fatores peso, estabilidade e altura da borda, ajudam a definir modelos distintos de embarcações, tais como “chatos” (utilizados em águas calmas), “convencionais” (utilizados em águas agitadas), e “semi-chatos” (meio termo). Os principais materiais utilizados nos barcos de pesca são alumínio e fibra.

Vale ressaltar que vem sendo desenvolvida a prática do “*kayak fishing*” (pesca com caiaque).

Principais elementos:

- Barcos de alumínio;
- Barcos de fibra.

2. Alimentação, Hospedagem e Comércio (AHC)

Nesta categoria foram agrupados os serviços locais de suporte a estadia dos turistas de pesca no destino turístico, ou seja, serviços de alimentação e de hospedagem, e oferta de produtos com fins de adequação à atividade pesqueira.

Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são equipamentos preparados para o atendimento das necessidades básicas de acomodação dos turistas. As especificidades do turismo de pesca trazem consigo demandas que vão além da acomodação convencional. Os seus consumidores primam por empreendimentos que detenham serviços especializados atrelados à prática da pesca esportiva, tais como o oferecimento de refeições, a disponibilidade de utensílios de pesca, de acondicionamento de pescados e de embarcações com condutores qualificados, *transfer* para ida e volta a aeroportos, dentre outros. Há, ainda, consumidores que buscam meios de hospedagem com localização privilegiada, ou seja, próximas ao leito de rios e lagoas, ou com *piers* e atracadouros.

Há uma grande variedade de tipos de meios de hospedagem, variando desde os mais luxuosos aos mais simples. Assim, encontram-se barcos hotéis ou botéis, hotéis, pousadas, camping, pesqueiros-pousadas, ranchos de aluguel ou ranchos particulares, espécies de residências secundárias, utilizadas para a pesca por seus proprietários, parentes e amigos, e eventualmente alugadas.

Principais elementos:

- Barco hotéis (“botéis”);
- Hotéis;
- Pousadas;
- Pesqueiros-pousadas;
- Ranchos de pesca;
- Acampamentos de pesca;
- Residências secundárias.

Equipamentos de Alimentação

Nessa vertente, foram agrupados equipamentos voltados ao comércio de alimentos e bebidas, tais como restaurantes, bares e lanchonetes. A valorização da gastronomia típica local, uma característica intrínseca ao turismo, haja vista que gastos com alimentação está entre as principais despesas dos turistas brasileiros. O turista de pesca tem na gastronomia e na culinária regional um segundo grande atrativo que, por vezes, acaba sendo agregada por sua própria contribuição: o pescado que conseguiu capturar durante a atividade na embarcação. O peixe fresco, pescado pelo turista, assado na brasa, a céu aberto, com pouco tempero (sal), acompanhado de arroz ou farofa, é o maior atrativo gastronômico desses destinos.

As ofertas de alimento podem ser divididas entre quatro grupos, de acordo com os principais produtos oferecidos: Refeições completas: restaurantes (e muitos meios de hospedagem); Lanches: lanchonetes, padarias, etc.; Doces: confeitarias, doçarias, sorveteria etc., e Bebidas: bares, casas de sucos etc. Os barco-hotéis em geral oferecem todas as refeições e bebidas durante todo o tempo da pesca, que dura, normalmente, entre 4 e 7 dias.

Principais elementos:

- Restaurantes;
- Bares e lanchonetes;
- Chalanas, barco hotéis, hotéis, pousadas e pesqueiros.

Comércio de Suprimentos

Os elementos destacados nesse grupo incluem estabelecimentos comerciais que atendem a uma série de necessidades pontuais dos turistas de pesca, para a melhor prática de suas atividades de lazer. Desde a simples aquisição de repelentes, protetores solares ou medicamentos em farmácias, além de gelo para manutenção e acondicionamento do pescado, até a compra de equipamentos específicos para a prática da pesca, como carretilhas, molinetes, linhas, varas, vestuários, lanternas, além de isca, dentre outros. Deve-se acrescentar peças de artesanatos e souvenirs que, por vezes, os turistas adquirem para recordar ou presentear outrem.

Principais elementos:

- Lojas de acessórios ou suprimentos de pesca (especializada ou mista);
- Supermercados e farmácias;

- Lojas de artesanato e *souvenires*;
- Fábricas de gelo;
- Postos de combustíveis;
- Lojas de vendas de iscas (vivas e/ou artificiais).

Insumos Locais

Composto por equipamentos de alimentos e bebidas, assim como meios de hospedagem, que possuem em sua carta de serviços a oferta de alimentação, e demandam da produção interna e externa insumos para o desenvolvimento de suas atividades. A busca pelo aproveitamento e valorização da produção familiar e artesanal local é uma prática em ascensão, entretanto, irrisória diante das potencialidades encontradas.

Grupos de pequenos produtores rurais têm um papel importante no fortalecimento dessa cadeia produtiva, pela possibilidade de oferta de insumos indispensáveis para o fomento da gastronomia local e do dinamismo dessa atividade. Tanto os produtos *in natura* (temperos, frutas, raízes, castanhas, etc.), quanto os beneficiados (como pescados eviscerados, filés ou postas, doces, sucos e polpas), formam a base de sustentação para o desenvolvimento da culinária local.

Principais elementos:

- Pequenos produtores rurais (agricultores familiares).

3. Informação, Legislação e Fiscalização

Nessa categoria buscou-se integrar elementos de gestão do turismo de pesca e de suas atividades, incluindo setores de fiscalização, legislação correlata e espaços de abertura à informação.

Centro de Atendimento ao Turista (CAT)

Os Centros de Atendimento ao Turista (CATs) são espaços destinados ao oferecimento público e gratuito de informações sobre produtos e serviços turísticos, encontrados no destino. Normalmente, dispõem de materiais promocionais, panfletos de estabelecimentos comerciais, guias turísticos e mapas com orientações sobre localizações de atrativos, além de calendários de festividades com manifestações típicas locais e torneios de pesca.

Outros meios de informação decorrem daquelas unidades que produzem as informações, tais como Universidades e Institutos de Pesquisa nas Universidades ou fora delas, incluindo Observatórios de turismo. Informações que são divulgadas pelas mídias impressas e digitais, assim como, pelos poderes públicos.

Principais elementos:

- CATs;
- Universidades e Institutos de Pesquisa;
- Observatórios de Turismo.

Poder Público

Trata-se do conjunto de órgãos públicos com atuação direta para o desempenho dos interesses locais e para atendimento das demandas sociais, materiais e simbólicas, com autoridade de representação do Governo Federal, do Estado ou das Prefeituras. No que tange o setor de turismo de pesca, apresentam-se como órgãos fiscalizadores das atividades, em especial as de condução de embarcações e documentos comprobatórios, prudência e preservação dos recursos ecossistêmicos, atendimento aos períodos pré-estipulados de proibição da pesca esportiva, conservação da fauna silvestre, e respeito aos limites impostos por lei, tais como o transporte de peixe em tamanhos regulamentados.

Principais elementos:

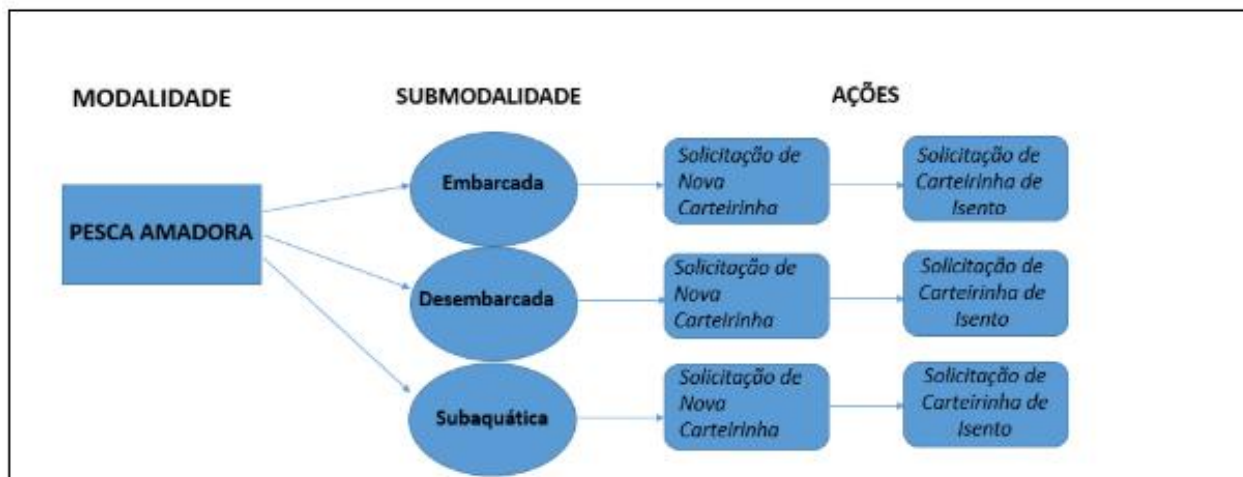
- Secretarias de Turismo (estaduais e municipais), ou similares;
- Secretaria do Meio Ambiente;
- Fundações estaduais ou municipais de turismo;
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);
- Marinha do Brasil;
- Secretaria de Aquicultura e Pesca (ou similares);
- Polícia Ambiental.

Legislação

A legislação rege uma ordem jurídica que estabelece condutas para o bem comum (sociedade), que devem ser respeitadas e cumpridas por todos os cidadãos ou, em caso de descumprimento, responsabilizado pela sanção (multa, prisão, etc.) correspondente. Para a prática do turismo de pesca são apresentadas, dentre outras exigências:

- (a) **Licença para Pesca Amadora:** documento com validade em todo território nacional, indispensável para o pescador praticante da atividade por lazer ou desporto, sem finalidade comercial, que utiliza como materiais apenas anzol, chumbada, linha, vara ou caniço, máquinas de pesca (carretilha, molinete ou similar) e iscas naturais ou artificiais. A não apresentação de tal licença, numa fiscalização ambiental, acarreta em autuação, multa e apreensão de material. As submodalidades da pesca amadora estão descritas a seguir, pela Figura 2.

FIGURA 2. Subcategorias de documentação da Pesca Amadora.



Fonte: Instituto Estadual de Florestas (IEF), 2019.

- (b) **Limites de captura de pescados:** anteriormente, os pescadores amadores podiam pescar e transportar, no caso de águas continentais e de estuários, até 10kg de pescado; no caso do MS, até 5 kg, e mais um exemplar de qualquer peso. No caso da prática em águas marinhas, o direito se amplia para 15kg de pescado e mais um exemplar de qualquer peso. (Fontes: Blog Cremonesi, 2019 e legislação federal e estadual⁵). Após mudança no decreto em MS (Decreto nº 15.166 de 21/02/2019), atualmente é permitido transportar apenas um exemplar de peixe, a exceção das piranhas, para as quais é permitido o transporte de cinco exemplares.
- (c) **Crimes de degradação:** disposição de detritos ou de elementos tóxicos em rios, lagos, açudes, lagoas e bacias, geram penas que variam de um a três anos de prisão, e multas que podem chegar a um milhão de reais. (Fontes: Blog Cremonesi, 2019 e legislação federal e estadual)
- (d) **Pesca ilegal:** se realizada em locais ou em épocas proibidas (períodos de defeso) ou mesmo a captura de peixes com tamanhos inferiores ou com técnicas pesqueiras ilegais, podem acarretar detenção de um a cinco anos, assim como

⁵ <http://blog.cremonesi.com.br/legislacao-da-pesca-tudo-o-que-voce-precisa-se-atentar-3/>

multas que varia de R\$ 700 a R\$ 100 mil reais. (Fontes: Blog Cremonesi, 2019 e legislação federal e estadual)

- (e) **Captura e pesca de animais em condição de extinção:** passível de multa que pode variar de R\$ 500 a R\$ 2.000 reais. (Fontes: Blog Cremonesi, 2019 e legislação federal e estadual)
- (f) **Importação e exportação de espécies aquáticas:** em qualquer estágio de evolução, sem qualquer autorização do órgão ambiental competente, pode gerar multas que variam de R\$3.000 a R\$50.000 reais. (Fontes: Blog Cremonesi, 2019 e legislação federal e estadual)
- (g) **Cota Zero:** decreto nº 15.166 de 21/02/2019 vigente de Mato Grosso do Sul, conhecido por este nome, pois na temporada de 2020 só foi autorizado o consumo do peixe no próprio local de pesca e a cota era zero para o transporte do pescado, proveniente da pesca amadora. Prática que desponta mundialmente para a preservação de peixes de água doce e conservação de ecossistemas e de biomas, a Cota Zero é uma realidade nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Tocantins, motivada pela diminuição do estoque pesqueiro e pelo modelo de produção sustentável. (Fontes: O Progresso Digital, 2019⁶ e legislação federal e estadual).

Principais elementos:

- Legislação federal e estaduais (carteira anual, períodos de defeso, “Cota zero”, etc.).

4. Atrativos, Eventos e Organização de Classe (AEO)

Nessa categoria foram destacados elementos que concretizam o processo de estruturação do turismo de pesca: os “eventos” (para promoção do destino e de suas potencialidades); as “organizações de classe” (para fortalecimento do coletivo e organização dos trabalhadores); e os “atrativos” (principais fatores que despertam o interesse pela visitação).

Promotores de Eventos

Os torneios de pesca esportiva que ocorrem anualmente em diversas regiões do Brasil são, sem dúvida, os principais meios de aproximação entre grupos de turistas de pesca, os atrativos (recursos pesqueiros) e a prática do lazer. As agendas, regulamentos,

⁶<https://www.progresso.com.br/cidades/cota-zero-para-pesca-amadora-ja-e-realidade-em-diversos-estados/365926/>

modalidades e etapas de classificação são as mais diversas, incluindo torneios de pesca noturna até “*kayak fishing*” (pesca no caiaque), com os mais variados tipos de premiações e de competidores.

Somado aos torneios de pesca são realizadas as festas temáticas locais, que buscam promover a identidade cultural e histórica de cada região e os seus potenciais, por meio da gastronomia, da arte, da música e de diversas manifestações públicas e de celebrações de aniversários dos destinos.

No município de Cáceres, em Mato Grosso, acontece o Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres (FIPE). O festival está em sua 39ª edição e, em 1992, entrou para o Guinness World Records como o maior festival de pesca amadora embarcada em água doce do mundo (MT, 2021). Além dos torneios de pesca para diversas idades (infanto-juvenil, adulto e melhor idade) e diversas modalidades (pesca em canoa e remo, barco motorizado,), o festival conta, entre outros, com comidas e bebidas típicas, feiras náuticas, artesanatos, shows de artistas nacionais, regionais e locais, oficinas e palestras.

Os meios de divulgação são, também, diversos. Contudo, os praticantes e amantes da pesca amadora esportiva têm grande afinidade pelas Revistas (impresas e eletrônicas) e pelos Programas de TV (que concentram as suas programações diárias em matérias direcionadas especificamente a este setor).

Principais elementos:

- Torneios de pesca;
- Festas temáticas;
- Revistas e Programas de TV.

Atrativos

A atratividade do turismo de pesca amadora se encontra, antes de mais nada, na potencialidade dos ecossistemas aquáticos (continentais, marinhos ou costeiros), e na ampla disponibilidade de recursos pesqueiros identificados nestes ambientes.

Os principais peixes considerados de relevância para a pesca turística na região são, entre outros, o pacu, o pintado, o dourado, a piranha, o cachara, a piraputanga e o jaú. Apreciados pelas suas características únicas, de tamanho e peso, e por serem espécies endêmicas também apreciados e encontrados na gastronomia típica local, como o pacu e o pintado.

Entretanto, além da piscosidade de uma região, nota-se que as paisagens naturais exuberantes, a gastronomia típica (difundida pelos eventos festivos) e, eventualmente, as peças de representação cultural e popular (artesanato), também figuram como elementos alternativos de notória atratividade no contexto da prática do turismo de pesca.

Principais elementos:

- Recurso pesqueiro;
- Paisagens;
- Gastronomia;
- Artesanato;
- Biodiversidade Aquática.

Organizações de Classe

Grosso modo, as organizações coletivas de trabalho e empresarial buscam, por meio de uma relação jurídica, garantir a defesa dos interesses de uma coletividade territorial ou segmentos temáticos, reivindicando direitos da classe trabalhadora ou empresarial, regulando e ordenando as condições e as relações de trabalho de suas categorias, assim como seus interesses empresariais ou trabalhistas.

No âmbito da prática do turismo de pesca surgem, com maior frequência, quatro vertentes de associações: dos praticantes (pescadores esportivos); dos trabalhadores (condutores/barqueiros/pirangueiros); dos empresários (empresas de turismo); e dos organizadores locais da pesca esportiva, como as secretarias de turismo e pesca.

Principais elementos:

- Associações de Pescadores Esportivos;
- Associações de Condutores Náuticos (barqueiros/pirangueiros);
- Associações de Pesca Esportiva;
- Associações de Empresas de Turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo é um agente transformador do espaço e das relações socioculturais. Permite os intercâmbios com o deslocamento aos destinos onde viverão experiências de acordo com a suas motivações.

O segmento de turismo de pesca possui sua motivação na prática da pesca amadora ou esportiva. A prática da pesca vai muito além de pegar o peixe. Ela é um elemento central, mas parte da atmosfera da pesca nos quais encontram-se outros elementos como a contemplação da paisagem, o contato com a natureza, o movimento das águas, o silêncio (longe dos ruídos urbanos), o estar com amigos na beira do rio. Há pescadores que não comem peixe, mas vão à pesca para encontrar os amigos. Este conjunto de atratividades é o diferencial da segmentação, somado à cadeia produtiva. Ou seja, o conjunto de serviços, equipamentos, infraestruturas e superestruturas organizados de forma encadeada, a fim de proporcionar a experiência em um dado destino ao consumidor final (turista).

Essa pesquisa permitiu identificar os elos (serviços e estruturas turísticas) que compõem a cadeia produtiva do turismo de pesca e compreender a sua dinâmica no território, tendo como estudo de caso o Pantanal brasileiro. Essas concepções são questões fundamentais para entender as especificidades do turismo de pesca, e mesmo de outros segmentos, pois há vários elementos comuns, como hotéis, meios de transporte, serviços de restauração. Elas são ainda uma possibilidade de poder contribuir para que a atividade turística seja estruturada de maneira mais assertiva, eficaz e qualitativa, contribuindo mais positivamente para a experiência do turista, para a eficiência do negócio, para a preservação ambiental e para a qualidade de vida dos habitantes dos destinos turísticos.

Sobre a cadeia produtiva do turismo de pesca, o Ministério do Turismo elenca 10 elos ou componentes, conforme citado. A partir do estudo realizado foi registrado no desenho da cadeia produtiva do turismo de pesca no Pantanal brasileiro a composição de 15 elos. Na sua estrutura estes elos estão divididos em quatro grupos: (i) Agenciamento, Operação e Transporte (AOT); (ii) Alimentação, Hospedagem e Comércio (AHC); (iii) Informação, Legislação e Fiscalização (ILF); (iv) Atrativos, Eventos e Organizações de Classe (AEO).

O primeiro grupo dessa cadeia produtiva do turismo de pesca (AOT) possui cinco elos (1) transporte local; (2) agenciamento e operação, por meio de agências e receptivos; (3) condutores de turismo de pesca; (4) meios de acesso ao destino turístico, e (5) meios de acesso aos locais de pesca (navios e barcos, barrancos, decks). O segundo grupo (AHC) aborda quatro elos: (1) insumos locais; (2) comércio de suprimentos; (3) meios de hospedagem, e (4) equipamentos de alimentação. O terceiro grupo (ILF) é

composto por três elos: (1) serviços de informação; (2) poder público e (3) a legislação relativa à pesca turística. Finalmente, o quarto grupo (AEO) também abarca três elos: (1) atrativos; (2) organizações de classe e (3) promotores de eventos.

Pode-se observar com essa organização, somada às observações de campo, que os meios de hospedagem ocupam um papel de centralidade na atividade do turismo de pesca no Pantanal. Eles oferecem uma gama de serviços e insumos (barcos, equipamentos de pesca, iscas, piloteiro, combustível para o barco, traslado, serviços de alimentos e bebidas), dispensando ou diminuindo a necessidade de intermediação com outros serviços. Para essa característica, deu-se o nome de desintermediação, que compreende mais uma das peculiaridades deste segmento. Somado a isso, há o fato de que existem poucas agências ou intermediários organizados nesse setor.

Por fim, a pesquisa permite um olhar ampliado para as possibilidades de outros desenhos da cadeia produtiva dos demais segmentos turísticos. A cadeia produtiva de turismo favorece o conhecimento do próprio segmento para além dos elementos mais visíveis. Assim, espera-se que este trabalho possa contribuir para outros estudos e discussões futuras sobre a temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. 10ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.

BLOG CREMONESI. Disponível em: <http://blog.cremonesi.com.br/legislacao-da-pesca-tudo-o-que-voce-precisa-se-atentar-3/>

COELHO, M. H. P.; SAKOWSKI, P. A. M.. Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações. Brasília, IPEA, 2014. Texto para discussão nº 1938.

COOPER, C. et al. Turismo: princípios e práticas. 2ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

INSTITUTO DE MEIO AMBIENTE DE MATO GROSSO DO SUL (IMASUL). DECRETO ESTADUAL Nº 15.166 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019 - Regulamenta o exercício da atividade pesqueira no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul.

MATO GROSSO, 2021. Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres. Disponível em: <https://fipe.caceres.mt.gov.br/>

MINISTÉRIO DO TURISMO. Segmentação do turismo: marcos conceituais. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento

de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2021.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Turismo de Pesca: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

O PROGRESSO DIGITAL, 2019. Disponível em:
<https://www.progresso.com.br/cidades/cota-zero-para-pesca-amadora-ja-e-realidade-em-diversos-estados/365926/>

RESOLUÇÃO SEMAC N° 03 DE 2008 - Cota de Pescado para Pesca Amadora. Disponível em: <<http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-semac-n.-03-2008-Cota-10-kg-1ex-5-pir-2008.pdf>>.

SEBRAE. Cadeia produtiva do turismo: Cenários econômicos e estudos setoriais. Recife, 2008.

SEBRAE. Turismo no Brasil: Termo de referência para a atuação do Sistema SEBRAE. Brasília, 2010.

CAPÍTULO II (ARTIGO 2)

ESPECIFICIDADE DO TURISMO DE PESCA: CENTRALIDADE DOS MEIOS DE HOSPEDAGEM, DESINTERMEDIAÇÃO E FIDELIDADE

The specificity of Fishing Tourism: the centrality of accommodation, the disintermediation and loyalty

Resumo

O turismo é uma atividade sociocultural e econômica que pode ser dividida em vários segmentos: turismo de negócio, sol e mar, aventura, religioso e, dentre tantos outros, turismo de pesca. Cada segmento tem especificidades que o diferencia dos demais. O presente artigo tem como objetivo identificar e descrever uma das especificidades do turismo de pesca. A questão é analisada tomando em consideração um dos mais importantes destinos de turismo de pesca do Brasil: o Pantanal, a maior planície inundável do país, possuidora de uma megabiodiversidade, e distribuída em dois estados brasileiros: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. A hipótese da investigação é a de que os Meios de Hospedagem (MHs) ocupam uma centralidade diferenciada no turismo de pesca, contribuindo para a especificidade deste segmento turístico. Daí a ênfase em identificar e caracterizar os MHs dos destinos de turismo de pesca. A metodologia consta de: a) levantamento documental e bibliográfico; b) contextualização multidimensional do *locus* de estudo; c) entrevistas informais com turistas; e, d) aplicação de *survey* em MHs nos destinos turísticos de pesca. Os resultados evidenciam a relevância dessa atividade econômica para a região e comprovam a hipótese da centralidade dos MHs neste segmento turístico.

Palavras-chave: Turismo de Pesca; Meios de Hospedagem; Desintermediação; Pantanal.

Abstract

Tourism is a sociocultural and economic activity that can be divided into several segments: business tourism, sun and sea, adventure, religious and, among many others, fishing tourism. Each segment has specific features that differentiate it from the others. This article aims to identify and describe one of the specifics of fishing tourism. The issue is analyzed taking into account one of the most important fishing tourism destinations in Brazil: the Pantanal, the largest floodplain in the country, with a megabiodiversity, and distributed in two Brazilian states: Mato Grosso and Mato Grosso do Sul. The research hypothesis is that Accommodation Means (AMs) occupy a differentiated centrality in fishing tourism, contributing to the specificity of this tourist segment. Hence the emphasis on identifying and characterizing the AMs of fishing tourism destinations. The methodology consists of: a) documentary and bibliographic survey; b) multidimensional contextualization of the locus of study; c) informal interviews with tourists; and, d) application of survey in AMs in fishing tourist destinations. The results show the relevance of this economic activity for the region and prove the hypothesis of the centrality of AMs in this tourist segment.

Keywords: Fishing Tourism; Accommodation; Disintermediation; Pantanal.

INTRODUÇÃO

Este artigo nasceu da participação dos autores em um estudo proposto pela Agência Nacional de Águas (ANA) acerca dos impactos da implantação de empreendimentos hidrelétricos (EHs) na Região Hidrográfica do Paraguai (RHP) ou Bacia do Alto Paraguai (BAP), que corresponde ao Pantanal brasileiro⁷. Existem atualmente nessa região 33 EHs em operação, um em construção, três com construção não iniciada e 65 estão em fase de estudo/planejamento, totalizando 102 empreendimentos (ANEEL, 2021).

A construção desses EHs pode ocasionar diversos impactos, particularmente nas atividades de pesca, com a redução da piscosidade nos cursos hídricos, já que estes empreendimentos podem ocasionar alterações nos regimes hídricos, na qualidade das águas e impactar negativamente a migração e a reprodução ecologicamente adequada de peixes, principalmente das espécies de grandes migradores, que se encontram entre os mais procurados pelos consumidores e pescadores, incluindo os turistas (KLIEMANN, & DELARIVA, 2015; ANA, 2020). A plena compreensão dos impactos socioeconômicos dos EHs sobre o turismo de pesca requer o seu melhor entendimento, em particular aquelas especificidades que as diferenciam de outros segmentos turísticos.

O turismo de pesca se destaca pelo alto índice de intenção de retorno ao destino turístico o que parece ser uma das justificativas para a questão da centralidade baseada nos meios de hospedagem. As razões para que o turista declare sua intenção de retornar podem ser diversas, uma delas é a satisfação com qualidade dos serviços (RAHMIATI & WINATA, 2020). Essa fidelidade ao destino, por sua vez, propicia uma especificidade do turismo de pesca que é a centralidade dos meios de hospedagem, produzindo um processo de desintermediação.

Essas características foram constatadas inicialmente e de forma embrionária no trabalho de observação de campo, incluindo entrevistas preliminares e de caráter informal com turistas e moradores locais, que permitiu identificar no turismo de pesca algumas especificidades, entre elas: a) a tendência à fidelidade do turista ao destino turístico; b) a piscosidade dos rios como principal atrativo turístico, assim como, a infraestrutura que lhe garante o acesso à pesca; c) a presença da desintermediação, por

⁷ Os três termos serão utilizados por sinônimos.

meio da centralidade dos Meios de Hospedagem na determinação dos fluxos turísticos. Este último aspecto, identificado como relevante tanto por não ser intuitivo como os dois anteriores e por sua importância na organização do turismo de pesca, é o centro de preocupação do presente artigo. Ele nasceu, como hipótese, das entrevistas informais, em que vários turistas declararam que chegam aos destinos em ligação direta com os meios de hospedagem (hotéis e barcos-hotéis). Essas informações foram checadas em entrevistas com os gerentes dos meios de hospedagem do Pantanal. A verificação de tal hipótese implica uma maior compreensão da dinâmica da cadeia produtiva do turismo de pesca, com inferências relevantes para a orquestração de políticas setoriais voltadas a esta.

FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA

O turismo é definido como um fenômeno sociocultural e econômico que implica no deslocamento temporário de indivíduos para lugares fora de seu ambiente habitual com a finalidade, entre outras, de satisfação pessoal por meio do lazer (turismo cultural, de sol e praia, turismo de aventura, etc.) ou com objetivos comerciais e profissionais (UNWTO, 2010), como o turismo de negócios e eventos.

Para ser configurado como turismo, o deslocamento deve levar ao pernoite no destino receptor (OMT, 2008). Para além do deslocamento, o turismo como atividade do terceiro setor, trabalha com o imaginário, com a expectativa e o desejo de quem viaja (DANN & COHEN, 1991; GASTAL, 2005). Como consequência da correria, do estresse, do tumulto e da pressa que a cidade impõe, a viagem torna-se também uma válvula de escape nas merecidas férias (URRY, 2001). É a partir das diversas motivações do turista que o turismo é segmentado.

O conceito de centralidade no turismo é objeto de estudos que apoiam o planejamento espacial dos destinos turísticos, como os de Turner & Rosentraub (2002); Lee et al., (2013). Aranburu et al., (2016); Gao e Xi (2018) e Firoozmand e Costa (2021). As discussões exploram as perspectivas de que diversos segmentos de serviços podem se destacar como elemento de centralidade, como é o caso do turismo rural, esporte, lazer e atividades hospitalares.

Dentre os diversos segmentos de turismo, o turismo de pesca compreende as atividades turísticas decorrentes da prática da pesca amadora ou esportiva (SEBRAE,

2010) e é definida como “aquela praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto” (BRASIL, 2010, p. 17).

O turismo de pesca exige um conjunto de bens e serviços e o uso de equipamentos (estruturas) sociais e econômicos, seja de cunho turístico ou não (BRASIL, 2010). De forma geral, as atividades turísticas de pesca reúnem em seu circuito, além dos atrativos (rios, lagoas e paisagens), meios de hospedagem (hotéis especializados, barco hotéis, pousada, rancho, acampamentos de pesca); postos de abastecimento automotivo, serviços de alimentos e bebidas, além de atividades contíguas como agências de viagem, receptivos, meios de transporte (aéreo, rodoviário e fluvial), condutores e guias turísticos (piloteiros), lojas de equipamentos de pesca e isca, entre outros (SEBRAE, 2008). A interconexão e o encadeamento desses elementos compreendem a cadeia produtiva de turismo de pesca ou o *trade* turístico de pesca (RESENDE, 2008).

O Brasil tem grande potencial para o turismo de pesca, com mais de 8.000 km de litoral marítimo, 35.000 km de cursos hídricos, além de 9.000 km de margens em reservatórios (MTUR, 2016). Possui a ictiofauna mais diversa do mundo, com o registro de mais de 2.500 espécies de peixes em águas continentais, tendo ainda inúmeras espécies não catalogadas e desconhecidas pela comunidade científica (IBAMA, 2017). Britski et al. (2007) descreveram 269 espécies de peixes no pantanal, sendo que muitos grupos e ambientes ainda carecem de maiores estudos para sua compreensão, incluindo diversas áreas de cabeceiras e alagados.

Vista como importante atividade econômica, a pesca turística desenvolve-se no Brasil, sobretudo, em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Pará, Tocantins e Goiás (MTUR, 2016). O Pantanal é a maior planície inundável do planeta (SILVA E ADBON, 1998) e está entre os destinos mais importantes no Brasil para o turismo de pesca e de contemplação (ALMEIDA, 2002; FUNDTUR, 2018). Localiza-se na região Centro-Oeste, com mais de 190.000 km², estendendo-se pelos estados de Mato Grosso (MT), Mato Grosso do Sul (MS) e pela Bolívia e Paraguai (JOIA; CARAVASSILAKIS, 2015). Trata-se de um bioma de rica biodiversidade, marcado pelo movimento constante das águas, que se distribuem pelos períodos das cheias e da vazante. Esses períodos são parte do processo ecológico conceituado como pulso de

inundação, o qual age como bioprocessador dos nutrientes para a vida aquática que são transportados pelos rios, favorecido pelas trocas entre a fase terrestre (seca) e a fase aquática (cheia) (JUNK *et al.*, 1989; RESENDE, 2008).

A RHP, *locus* de estudo do presente artigo, também conhecida como Bacia do Alto Paraguai (BAP), abrange uma área de 362.380 km² (ANA, 2018), que compreende parte dos estados de Mato Grosso (MT) e Mato Grosso do Sul (MS). No ano de 2017 a população estimada era de 3.483.761 habitantes (IBGE, 2017), distribuídos por 86 municípios (BRASIL, 2006). A região é composta por duas grandes cidades (Campo Grande, e a conurbação de Cuiabá e Várzea Grande) e importantes cidades médias (Cáceres, conurbação Corumbá-Ladário, Coxim, Rondonópolis e Tangará da Serra). O resultado da pesquisa mostrou que os principais destinos turísticos em Mato Grosso são Cáceres e Poconé, e em Mato Grosso do Sul são Corumbá, Coxim e Miranda/Aquidauana.

Apesar de haver inúmeros investimentos e propostas de fortalecimento da atividade de pesca turística (BRASIL, 2016), os dados sobre ela são insuficientes e inexistente controle efetivo sobre a prática de pesca (IBAMA, 2007; ABREU; COELHO; CAMARGO; ALMEIDA, 2015; DITTON; HOLLAND; ANDERSON, 2002). Segundo o extinto Ministério de Pesca e Aquicultura (MPA), em 2011 havia 287.053 pescadores amadores licenciados no Brasil, sendo 299 carteiras expedidas para estrangeiros. Os maiores estados emissores de licenças de turismo de pesca foram São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (MPA, 2011).

A prática de pesca turística é uma atividade claramente marcante na RHP (ANA, 2018, p. 32). Somente em Corumbá (MS) foram recebidos em 2015 mais de 50 mil turistas, que movimentaram mais de R\$ 101 milhões. A geração de renda pelo turismo de pesca nesse município durante ano foi de R\$ 5.101.127,28 (FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL, 2015).

Como acima apontado, os meios de hospedagem constituem elemento chave nas cadeias de turismo, sendo que o pernoite é um requisito para a própria definição de turismo (OMT, 2001). E, no caso da pesca turística, as incursões iniciais da pesquisa trouxeram a hipótese de que, mais do que um elemento chave na cadeia, ele ocupa papel central na própria articulação e estruturação da cadeia, como elemento de

desintermediação. A inexistência de dados secundários suficientes levou à necessidade de incursão em pesquisa primária no intuito de melhor compreender a cadeia e nela o papel desempenhado pelos meios de hospedagem.

MÉTODO E MATERIAIS

Os procedimentos metodológicos contemplaram três etapas sequenciais: pré-campo, campo e pós-campo. O pré-campo consistiu: (1) na caracterização e contextualização multidimensional do locus de estudo, a partir do levantamento e da consulta documental e bibliográfica e análise de dados secundários com suporte em bases distintas como sites, artigos e livros e nos órgãos públicos federais, estaduais e municipais; (2) em visitas preliminares a municípios da região (Cuiabá, Cáceres, Santo Antônio do Leverger, Barão de Melgaço e Rondonópolis em MT, e Campo Grande, Coxim, Corumbá e Aquidauana no MS) com observação e entrevistas em aberto, o que permitiu levantar a hipótese das especificidades do turismo de pesca e da centralidade dos MHs.

A segunda etapa consistiu no trabalho de campo propriamente dito, conduzido por meio da observação direta e da aplicação de questionários tipo *survey* (FREITAS *et al.*, 2000) junto aos meios de hospedagem (proprietários, gerentes e responsáveis) que recebem turistas de pesca, exclusivamente ou juntamente com outros segmentos de turismo. Com abordagem de caráter quantitativo (CRESWELL; CRESWELL, 2021), os questionários foram aplicados em Mato Grosso, nos municípios de Barão de Melgaço, Cáceres, Cuiabá, Nobres, Poconé, Porto Jofre e Santo Antônio de Leverger e, em Mato Grosso do Sul, nos municípios de Coxim, Miranda, Corumbá e Ladário.

A finalidade foi a de tentar cobrir a totalidade dos MHs nestas localidades, consideradas os destinos turísticos mais relevantes da RHP. Contudo, em alguns casos, os responsáveis recusaram-se a responder ao questionário. Houveram ainda entrevistas com atores-chaves locais, como representantes públicos, lideranças locais e moradores de longa data, considerados como interlocutores chaves. Os campos realizados nas localidades tinham em média duração de 10 dias, percorridos de avião (Brasília – MT/MS), carro e/ou ônibus estadual, e com a contribuição de estagiários (universitários) para a aplicação dos questionários.

Os questionários foram desenhados para caracterizar o turista de pesca, a partir dos dados de fluxo, origem, tempo médio de permanência, e compreender a infraestrutura e o papel dos meios de hospedagem (MHs) como um dos elementos principais da cadeia de turismo de pesca. Ainda sobre os MHs, os questionários indagaram sobre o montante de empregos, o faturamento e a renda, além do número médio de empregados diretos e indiretos.

A terceira etapa contemplou a organização, sistematização e análise dos dados obtidos. Os questionários foram aplicados entre março e outubro de 2018, período em que a pesca é permitida por lei (BRASIL, 2009), e analisados em 2019. Os resultados foram tabulados em planilhas estruturadas de Excel e, em seguida, os dados foram processados no programa Stata, por meio da dupla digitação.

Obtivemos o dado do fluxo de turistas por meio do cruzamento com a informação sobre os leitos existentes em todos os MHs pesquisados e sobre a taxa de ocupação ao longo do ano. Para seu cálculo, tomamos em consideração a média da taxa de ocupação da baixa e alta estação, assim como a anual, declarada. Sempre usamos a média das faixas declaradas, com exceções quando havia forte discrepância nas declarações, comparadas com MHs similares ou distintos da observação local.

O faturamento dos estabelecimentos foi perguntado diretamente aos seus responsáveis estas declarações foram confrontadas com o número de turistas pelo valor médio da diária. Para obter os resultados, os meios de hospedagem foram classificados em dois tipos: os que se dedicam exclusivamente ao turismo de pesca e os que são mistos, ou seja, que recebem também outros tipos de turistas, como ecoturistas e turistas de negócios. Neste caso, na impossibilidade de os responsáveis dos MHs discernirem com clareza quem seria turista de pesca ou não, como estimativa adotamos o princípio de considerar 10% dos hóspedes como turistas como de pesca, a partir do conjunto das informações fornecidas pelos responsáveis.

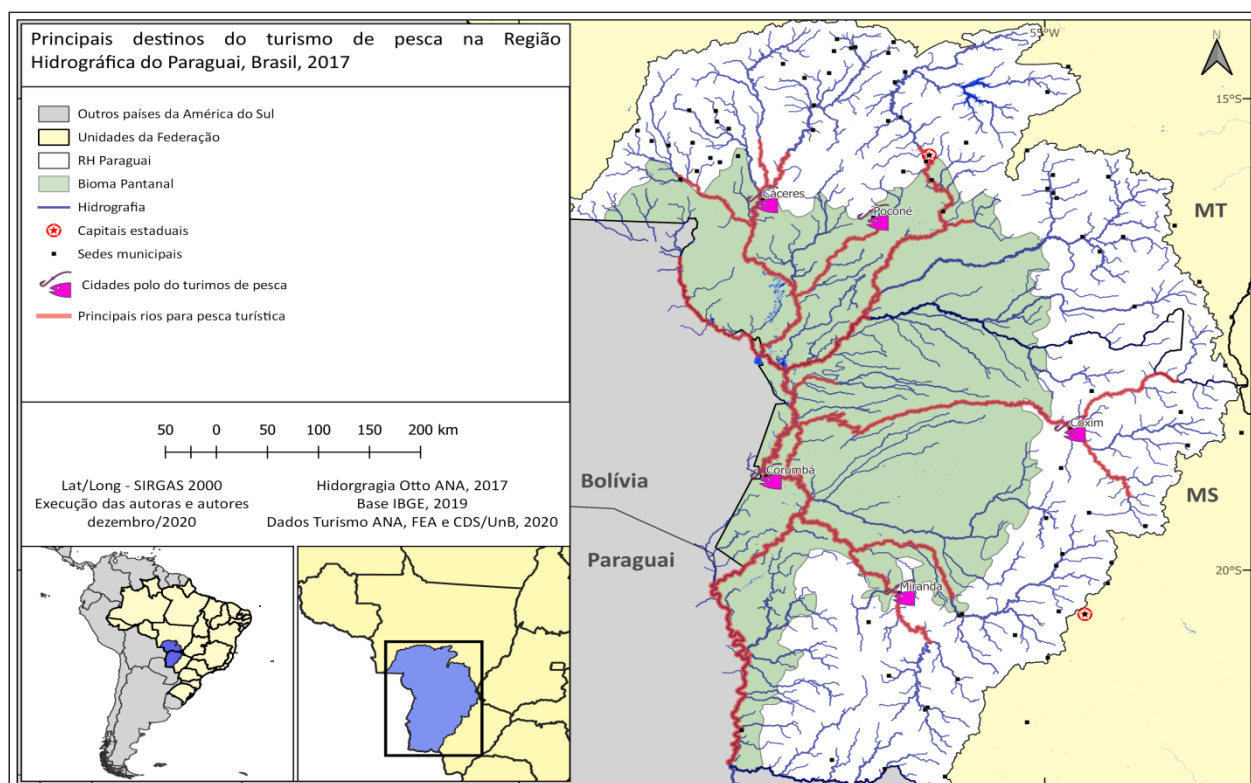
Os dados relativos aos empregados e à sua renda foram obtidos pela declaração direta do número de empregados diretos e indiretos ou temporários e pela sua multiplicação pelo salário mínimo vigente em 2018. A exceção foram os barcos hotéis, para os quais se utilizou apenas a declaração dos proprietários das embarcações. Obtivemos o valor final dos gastos com colaboradores pela multiplicação do número de

empregados pelo salário mínimo no período de oito meses, correspondente à época de pesca legal. Os trabalhadores indiretos ou temporários foram considerados como trabalhadores de meio tempo, ou seja, contratados por meio período ou pela metade dos oito meses (período permitido à pesca).

A espacialização dos dados de turismo de pesca na RHP deu-se sobre a base cartográfica IBGE 2019 e a base hidrográfica ANA 2017 5k Otto codificada, utilizando ferramentas de geoprocessamento de diagramação da plataforma *opensource* QGIS 3.18. Foram destacadas sobre essas bases as posições das sedes dos municípios identificados como os principais destinos de pesca turística. Foram mantidos os destaques para as capitais estaduais, que funcionam como importantes entrepostos de ligação e de logística aeroportuários, rodoviários e aquaviários para acesso a esses polos.

Por outro lado, a espacialização dos rios mais importantes para a pesca turística obedeceu ao procedimento metodológico de sobreposição complementar do número de fontes. A primeira alimentação de dados foi obtida pela rota realizada pelos barcos-hotéis originados do polo Corumbá-Ladário, segundo divulgação das empresas do ramo, e posteriormente selecionados para o escopo da presente pesquisa. A segunda fonte proveio do cruzamento do porte hierárquico da rede de drenagem, a posição das cidades polo para o turismo de pesca e a piscosidade dos rios, com foco especial para as espécies de maior interesse turístico (ANA, 2020). Assim, estão destacados no Mapa 1 os rios mais importantes para a atividade, mas não a integralidade de onde ocorre a atividade, estando ausentes dessa representação os cursos hídricos de menor porte, acessados com embarcações menores, mas que estão conectados direta ou indiretamente aos rios em destaque.

MAPA 1. Principais destinos do turismo de pesca na Região Hidrográfica do Paraguai, Brasil, 2017.



Fonte: Tainá Labrea, doutor em geografia pela Universidade de Brasília/UnB.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este item será apresentado em quatro subitens, o primeiro desenhando o que são os MHs em Mato Grosso (MT), o segundo este mesmo procedimento em MS, o terceiro comparando os dados, e o último, sinalizando as três características do turismo de pesca, que diferencia o segmento de outros, em particular o procedimento de desintermediação já presente em outros segmentos.

a) Configuração dos meios de hospedagem nos destinos turísticos na Região Hidrográfica do Paraguai em Mato Grosso

Na RHP há 86 municípios, dos quais 53 em Mato Grosso, mas há poucos como destinos de pesca turística (BRASIL, 2006). Esta se concentra principalmente em cinco: Cáceres, Cuiabá, Poconé, Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger. Ao que se deve acrescentar dois destinos secundários: Barra do Bugres e Nobres. Nesses destinos

foram pesquisados 50 MHs, dos quais 21 MHs exclusivos de turismo de pesca e 29 mistos. A Tabela a seguir detalha esses dados:

TABELA 1. Número de Meios de Hospedagem existentes nos destinos turísticos de Mato Grosso, 2018.

| MUNICÍPIOS | MHs EXCLUSIVOS DE PESCA | MHs MISTOS | Nº TOTAL DE MHs |
|---------------------------|-------------------------|------------|-----------------|
| Cáceres | 18 | 6 | 24 |
| Barra do Bugres | 1 | 5 | 6 |
| Nobres | 0 | 1 | 1 |
| Cuiabá | 1 | 4 | 5 |
| Poconé | 10 | 0 | 10 |
| Barão de Melgaço | 1 | 2 | 3 |
| Santo Antônio de Leverger | 0 | 1 | 1 |
| TOTAL | 31 | 19 | 50 |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários levantados.

De fato, os polos centrais de atração de turistas de pesca, são quatro, porque Cuiabá é mais um ponto de passagem, onde uma grande parte os turistas transitam: Cáceres, Poconé, Santo Antônio de Leverger e Barão de Melgaço, com destaque aos dois primeiros. Apesar da pequena quantidade e falta de estrutura hoteleira, no caso de Barão de Melgaço e Santo Antônio de Leverger, a atratividade e relevância estão por serem municípios próximos de Cuiabá e rios piscosos e por conterem muitos ranchos informais nos quais os turistas se hospedam, segundo relatos dos entrevistados.

Os polos emissores centrais são oito: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e os dois estados da própria RHP, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Os meios de transporte mais utilizados para se chegar aos destinos são os rodoviários (ônibus, carros particulares ou de aluguel) e o aéreo (aviões de carreira e particulares). Há hotéis que, inclusive, possuem pistas de pouso próprio.

Com relação ao turista de pesca, há os que pernoitam apenas um dia, em geral no fim de semana e feriados, sendo na maioria turistas regionais e os que permanecem por alguns dias no local. As diárias variam entre R\$ 80,00 e mais de R\$ 1.000,00. Este preço mais alto é cobrado nos barcos-hotéis que adotam o conceito de all inclusive.

O maior número de meios de hospedagem dedicados ao turismo de pesca está em Cáceres e Poconé. O primeiro desponta com o maior número de turistas por ano (53.900) e com o faturamento mais alto - R\$ 26.622.840,00 anuais. Além da maior concentração de MHs nesses dois destinos, essas cifras se devem também à presença de barcos-hotéis, que são atrativos fortes e caros. Cuiabá apresenta o segundo maior faturamento, provavelmente por ser a capital do estado, assim como os valores das diárias serem mais elevadas, sendo destino de pernoite passageiro para outros polos turísticos.

TABELA 2. Síntese dos meios de hospedagem entrevistados: fluxo turístico, renda e emprego dos estabelecimentos nos municípios de Mato Grosso, 2018.

| MUNICÍPIOS | MEIOS DE HOSPEDAGEM (NÚMERO) | TURISTAS (FLUXO/ANO) | FATURAMENTO (R\$/ANO) | EMPREGADOS (ESTOQUE/ANO) | TOTAL DE SALÁRIOS PAGOS (R\$/ANO) |
|---------------------------|------------------------------|----------------------|--------------------------|--------------------------|-----------------------------------|
| Cáceres | 24 | 53.900 | 26.622.840,00 | 124,5 | 836.667,00 |
| Barra do Bugres | 6 | 4.291 | 643.702,50 | 5 | 51.840,00 |
| Nobres | 1 | 146 | 21.960,00 | 7 | 306.027,00 |
| Cuiabá | 5 | 17.568 | 4.109.265,00 | 29 | 276.000,00 |
| Poconé | 10 | 2.386 | 913.475,00 | 12 | 115.200,00 |
| Barão de Melgaço | 3 | 657 | 98.454,00 | 1 | 4.579,20* |
| Santo Antônio de Leverger | 1 | 183 | 41.175,00 | 1 | 5.342,40 |
| TOTAL | 50 | 100.609 | R\$ 32.450.872,00 | 174 | 1.595.656,00 |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários.

(*) O valor de salário total refere-se apenas aos MHs mistos do município de Barão e Melgaço. O MH especializado em turismo de pesca não tem empregados. Os próprios donos administram e atendem os turistas, impossibilitando a realização dos cálculos.

b) Configuração dos meios de hospedagem nos destinos turísticos na Região Hidrográfica do Paraguai em Mato Grosso do Sul

Dos 86 municípios pertencentes à RHP, 33 se localizam no Mato Grosso do Sul (BRASIL, 2006). Cinco destes são destinos consolidados de turismo de pesca: Coxim, Miranda, Corumbá, Ladário e Porto Murtinho.

Pesquisamos uma rede de 92 meios de hospedagem no MS voltados para o turismo de pesca - hotéis, pousadas, pesqueiros/pousadas e ranchos/pousadas. Essa cifra inclui 22 barcos-hotéis em Corumbá e um em Miranda. Desses MHs, 61 são exclusivos de turistas de pesca e 31 são mistos, ou seja, recebem outros turistas (ecoturismo e turismo de negócios). Não foi possível contabilizar as residências particulares, normalmente denominadas de “ranchos”, frequentadas por seus proprietários, familiares e amigos, mas por vezes alugados. Um técnico da secretaria municipal entrevistado citou a existência de cerca de 300 ranchos particulares em Coxim. Os indicativos apontam que na região de Miranda também há uma alta incidência de ranchos particulares frequentados por seus proprietários, familiares e amigos, mas em menor volume do que em Coxim. Esse tipo de residência secundária voltada para a pesca é menos frequente na região de Corumbá e Ladário, talvez por causa da distância em relação aos polos de emissão. A distribuição dos meios de hospedagem em Mato Grosso do Sul pode ser observada na Tabela 3:

TABELA 3. Quantidade de Meios de Hospedagem em Mato Grosso do Sul, 2019.

| MUNICÍPIOS | MHs | | Nº TOTAL DE MHs |
|----------------------------|---------------------|------------|-----------------|
| | EXCLUSIVOS DE PESCA | MHs MISTOS | |
| Coxim | 21 | 19 | 40 |
| Miranda | 8(*) | 3 | 11 |
| Corumbá | 10 | 7 | 17 |
| Corumbá - Barcos-Hotéis | 22 | 0 | 22 |
| Ladário | 0 | 2 | 2 |
| TOTAL | 61 | 31 | 92 |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários levantados.

(*) Um desses hotéis é barco hotel.

Porto Murtinho não foi incorporado nessa análise, pois não havendo qualquer PCH no local ou projeto futuro de implantação desse tipo de empreendimento, a pesquisa original, cujo foco estava em estudar municípios que tivessem essa característica, não elegeu tal localidade para estudo.

Assim como ocorre em MT, o fluxo do turismo de pesca em MS possui especificidades. Os polos centrais de atração de turistas de pesca são três:

Corumbá/Ladário, Miranda (Aquidauana e Anastácio) e Coxim. Os polos emissores centrais são oito: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e os dois estados da própria RHP, MT e MS. Os meios de transporte usados para chegar aos destinos são rodovias (ônibus, carros particulares ou de aluguel) e aviões (de carreira e particulares).

Como em Mato Grosso, entre os turistas de pesca, de modo geral há dois tipos: os que apenas pernoitam (em geral provenientes do próprio estado ou de Mato Grosso) e os que permanecem de dois a seis dias. As diárias dos meios de hospedagem variam de menos de R\$ 100,00 (cem reais) a mais de R\$ 1.000,00 (mil reais). Os mais caros são os barcos-hotéis, pois as suas diárias compreendem hospedagem, refeições, barcos de pesca, combustível, piloteiros e iscas. Alguns incluem a recepção e o traslado dos aeroportos aos barcos-hotéis. Os mais baratos são ranchos ou pesqueiros nas beiras dos rios, sem fornecimento de refeições, a não ser um café matinal, quando por vezes oferecem apenas espaço para montagem de barracas. De modo geral, os mais caros se situam em Corumbá e os mais baratos em Coxim. Segundo a Fundação de Turismo de MS, a média da diária nos meios de hospedagem do estado é de R\$ 262,00 (duzentos e sessenta e dois reais), no caso do turismo de pesca é de R\$ 731,00 (setecentos e trinta e um reais).

Conforme os dados da Tabela 4, vemos que a maioria dos meios de hospedagem se encontra em Coxim (40), assim como este recebe maior número de turistas em comparação com os outros destinos pesquisados (49.875). No entanto, os 22 barcos-hotéis em Corumbá são os empreendimentos que obtêm o maior faturamento anual (R\$ 59.637.000,00), devido ao alto valor da diária e à especificidade da atividade turística pesqueira. A lógica dos barcos-hotéis repercute na média alta de salários anuais providos por estes, chegando a R\$ 9.035.000,00.

TABELA 4. Síntese de meios de hospedagem entrevistados: fluxo turístico, renda e emprego dos estabelecimentos nos municípios de Mato Grosso do Sul, 2018.

| MUNICÍPIOS | MEIOS DE HOSPEDAGEM (NÚMERO) | TURISTAS (FLUXO/ANO) | FATURAMENTO (R\$/ANO) | EMPREGADOS (ESTOQUE/ANO) | TOTAL DE SALÁRIOS (R\$/ANO)* |
|-------------------------|------------------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|------------------------------|
| Coxim | 40 | 49.875 | 12.128.073,00 | 65,75 | 631.200 |
| Miranda | 11 | 23.750 | 7.521.986 | 101 | 1.212.000 |
| Corumbá | 17 | 36.517 | 9.154.118 | 106 | 1.083.392 |
| Corumbá - Barcos-Hotéis | 22 | 11.511 | 59.637.000 | 284 | 9.035.000 |
| Ladário | 2 | 1.318 | 290.018,40 | 4,4 | 52.800,00 |
| TOTAL | 92 | 122.971 | 88.731.195,40 | 561,15 | 12.014.392,00 |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários.

(*) Calculado com base no Salário Mínimo de 2018.

c) Análise comparada dos gastos e faturamento dos MHs em MT e MS

Os MHs, por serem considerados centrais na cadeia produtiva do turismo de pesca nos dois estados, foram identificados e caracterizados. Em MT, foram identificados 50 MHs, com faturamento anual de R\$ 32.450.872,00 e 172 empregos gerados, atendendo em média 100.609 turistas ao ano.

Os turistas gastam em média R\$ 150,00 por dia nos municípios de Santo Antônio de Leverger, Barão de Melgaço, Barra do Bugres e Nobres. Nos demais municípios o gasto é um pouco mais elevado, podendo chegar a R\$ 500,00, por serem polos mais exclusivos em turismo de pesca, com barcos hotéis, como Cáceres e Poconé. A maior exceção ocorre em Corumbá, onde os turistas chegam a gastar R\$ 1.000,00 por dia nos barcos hotéis.

Cáceres e Cuiabá se apresentam como os maiores destinos turísticos de pesca em Mato Grosso pelos valores demonstrados. Cuiabá é o meio de entrada aérea para os destinos de Cáceres e Poconé (e Porto Jofre⁸, que não consta em separado, pois é um distrito de Poconé), já que estes não têm aeroportos para aviões de grande porte e, por outro lado, a capital Mato-Grossense não tem muitos lugares de pesca para turistas. Os

⁸ Porto Jofre em 2018 tinha um hotel com pista para pequenas aeronaves.

tablados sobre o rio Cuiabá, nas cercanias da cidade, recebem, em geral, pescadores amadores locais.

Em MS, 92 MHs foram reconhecidos, com faturamento que alcança R\$ 88.731.195,40, gerando quase 562 empregos, para atender 122.971 turistas por ano. Os barcos-hotéis constituem a parte mais rentável do turismo. Embora constituam pouco mais de um quarto dos meios de hospedagem, os barcos-hotéis são responsáveis por mais de dois terços do faturamento total e por mais da metade dos empregos (54%).

Os turistas gastam diariamente em média R\$ 731,00, mas com fortes variações na região. Os turistas dos barcos-hotéis gastam localmente pelo menos R\$ 1.100,00 per capita por dia enquanto os turistas de Coxim gastam R\$ 241,00, abaixo da média das diárias de MS (R\$ 262,00), segundo a Fundação de Turismo do estado. No caso de turistas de barcos-hotéis, o valor da diária compreende geralmente um pacote fechado com tudo incluído (refeição, materiais de pesca, aluguel de barco e piloto), enquanto os de Coxim, uma boa parte, não têm nem a refeição. Mesmo assim, a diferença parece relevante, denotando dois tipos bem distintos de turistas, marcadamente por seu poder aquisitivo.

Coxim é o destino turístico aparentemente menos rentável do ponto de vista econômico do negócio individual, embora de importância agregada para a economia local: recebem nos MHs 41% dos turistas, mas gera apenas 14% do faturamento. Contudo, apesar de um número considerável de turistas, o baixo faturamento faz com que seja um local em que o turismo de pesca é praticado sem um efeito multiplicador econômico considerável e fazendo com que sobrevivam apenas alguns pequenos e modestos MHs. Em muitos casos, os ranchos são geridos por pescadores profissionais, sendo de sua propriedade ou de terceiros (pertencentes, por exemplo, a antigos turistas) onde os pescadores pernoitam ou possuem residência em troca de cuidados da residência. Os seus turistas chegam, em geral, de carro, vindo do interior de São Paulo, dos dois estados da RHP ou outros estados. Os meios de hospedagem de Corumbá e Miranda ocupam melhores posições. Em Miranda, a diária média do turista é de R\$ 273,00, enquanto em Corumbá gira em torno de R\$ 257,00.

Deve-se considerar que os gerentes dos MHs entrevistados têm a tendência de minimizar o seu faturamento. Alguns, inclusive, recusaram a prestar informações sobre

estes aspectos. No geral, apesar da recepção positiva em diversos MHs visitados, houve dificuldades para a obtenção de informações precisas, em particular em relação ao faturamento e ao número de empregados, mas também quanto à origem dos turistas. Por um lado, há a desconfiança e, por outro, o desconhecimento preciso da origem dos turistas, por exemplo, na medida em que eles não são contabilizados.

Finalmente, deve-se ter igualmente presente que uma parte significativa dos turistas e dos seus gastos não foi revelada, porque usaram MHs não identificados ou, mais relevante, porque têm abrigo em ranchos próprios ou de amigos e parentes. Dessa forma, o leitor deve ter presente que os valores aqui considerados estão subdimensionados frente o conjunto da realidade.

d) Os fundamentos da especificidade do turismo de pesca e a centralidade dos MHs

Identificamos no turismo de pesca no Pantanal três especificidades que o diferenciam dos demais segmentos turísticos, segundo depoimentos dos gerentes de hotéis, dos turistas e de autoridades locais.

A primeira é a fidelidade ao destino, ou seja, o turista de pesca retorna ao destino que o agrada, com amigos e familiares. Geralmente, costuma ir a uma mesma localidade durante vários anos e, em alguns casos, mais de uma vez ao longo do ano. Em geral os turistas de pesca viajam em grupos, sejam familiares ou de amigos, neste caso grupos do sexo masculino. Porém, viagens de pesca em barcos hotéis exclusivos para mulheres também foram constatados, embora em menor número. É esta fidelidade a base material para os MHs obter uma centralidade na cadeia produtiva de turismo de pesca, constituindo um traço marcando na sua especificidade.

A segunda especificidade é o próprio recurso pesqueiro (ABREU et al., 2015; DITTON et al., 2002), e não principalmente a paisagem onde ele se encontra. Certamente, a beleza cênica é um fator relevante, assim como a gastronomia local. No entanto, o que mais importa para esse tipo de turista é a piscosidade dos cursos hídricos. Ele pesca, sobretudo pelo prazer da prática, e não necessariamente para o consumo. Nesse sentido, a sazonalidade é um item muito considerado e é definido por dois parâmetros. O primeiro é o período da piracema, também chamado de defeso, no qual a prática da pesca é proibida. O segundo corresponde às épocas de maior volume de peixes potencialmente capturáveis (piscosidade). Em Mato Grosso do Sul, a alta estação

da pesca começa em agosto e acaba em outubro. Já em Mato Grosso, a alta estação se dá entre os meses de março e julho, de tal forma que muitos meios de hospedagem se voltam, no segundo semestre, para receber e guiar turistas de observação de pássaros e onça, sobretudo ao longo da rodovia conhecido como Pantaneira e em Porto Jofre.

A terceira característica é a desintermediação. Ocorre uma desconexão com a necessidade de serviços de agências de viagem e/ou operadoras (LAW et al., 2015), pelo fato de o turista conhecer o local, preços e funcionamento, negociando as viagens diretamente com os meios de hospedagem ou barcos hotéis, o que é uma demonstração do papel de centralidade que os MHs desempenham. Pela forma como atuam os MHs, eles dispensam determinados elementos da cadeia produtiva do turismo, tais com agências de viagem, operadoras e receptivos. Eles impactam também sobre os meios de transporte (deslocamento que oferecem dos aeroportos aos hotéis e vice-versa) e de restauração, na medida em que oferecem serviços *all inclusive*.

O processo de desintermediação na área do turismo é caracterizado pelo “aumento do contato direto entre ofertantes dos principais serviços turísticos com os demandantes (turistas em potencial), reduzindo ou até mesmo eliminando intermediários” (TAVARES; NEVES, 2011, p. 05), como, por exemplo, as agências e operadoras de turismo. Esse movimento surge em razão da possibilidade de o turista ter acesso direto aos MHs do destino final sem que um intermediário seja necessário.

A desintermediação de serviços dentro da cadeia produtiva do turismo, impulsionada fortemente com o advento da internet e dos meios tecnológicos (LAW et al., 2015; KAEWKITIPONG, 2011; RAMOS, 2010), possui suas vantagens e desvantagens. A compra de um serviço sem intermediação possibilita uma flexibilidade, autonomia e variabilidade de escolha do turista, além de ampliar as relações pessoas entre o turista e os prestadores de serviço. Em contrapartida, fazer a compra de um serviço por meio da intermediação de uma agência ou operadora de turismo pode contribuir na economia do tempo no âmbito do planejamento da viagem dada por essas empresas turísticas e na redução de incertezas e inseguranças garantida por elas (SILVA; FILHO; JÚNIOR, 2019).

Nesse sentido, o perfil do turista e a motivação dele na escolha de um destino corroboram também como fatores decisivos para o processo da desintermediação. Por

exemplo, turistas com o perfil de mochileiros e/ou que possuem uma fidelidade ou conhecimento do local de viagem, como é o caso do turismo de pesca, optam pela desintermediação. A modernização dos prestadores de serviços, focados no e-business, aproximam e facilitam a comunicação entre a oferta e a demanda na palma da mão (KAEWKITIPONG, 2011).

A observação de campo e entrevistas com atores locais (fase pré-campo e campo) permitiu identificar, dentro da cadeia produtiva do turismo, que os meios de hospedagem desenvolvem papel fundamental, pois, além de acolher o turista, vários oferecem serviços e têm outras aplicabilidades, para além da sua funcionalidade original de meramente hospedar, tais como agenciamento, receptivo, restauração e mesmo acesso aos acessórios de pesca. Uma grande quantidade de MHs oferece refeições, barcos de pesca, piloteiros, isca e bebidas para os seus hóspedes pescadores. Esse elo da cadeia de turismo de pesca tem maior centralidade e visibilidade, devido em muitos casos à sua localização privilegiada, nas proximidades de rios piscosos e/ou distantes de qualquer centro urbano (JOIA; CARAVASSILAKIS, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo de pesca é uma atividade socioeconômica e cultural relevante no Brasil, particularmente na região do Pantanal. No entanto, pela insuficiência de dados que valorem este segmento turístico, é importante o desenho de suas especificidades, o que foi feito, ainda que parcialmente, nos dois estados que compõem a região.

A hipótese de investigação para a pergunta orientadora do presente artigo foi a de que os Meios de Hospedagem (MHs) ocupam uma centralidade importante nesse segmento, nascida do contato com os turistas e validadas em entrevistas com os proprietários ou gerentes de meios de hospedagem (hotéis e barcos-hotéis). Nesse sentido, o objetivo geral foi pautado em identificar e caracterizar os MHs dos destinos principais de turismo de pesca no Pantanal (MT e MS) para descrever suas especificidades. Com o objetivo de ressaltar a importância dos meios de hospedagem, foram mensurados os valores de emprego e renda gerados nos MHs, além do fluxo médio de turistas de pesca na região.

No que tange as especificidades do turismo de pesca, foram identificadas, além da centralidade dos MHs, três outras: a primeira é óbvia e reside no fato de que a

atratividade principal do turismo de pesca é a riqueza de pescado do local (rios, lagoas ou mares), e tem pouco a ver com a centralidade dos MHS; a segunda é a fidelidade que o turista tem ao destino, ou seja, ele retorna ao mesmo local com amigos e/ou familiares durante alguns anos e até mesmo por mais de uma vez no mesmo ano; e, a terceira, está presente em vários segmentos do turismo e mesmo cadeias produtivas outras, mas parece ser um traço aguçado no turismo de pesca, a desintermediação.

A desintermediação, decorrente da centralidade ocupada pelos MHs, está relacionada ao segundo traço específico do turismo de pesca, a fidelidade de seus consumidores. E ela deve-se a dois fatores. Pelo fato de o turista conhecer o destino e a lógica de funcionamento do segmento ocorre uma desconexão em relação ao uso de serviços intermediários de agências e/ou operadoras de viagem. Os MHs, por (i) sua proximidade física e funcional com o elemento finalístico do turismo de pesca, associado com (ii) a familiaridade e fidelidade do turista aos seus destinos de pesca favoritos, fazem com que os MHs ocupem papel chave como elo da cadeia, inviabilizando que este espaço seja ocupado por empresas turísticas convencionais de intermediação. Mesmo outros elementos da cadeia de pesca, como lojas de material de pesca, de isca e restaurantes são, muitas vezes, fornecidos pelos MHs.

É esta especificidade – desintermediação - que o diferencia dos demais segmentos turísticos, colocando os MHs como elemento central do elo produtor do turismo de pesca. Este processo, que começa a existir em outros segmentos de turismo graças a introdução, na cadeia produtiva, de novas práticas como a utilização de Uber, Airbnb e o contato direto, via web com os meios de hospedagem, lojas de aluguel de carros, empresas de aviação, entre tantos outros, surge como elemento definidor do segmento. Para a existência dessa desintermediação joga papel relevante o comportamento de fidelidade ao destino turístico desenvolvido por parte dos turistas e o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Evidentemente que esta hipótese tendo sido analisada em uma determinada região do País necessita de outros estudos, em outras regiões, para ter sua confirmação assegurada em outros destinos de pesca.

REFERÊNCIAS

- ABRAPCH (Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas), 2016. O que são PCHs e CHGs? Disponível em: <<https://www.abrapch.org.br/pchs/o-que-sao-pchs-e-cghs>>Acessado em 18 de maio de 2019.
- ABREU, A. C. C.; COELHO, R. L. F.; CAMARGO FILHO, A.; ALMEIDA, M. I. S. A. Imagem da Pesca Esportiva Segundo seus Praticantes. Revista Pretexto, v. 16, n. 4, p. 47-64, 2015.
- ALMEIDA, N. P. Segmentação do turismo no Pantanal sul-mato-grossense. Campo Grande: UCDB, 2002. 143 p. Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento Local, Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2002.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai: Resumo Executivo / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2018.
- ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento. Estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/planos-e-estudos-sobre-rec-hidricos/plano-de-recursos-hidricos-rio-paraguai/estudos-de-avaliacao-dos-efeitos-da-implantacao-de-empreendimentos-hidreletricos> Acessado em 26/05/2021.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Sistema de Informações de Geração da ANEEL SIGA. Disponível em: <<https://bit.ly/2IGf4Q0>> Acesso em 26 de julho de 2021.
- ARANBURU, I., PLAZA, B., & ESTEBAN, M. (2016). Sustainable cultural tourism in urban destinations: Does space matter? Sustainability (Switzerland), 8(8), 1–14. <https://doi.org/10.3390/su8080699>
- BRASIL. LEI Nº 11.959 DE 29 DE JUNHO DE 2009 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. O perfil do pescador amador, segundo a licença de pesca amadora. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2011.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Caderno da Região Hidrográfica do Paraguai / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Comitê vai fortalecer turismo de pesca. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6033-comit%C3%AA-vai-fortalecer-turismo-de-pesca.html>> Acesso em 18 de abril de 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de Pesca: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de

- Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 58 p.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.
- DANN, Graham; COHEN, Erik. Sociology and tourism. *Annals of Tourism Research*. Vol. 18. Pp. 155-169. 1991.
- DITTON, B.; HOLLAND, Robert & M.; Stephen & K. ANDERSON, David. (2002). Recreational Fishing as Tourism. *Fisheries*. 27. 17-24. 10.1577/1548-8446(2002).
- FIROOZMAND, L. A. T.; COSTA, S. M. F. Espaço regional e centralidade urbana: uma discussão sobre os meios de hospedagem a partir do período sanatorial na cidade de São José dos Campos – SP. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, vol. 18, n.1, pp. 1-26, 2021.
- FREITAS, H., OLIVEIRA, M., SACCOL, A. Z., & MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 35, n. 3, 2000.
- FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL, 2015. Observatório de Turismo. Relatório da pesca esportiva – 2015: Um retrato do segmento em Corumbá - MS. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B5r4Bnx5xHYKdTZFWnR1dVk3dms/view?resourcekey=0-nTnHek6EKSiF4IJ0A0t_Sw> Acesso em 20 de abril de 2018.
- FUNDTUR - Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Pantanal. Disponível em: <<http://www.turismo.ms.gov.br/conheca-ms/pantanal/>> Acesso em 16 de abril de 2018.
- GASTAL, Susana. Turismo, Imagem e Imaginários. São Paulo: Aleph, 2005.
- GAO, Ping; XI, Jianchao. Network characteristics of tourism destinations: a case from the Yesanpo tourism destination in China, *Journal of Spatial Science*, 63:2, pp. 245-263, 2018.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017. 2017. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao>> Acesso em 09 de agosto de 2017.
- JOIA, Paulo Roberto; CARAVASSILAKIS, Adriana Carla de Araújo. Espacialidade dos meios de hospedagem nas cidades de Aquidauana e Anastácio-MS. *Espaço Plural* • Ano XVI. No 32 - 1o Semestre 2015, p. 243-274. ISSN 1981-478X.
- JUNK, W.J.; BAYLEY, P.B. & Sparks, R.S. 1989. The flood pulse concept in river - floodplain systems. Pp. 110-127. D.P. Dodge (ed.). In: *Proceedings of the International Large River Symposium (LARS)*. Can Spec Publ Fish Aquat Sci 106: 110-127.

- KAEWKITIPONG, Laddawan. Disintermediation in the tourism industry: an investigation of Thai tourism SMEs. *Int. J. Electronic Business*, Vol. 9, Nos. 5/6, 2011.
- KLIEMANN, Bruna Carolina, DELARIVA Rosilene Luciana. Pequenas Centrais Hidrelétricas: cenários e perspectivas no estado do Paraná. *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM: Ciência e Natura*, Santa Maria, v. 37, n. 3, set-dez 2015, p. 274-283.
- LAW, Rob; LEUNG, Rosanna; LO, Ada; LEUNG, Daniel; FONG, Lawrence Hoc Nang. Distribution channel in hospitality and tourism. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, Vol. 27 Iss 3 pp. 431 – 452. 2015.
- LEE, S. H., CHOI, J. Y., YOO, S. H., & OH, Y. G. (2013). Evaluating spatial centrality for integrated tourism management in rural areas using GIS and network analysis. *Tourism Management*, 34, 14–24. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.03.005>
- Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/últimas-notícias/8135-novo-mapa-do-turismo-brasileiro-tem-recorde-em-número-de-regiões.html>>. Acessado em 20 de setembro de 2017.
- Ministério do Turismo, Mapa do Turismo de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/8147-mato-grosso-do-sul-soma-47-municípios-no-novo-mapa-do-turismo-brasileiro.html>> Acessado em 20 de setembro de 2017.
- OMT. Introdução ao Turismo. Madrid, 2001.
- OMT. Recomendações internacionais de estatísticas de turismo (RIET). 2008.
- RAHMIATI, F. WINATA, A. (2020). Destination Marketing To Improve Domestic Tourists' Return Intention. *International Journal of Applied Sciences in Tourism and Events*, 4(2), 86–94. <https://doi.org/10.31940/ijaste.v4i2.1979>
- RAMOS, Célia. Os sistemas de informação para a gestão turística. *Tourism & Management Studies*, ISSN 2182-8458, ISSN-e 2182-8466, Nº. 6, 2010, págs. 107-116.
- RESENDE, Emiko Kawakami de. Pulso de inundação: processo ecológico essencial à vida no Pantanal [recurso eletrônico] / Emiko Kawakami de Resende. – Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008. 16 p. (Documentos / Embrapa Pantanal, ISSN 1981-7223; 94).
- SEBRAE. Turismo no Brasil: Termo de referência para a atuação do Sistema SEBRAE. Brasília, 2010.
- SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 33, número especial, 1998 In <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/5050>, acessado em 24/05/2021.

- SILVA, Gislainy Laise da; FILHO, Luiz Mendes; JÚNIOR, Sérgio Marques. Análise da Percepção dos Consumidores de Meios de Hospedagem em Relação ao Uso das Online Travel Agencies (OTAs). *Rev. Bras. Pesq. Tur.* 13 (1) • Jan-Apr 2019 <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i1.1468>
- TAVARES, Jean Max; NEVES, Otaviano Francisco. O processo de desintermediação dos serviços turísticos: uma análise em um segmento de classe média com alta escolaridade. *Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica*. Vol. VI, nº 1, Rio de Janeiro, MAR. 2011.
- TURNER, R. S., & ROSENTRAUB, M. S. (2002). Tourism, sports and the centrality of cities. *Journal of Urban Affairs*, 24(5), pp. 487–492, 2002. <https://doi.org/10.1111/1467-9906.00133>.
- UNWTO. *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. *Studies in Methods Series M No. 83/Rev.1*, 2010.
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.

CAPÍTULO III (ARTIGO 3)

TURISMO DE PESCA NO PANTANAL SUL: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS, RISCOS E DESAFIOS DA PANDEMIA DA COVID-19

Fishing tourism in the South Pantanal: An analysis of impacts, risks and challenges of the COVID-19 pandemic

Resumo

O Pantanal é a maior planície alagada do mundo, está incrustado na região da Bacia Hidrográfica do Rio Paraguai, entre Brasil, Bolívia e Paraguai, e mantém uma bela e exuberante biodiversidade. É um dos destinos mais apreciados por praticantes de pesca esportiva amadora e, desde a década de 1970, vem consolidando e desenvolvendo uma estrutura turística para receber os cerca de 80 mil visitantes que procuram, anualmente, essa região para pescar. Em 2020, auge da pandemia da COVID-19 no Brasil, verificou-se uma queda abrupta do fluxo de visitantes face a restrições às viagens e necessidade de distanciamento social de modo a preservar a capacidade do sistema de saúde pública. A crise decorrente da interrupção do turismo de pesca provocou o fechamento, principalmente de pequenos negócios, demissão e aumento de problemas sociais nos principais municípios receptores dos turistas de pesca. Este trabalho se debruçou sobre as mudanças e decisões tomadas durante a crise pandêmica com o objetivo de estabelecer elos de aprendizado com as perspectivas de retomada desta importante atividade econômica para o estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados do estudo apontam para a necessidade de ações que permitam fortalecer os municípios e os pequenos empreendimentos com maiores fragilidades, sinalizando para as perspectivas de diversificação da oferta, aprimoramento da gestão e busca por segmentação junto a novos praticantes da pesca esportiva amadora, e posicionamentos mais sustentáveis de negócios e destinos.

Palavras-chave: Turismo Sustentável, Marketing, Gestão do Turismo.

Abstract

The Pantanal biome located in Brazil, Bolivia and Paraguay is the largest wetland in the world with great and exuberant biodiversity. It is a tourist destination much appreciated by amateur sport fishing practitioners and since the 1970s it has been developing infrastructure to receive the approximately 80 thousand visitors a year who seek this region. The beginning of 2020 was the height of the COVID-19 pandemic in Brazil, with a significant drop in the flow of visitors due to restrictions on travel and the need for social distancing in order to preserve the capacity of the Brazilian public health system. The crisis resulting from the closure of fishing tourism activities caused the collapse of small and large, mainly, dismissal of employees and increase of social problems in the main municipalities of the region. This work focused on the changes

and decisions taken during the pandemic crisis in order to establish learning links with the prospects of resuming this important economic activity for the state of Mato Grosso do Sul. The results of the study point to the need for actions that can strengthen municipalities with greater weaknesses and small enterprises, signaling the prospects of diversification of supply, improvement of management and the search for segmentation with new practitioners of amateur sport fishing and more sustainable positioning of businesses and destinations.

Keywords: Sustainable Tourism, Marketing, Tourism Management.

INTRODUÇÃO

Com cerca de 140 mil quilômetros quadrados em território brasileiro, 65% deles no Mato Grosso do Sul, o complexo do Pantanal é um bioma de rara exuberância de fauna e flora. São cerca de 3,5 mil espécies de flora, 124 espécie de mamíferos, 463 espécies de aves e 325 espécies de peixes (ICMBio, 2020). Para a maior parte dos 2,8 milhões de sul mato grossenses (IBGE, 2021), trata-se de uma paisagem desconhecida. Mas não é desconhecida de todos. Dentre os estimados 80 mil turistas de pesca que frequentam a porção sul mato grossense do Pantanal, a maior parte é do próprio estado. Não existem estatísticas específicas de medida de fluxo para o turismo de pesca, mas os números de licenças de pesca emitidas indicavam uma quantidade crescente de praticantes da pesca esportiva amadora, com cerca de 83 mil licenças emitidas no ano de 2019.

Em 2020, com a chegada da pandemia, observou-se um grande choque para os principais destinos de turismo de pesca no Estado, principalmente, os da região do Pantanal sul mato grossense (Pantanal Sul), como Aquidauana, Coxim, Bonito, Corumbá, Miranda, Ladário e Porto Murtinho. Todos estes muito dependentes do Turismo de Pesca. A crise desencadeada com a pandemia provocou queda de renda e demissões nestes destinos, com o consequente aumento de desigualdades e problemas sociais, mas também obrigou a tomadas de decisões corajosas, novas parcerias e, sobretudo, criatividade em busca de soluções que assegurassem a sobrevivência dos pequenos negócios locais que dependem da atividade e que foram os mais atingidos (Mato Grosso do Sul, 2020a).

Para quem estuda e discute este tema, a crise pandêmica revelou acontecimentos instigantes do ponto de vista de pesquisa, quanto à segurança sanitária, gestão da oferta

dos serviços e decisões de marketing sobre segmentação e posicionamento da oferta dos sistemas mais consolidados. Por outro lado, também foram verificadas oportunidades de investigação acerca da incapacidade de reação dos pequenos negócios e polos turísticos menos consolidados. Estes foram justamente o mote do presente trabalho, cujos objetivos foram analisar e discutir os impactos e aprendizados durante a pandemia da COVID-19, e analisar perspectivas e ações do poder público e empreendedores do turismo de pesca para a retomada pós-crise pandêmica.

Para investigar estes elementos foi necessário estabelecer um elo com outros trabalhos realizados sobre turismo de pesca e pesca esportiva amadora. Foram levantados dados sobre o sistema turístico do Pantanal Sul com contribuição de trabalhos anteriores e realizadas novas entrevistas em profundidade com representantes do trade turístico e da Associação dos Pescadores do Pantanal, além da utilização de dados recentes, divulgados pela Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul (FUNDTUR) e pelo Governo do Estado. O presente estudo intentou estabelecer algum foco na elaboração de um panorama dos impactos e desafios proporcionados pela pandemia, de modo a propor prioridades de aprendizado para os sistemas turísticos e para os empreendedores que atuam na região.

Este texto foi estruturado com uma revisão inicial da literatura envolvendo pesca esportiva e amadora, além de aportes sobre segurança e gestão do turismo durante a pandemia. O foco de análise, descrito nos itens posteriores foram sobre a estrutura, fluxo turístico e principais ocorrências e mudanças na região alvo do estudo. Finalmente, foi elaborado um resumo dos principais elementos de aprendizado para os sistemas turísticos e seus principais atores e empreendedores, o que foi apresentado nas considerações finais.

PESCA ESPORTIVA AMADORA E TURISMO DE PESCA

O assunto turismo de pesca é pouco discutido na literatura e não existem conceitos estabelecidos para este segmento. O que se explora de modo mais aprofundado é a vertente da pesca esportiva amadora. Embora não totalmente equivalente, a discussão sobre pesca esportiva serve para abordar alguns conceitos teóricos úteis e que mantêm intersecção com o turismo de pesca. O conceito de pesca esportiva amadora é discutida por autores como Violin e Alves, (2017), Muñoz (2018) e

Catella (2005) que, de maneira geral, referiram-se a ela como sendo uma atividade praticada com equipamentos ou petrechos limitados por legislações que os diferenciam dos pescadores profissionais e com finalidade de lazer ou competição.

Uma característica importante do turismo de pesca é a chamada desintermediação, que é uma desconexão com a necessidade de serviços de agências de viagem e/ou operadoras (Law et al., 2015), pelo fato de o turista conhecer o local, preços e funcionamento, negociando as viagens diretamente com os meios de hospedagem ou barcos-hotéis, o que é uma demonstração do papel de centralidade que os meios de hospedagem desempenham nos destinos de pesca. A desintermediação de serviços, dentro da cadeia produtiva do turismo, é impulsionada pela internet e mídias sociais (Kaewkitipong, 2011; Law et al., 2015; Ramos, 2010). Associando o turismo de pesca como uma atividade turística, Muñoz (2018) argumentou que a pesca é “uma atividade vivencial”, que coloca o praticante em contato com o ecossistema e a cultura, despertando grande interesse por suas nuances.

Na visão dos próprios pescadores, a pesca esportiva amadora é um hobby que oportuniza, principalmente, sensação de relaxamento e contato com a natureza na companhia de amigos, e momento em que é possível demonstrar destreza e conhecimento, além de demonstrar a competência e habilidade para adquirir os melhores equipamentos (Abreu et al., 2015). Catella (2005) ensinou que, no Pantanal, esta atividade turística é marcada pelo ecossistema e que, além de satisfazerem seus prazeres esportivos, são beneficiados pela proximidade com a flora e fauna pantaneira.

Na ausência de uma conceituação mais precisa, o presente trabalho utiliza a definição desta atividade no setor de hospitalidade e turismo, entendendo-se que o turismo de pesca é o procurado por turistas praticantes de pesca esportiva amadora para fins de lazer e recreação, ou, pelos denominados simplesmente, de turistas de pesca.

Desafios para a exploração responsável das atividades correlatas em destinos turísticos durante e após a crise pandêmica

A pandemia da COVID-19 criou dificuldades e desafios inéditos para os sistemas turísticos. Desemprego, insolvência de pequenos e até grandes negócios, crise sociais foram reflexos em regiões anteriormente altamente dependentes do crescimento do fluxo turístico (Mato Grosso do Sul, 2020a). O desenvolvimento socioeconômico

gradual proporcionado pelo crescimento da atividade nos últimos anos teve uma piora, para tais regiões, como demonstram diversos estudos acadêmicos recentes que apontaram para o potencial de perda de empregos e necessidade de ações governamentais para prover renda e segurança alimentar (Burke, 2021; Jamal & Budke, 2020; Škare, Soriano, & Porada-Rochoń, 2021). A redução de fluxo de forma tão impactante faz com que destinos tradicionais tentam aprender com a crise e se voltem para a necessidade de diversificação da oferta, incluindo o turismo de pesca, como é o caso das ilhas Tenerife, na costa da África (Rodríguez & Darias, 2021).

Entretanto, mesmo o turismo de pesca tem sofrido com os impactos socioeconômicos negativos devido à redução do fluxo turístico, principalmente durante o ano de 2020, com a redução do número de voos que traziam os turistas dos destinos tradicionais (Fonseca, Mendes, & Cañizal, 2021), no estado de Mato Grosso, municípios como Poconé, Cáceres e Barão do Melgaço buscaram incentivar o turismo doméstico e encontrar soluções criativas na tentativa de manter negócios e empregos.

A crise pandêmica obrigou os gestores de destinos e empreendimentos turísticos a adotarem medidas para reduzir riscos de contágio. Medidas de higienização e redução de contatos têm sido adotadas com prováveis impactos no pós-pandemia. Jiang e Wen (2020) relataram, por exemplo, que os meios de hospedagem devem adotar a robótica e a inteligência artificial para reduzir o contato humano no atendimento dos hóspedes, além de medidas de higienização de superfícies e revisão de sistemas de ar condicionados centrais, e afirmaram que tais medidas serão cada vez mais frequentes no futuro.

Pela natureza das atividades com características de inseparabilidade de recursos humanos e simultaneidade da oferta, em que o serviço é prestado ao mesmo tempo em que é consumido, o setor de turismo é um dos mais suscetíveis aos problemas advindos da crise pandêmica. Por isso, a adaptação da gestão na retomada pós-pandemia deverá focar em quatro principais dimensões: “gestão de processos, gestão de instalações e capacidade, gestão de pessoas e gestão das interações com clientes” (Coelho & Mayer, 2020).

As preocupações mais imediatas são dirigidas às medidas sanitárias, como as que foram adotadas, por exemplo, em Corumbá, para permitir a continuidade da

operação dos grandes barcos-hotéis de pesca. Um protocolo emitido pela Prefeitura Municipal, em comum acordo com normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), exigiu vários procedimentos – como o treinamento de funcionários e outras medidas para verificação de embarques – necessários ao retorno das operações após um período de interrupção de 4 meses, em 2020 (Mato Grosso do Sul, 2020b).

Por fim, é necessário voltar-se às perspectivas de mudanças quanto aos hábitos dos turistas e à necessidade de busca de novos segmentos de mercado (Vărzaru, Bocean, & Cazacu, 2021), estabelecendo novos canais de comunicação e distribuição com mercados emissivos domésticos e mais próximos dos destinos, e com novos praticantes do turismo de pesca. Nota-se a presença, cada vez importante, do segmento feminino e grupos familiares no turismo de pesca, trazendo com isso uma preferência por práticas mais sustentáveis. A segmentação é praticada por destinos turísticos que pretendam dirigir a oferta turística de modo mais eficiente, dirigindo ações promocionais por meio da divisão do mercado em grupos homogêneos. A segmentação deve ser seguida de boas decisões de posicionamento (Morrinson, 2012). Na atual conjuntura, os destinos turísticos devem se posicionar de modo a aproveitar a tendência de crescimento de segmentos de mercado que buscam ofertas que apresentem mais cuidados com segurança sanitária e sustentabilidade da oferta turística (Pardo & Ladeiras, 2020; Vărzaru et al., 2021).

Existem vantagens expressivas da decisão de segmentação. Uma delas é o aumento do efeito multiplicador econômico, outra é a redução dos efeitos de quedas sazonais de fluxo. O efeito multiplicador econômico é a adição de rendimento em uma economia local, a partir de do aumento das despesas turísticas iniciais. Já os efeitos de sazonalidade de fluxo turístico são comuns em todas as modalidades, mas podem ser reduzidos com ações de marketing (Cabugueira, 2005; Pereira et al., 2014).

MATERIAL E MÉTODOS

Este trabalho se baseou em estudo de caso de natureza qualitativa com uso de dados secundários, pesquisa bibliográfica e entrevistas em profundidade com empreendedores do setor de turismo de pesca. Para o seu desenvolvimento, foram utilizados aportes de textos anteriores sobre o assunto turismo de pesca. Os esforços anteriores para elaborar relatórios de pesquisa e organização de informações sobre o

turismo de pesca foram fundamentais para apresentar uma caracterização inicial do sistema turístico de pesca do Pantanal Sul, e também para apresentar delineamentos acerca da importância socioeconômica da atividade em Mato Grosso do Sul.

A pesquisa de campo, realizada em período anterior a presente pandemia, em 2017, foi possível devido a uma parceria que envolveu pesquisadores da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), Universidade de Brasília, oriundos do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) e foi financiada pela Agência Nacional de Águas (ANA). O trabalho original buscou levantar impactos ambientais e socioeconômicos da implantação de empreendimentos hidroelétricos de pequeno porte na Bacia do Rio Paraguai e a partir dele foram obtidos dados, por meio de entrevistas com pescadores amadores, além de empresários do setor de turismo, proprietários e gestores de pousadas, barcos-hotéis, restaurantes, proprietários de lojas de pesca, entre outros empreendimentos. Esta pesquisa foi qualitativa, por esse motivo a amostra não foi determinística, sendo aplicada com base em questionários estruturados e semiestruturados, direcionados para cada segmento, localizados nos principais municípios receptores de turismo de pesca do Pantanal. Especificamente no Pantanal Sul foram definidos pela coordenação da pesquisa os municípios de Aquidauana, Anastácio, Corumbá, Coxim e Miranda.

Para a discussão central deste texto foram levantados documentos e dados em bases de dados do governo do estado de Mato Grosso do Sul, contidas no Observatório do Turismo de MS e Governo Federal, com buscas sobre os dados do selo de turismo responsável, além de informações sobre decretos e publicações dos municípios que exploram o turismo de pesca. Finalmente, foram realizadas entrevistas por mídias eletrônicas e contatos telefônicos com empresários do setor de turismo de pesca.

O Observatório de Turismo de MS, que foi fundamental para apresentação de dados sobre turismo de pesca, iniciou as atividades de compilação de dados sobre o turismo em Mato Grosso do Sul, no final do ano de 2017. Além de manter em sua estrutura uma equipe técnica responsável por coletar em primeira e gerenciar dados estatísticos, recebe contribuições como a da Capitania Fluvial do Pantanal Marinha do Brasil, em Corumbá.

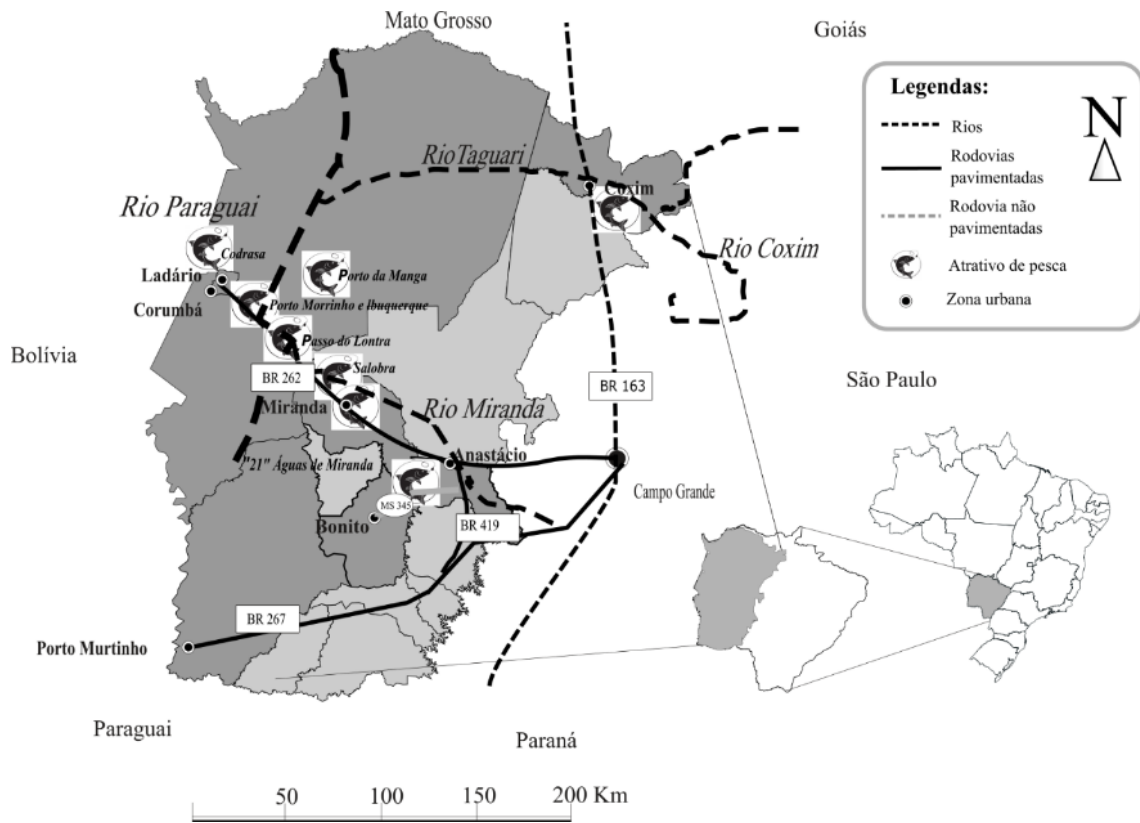
Características do Turismo de Pesca no Pantanal Sul

O Pantanal Sul Mato Grossense, ou simplesmente Pantanal Sul, como a ele se referem autores como Catella (2005), e Gordo e Campos, (2003), compreende os municípios da região da Bacia do Rio Paraguai limitados ao Estado de Mato Grosso do Sul. O Pantanal Sul, que detém aproximadamente 2/3 da área total do Pantanal, é constituído de um planalto e uma imensa planície alagável cujo principal rio é o Paraguai. O principal fenômeno que molda suas características físico-climáticas é o alagamento cíclico que percorre a área alagável que tem até 130 quilômetros de largura, por um período de 3 meses a 6 meses para percorrer sua extensão de, aproximadamente, 700 quilômetros, desde as regiões de Cáceres e Poconé, até o município de Porto Murtinho.

O pantanal foi formado, inicialmente, pelos movimentos tectônicos que também originaram os Andes e, posteriormente, por processos de mudanças climáticas como as ocorrências glaciais na transição entre as eras do pleistoceno e do holoceno, o que significa situar sua idade como planície alagada, entre 2 milhões e, aproximadamente, 10 mil anos atrás, quando se formou a atual estrutura úmida sujeita a aluviões e movimentos sedimentares naturais carreados pelos rios da região, principalmente pelo canal do Taquari (Assine & Soares, 2004).

Dos 86 municípios pertencentes à Região Hidrográfica do Paraguai, 33 se localizam no MS (MMA, 2006). Dentre estes, estão os principais destinos de turismo de pesca: Coxim, Corumbá, Aquidauana, Anastácio, Bonito, Miranda, Ladário e Porto Murtinho (Mapa 2). Bonito e Anastácio se inserem neste rol por abrigarem um dos mais importantes locais de turismo de pesca na região chamado “21”, que é um distrito às margens do Rio Miranda acessível pelo km 21 da rodovia BR 419, entre Aquidauana e Nioaque. Na sua margem direita, encontra-se o Distrito 21 (pertencente ao município de Anastácio) e à margem esquerda o distrito Águas do Miranda (município de Bonito). Este distrito sempre esteve sob maior influência de Bonito, que deve aumentar ainda mais com a conclusão da pavimentação asfáltica entre este município e o distrito em comento na sua margem esquerda (MS 345) e, posteriormente, até a BR 419 (margem direita). A pavimentação deste trecho facilitará o acesso a muitos meios de hospedagem que já operam na região, permitindo importante incremento das opções de turismo de pesca.

MAPA 2. Principais locais de turismo de pesca no Pantanal Sul.



É importante ressaltar diferenças socioeconômicas (Tabela 5), de estrutura turística, como serão demonstradas no tópico subsequente e, também, de avanços em relação a qualidade dos serviços, cujas diferenças podem ser demonstradas por meio da preocupação dos empreendimentos com o sistema de certificação (como se verá na Tabela 9, acerca da adesão ao selo de turismo responsável).

As evidentes disparidades entre os principais municípios de pesca do Pantanal Sul (Tabela 5), dificultam o seu próprio desenvolvimento em um círculo vicioso difícil de romper. A face mais perversa do turismo de pesca, como a prostituição, e mesmo a criminalidade da prostituição infantil e tráfico de drogas, reduz as perspectivas de boas políticas e opções estratégicas de novas empresas e geração de renda para os moradores. Bonito se sobressai em termos de renda per capita, Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e população ocupada com carteira assinada por ter tido investimentos e políticas de desenvolvimento no turismo de natureza desde meados da década de 1990.

TABELA 5. Socioeconomia dos principais municípios de pesca do Pantanal Sul.

| Município | População estimada (2021) | PIB per capita (R\$) | IDH | População ocupada (%) ⁽¹⁾ |
|----------------|---------------------------|----------------------|-------|--------------------------------------|
| Aquidauana | 48.184 | 20.066,24 | 0,688 | 12,8 % |
| Anastácio | 25.336 | 19.920,79 | 0,663 | 11,4 % |
| Bonito | 22.401 | 36.096,37 | 0,670 | 24,6 % |
| Corumbá | 112.669 | 24.943,59 | 0,700 | 15,4 % |
| Coxim | 33.547 | 26.639,52 | 0,703 | 16,2 % |
| Miranda | 28.423 | 18.405,33 | 0,632 | 14,5 % |
| Ladário | 24.040 | 15.570,66 | 0,704 | 15,0 % |
| Porto Murtinho | 17.460 | 20.712,39 | 0,666 | 8,9 % |

(1) Dados 2019

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021)

Estrutura de turismo de pesca no Pantanal Sul

O levantamento realizado na pesquisa realizada em parceria com a ANA e levantamento posterior, contabilizou uma rede de 132 meios de hospedagem no MS voltados ao turismo de pesca – hotéis, pousadas, pesqueiros/pousadas e ranchos/pousadas. Essa cifra inclui 22 barcos-hotéis em Corumbá, 1 em Miranda e 10 em Porto Murtinho. Destes 132, 81 são exclusivos para turistas de pesca e 51 são mistos, ou seja, recebem outros turistas e viajantes de negócios. A Tabela 6 apresenta o número de meios de hospedagem contabilizados na pesquisa nos principais municípios alvo.

TABELA 6. Quantidade de Meios de Hospedagem em Mato Grosso do Sul, 2019.

| Municípios | Meios de hospedagem exclusivos para turistas de pesca | Meios de hospedagens mistos | Número total de Meios de Hospedagem |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------|-----------------------------|-------------------------------------|
| Anastácio/Bonito (Distrito Águas do Miranda) | 8 ⁽¹⁾ | - | 8 |
| Coxim | 21 | 19 | 40 |
| Miranda | 8 ⁽²⁾ | 3 | 11 |
| Corumbá | 10 | 7 | 17 |
| Corumbá - Barcos-Hotéis | 22 | - | 22 |
| Ladário | - | 2 | 2 |
| Porto Murtinho | 2 ⁽¹⁾ | 20 ⁽¹⁾ | 22 |
| Porto Murtinho Barcos - hotéis | 10 ⁽¹⁾ | - | 10 |
| TOTAL | 81 | 51 | 132 |

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados primários levantados (Dados de 2018)

⁽¹⁾ Levantamento posterior com informações em sites especializados (Dados 2020)⁽²⁾ Um desses hotéis é barco hotel

Embora não seja possível estimar corretamente, existe um número muito grande de residências particulares denominadas de “ranchos”, frequentadas por seus proprietários, familiares e amigos, mas, por vezes, alugados em todos os municípios do Pantanal Sul. Apenas em Coxim, um técnico da secretaria municipal entrevistado citou a existência de cerca de 300 ranchos. Os indicativos apontaram que na região de Miranda também há uma alta incidência de ranchos particulares frequentados por seus proprietários, familiares e amigos, mas em menor volume do que em Coxim.

Estes destinos turísticos são procurados, fora do período de pandemia, por mercados emissores prioritariamente domésticos, principalmente provenientes do estado de São Paulo. Outros importantes emissores são: Paraná, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Distrito Federal. O meio de transporte mais utilizado por estes turistas é o transporte rodoviário (Mato Grosso do Sul, 2019). Pequena parte dos turistas utiliza transporte aéreo e são, normalmente, os que compõem os grupos que optam pelos barcos-hotéis da região de Corumbá e Porto Murtinho.

O perfil médio do turista de pesca no pantanal é homem, casado, tem mais de 40 anos, e, quando vem ao Pantanal, hospeda-se em um pesqueiro (rancho de pesca) ou em uma pousada. O tempo de permanência predominante se situa entre 3 a 4 dias (em aproximadamente 40% dos casos) (Mato Grosso do Sul, 2020c).

Nos destinos mais consolidados como Corumbá e Bonito, foram verificados esforços para adotar estratégias de segmentação e posicionamento de modo a reduzir os efeitos negativos da queda do fluxo tradicional de turistas de pesca. O efeito multiplicador econômico é mais favorável aos destinos que buscam este caminho havendo maior geração de renda nos destinos.

Em Coxim, que mesmo antes da pandemia não conseguia atrair novos segmentos, o setor tem sofrido ainda mais com a queda de faturamento. Ademais, um empresário entrevistado, que explora meio de hospedagem, relatou sua descrença de que ocorrerão melhorias nos próximos anos. Segundo este empresário, Coxim recebe um grande número de turistas de pesca que não compram na região, e buscam os numerosos ranchos de pesca existentes no município. Segundo ele, este tipo de público não é interessante, pois acaba com os peixes e não deixa nada para a cidade.

Normalmente, o turista de pesca é fiel ao destino turístico, retornando mais vezes do que se observa em outros segmentos do setor de turismo e hospitalidade. A maior parte dos turistas de pesca (aproximadamente, 63% dos casos) retorna à mesma destinação mais de 5 vezes (Mato Grosso do Sul, 2019). Segundo Galdino e de Resende (2000), o período de maior fluxo de turistas de pesca é entre os meses de agosto, setembro e início de novembro. O período de defeso (piracema), normalmente, vai do início de novembro até o final do mês de fevereiro e, durante este período, as atividades de turismo de pesca ficam paralisadas e os equipamentos inativos.

Não há precisão estatística sobre o total de turistas de pesca que visita a região, anualmente. Considerando apenas o número de licenças de pesca emitidas entre 2014 e 2018, na plataforma Seriema do IMASUL, é possível estimar em média 50 mil turistas por ano (Tabela 7). Mas o número de visitas pode ser maior que o divulgado, pois cada pessoa com licença volta mais de uma vez ao ano aos destinos usuais, principalmente aqueles que moram no próprio estado e mantêm ranchos de pesca no Pantanal Sul.

TABELA 7. Licenças de pesca emitidas por modalidade em Mato Grosso do Sul de 2014 a 2020.

| Modalidade/ano | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Desembarcada | 4.652 | 7.403 | 7.462 | 8.682 | 7.503 | 24.845 | 4.032 |
| Embarcada | 30.377 | 45.198 | 47.350 | 58.752 | 60.069 | 57.506 | 26.544 |
| Pesque e solte | 109 | 159 | 169 | 219 | 362 | 922 | 3.731 |
| Subaquática | 37 | 47 | 57 | 87 | 132 | 267 | 169 |
| TOTAL | 35.175 | 52.807 | 55.038 | 67.740 | 68.066 | 83.540 | 34.476 |

Fonte: Elaborado com dados do Perfil do Turista de Pesca: Pesquisa de Demanda Turística de Mato Grosso do Sul. (Mato Grosso do Sul, 2019)

O estudo do perfil dos turistas de pesca realizado pela FUNDTUR, em 2019, revelou que a maior parte dos turistas permanece entre 5 a 6 dias (50,35%) no destino de pesca; Permanecem, de 3 a 4 dias, 22,58% dos turistas; Mais de 7 dias, 22,48% dos turistas; e, menos de dois dias, 4,6% dos turistas (Mato Grosso do Sul, 2019).

Os meios de hospedagem mais caros são os barcos-hotéis, pois as suas diárias compreendem hospedagem, refeições, barcos de pesca, combustível, piloteiros e iscas. Alguns incluem a recepção e o traslado desde os aeroportos. Os mais baratos são ranchos ou pesqueiros nas beiras dos rios, sem fornecimento de refeições. Os valores de diárias podem variar de menos de R\$ 100,00 nos ranchos de pesca a mais de R\$ 1 mil nos barcos-hotéis.

Os turistas gastam diariamente, em média, R\$ 731,00, mas com fortes variações na região. Os turistas dos barcos-hotéis gastam, localmente, pelo menos R\$ 1.100,00 per capita por dia, enquanto os turistas de Coxim gastam R\$ 241,00, abaixo da média das diárias de MS (R\$ 262,00) (Mato Grosso do Sul, 2019).

Na retomada do turismo de pesca no pós-pandemia, a FUNDTUR realizou nova pesquisa com os turistas de pesca relacionada às intenções de gastos em permanência no destino. Percebeu-se uma retração da renda dos visitantes e evidente preocupação com limites de gastos, além das questões de protocolos de segurança. A maior parte dos turistas declarou que pretende gastar entre R\$ 500,00 e R\$ 1.500,00 per capita (esta faixa de gasto compreende 57% dos respondentes), em todo o período que permanecer no destino de pesca (Mato Grosso do Sul, 2020b).

Atuação de governos e empresários durante a pandemia da COVID-19

Em Mato Grosso do Sul, o período em que é permitida a pesca profissional e amadora (turismo de pesca) se estende de fevereiro até o final de outubro de cada ano. Em 2020, o governo do estado reduziu as cotas para o pescador amador. De acordo com Decreto nº 15.375/2020, cada pescador pode levar apenas um exemplar de espécime nativo, com opção de mais cinco piranhas. Antes deste decreto, havia a possibilidade de transporte de até cinco exemplares de qualquer espécime, desde que respeitados tamanhos máximos e mínimos. Isso obriga a prática do sistema de “pescue e solte”, ou consumo no local.

Outras medidas impactantes para a pesca foram tomadas pelo governo do estado, como a proibição da pesca do Dourado (*Salminus brasiliensis* ou *Salminusmaxillosus*), por meio da Lei Estadual nº 5.321/2019 e a cota zero, ou seja, a proibição de transporte de pescado por pescadores amadores a partir de 2020, por meio do Decreto Estadual nº. 15.166/2019, alterado depois pelo decreto nº. 15.375.

Empresários do setor entrevistados apontavam o ano de 2020 como um dos mais promissores para o turismo de pesca. O clima estava bom e se percebia um aumento da piscosidade nos principais rios da região. Contudo, devido às restrições sanitárias, neste ano, houve forte queda do fluxo turístico. A atividade de turismo de pesca no Pantanal havia sido suspensa por 4 meses em 2020 devido à pandemia. Com a chegada da

vacinação e reabertura dos locais de pesca, houve uma pequena recuperação do fluxo no segundo semestre de 2020.

Um bom indicador da evolução do turismo de pesca são os embarques nos barcos-hotéis. O embarque de turistas nesses meios de transporte registrava, até o ano de 2018, um crescimento. Dados obtidos nas entrevistas apontaram para uma mudança significativa no perfil dos turistas nos últimos três anos. A participação de mulheres e grupos familiares cresceu muito em 2020 e 2021, e as expedições com grupos familiares e cônjuges, representam em torno de 35% das viagens (Mato Grosso do Sul, 2019).

Representante da Associação dos Pescadores do Pantanal, sediada em Campo Grande (MS), afirmou que a presença das mulheres em expedições de pesca aumentou muito, sobretudo durante a pandemia. Embora, estatisticamente, a participação feminina na emissão de licenças de pesca seja de apenas 8%, ela tende a aumentar, segundo o estudo do perfil de turista de pesca publicado em 2020.

Empresários do setor têm realizado ações promocionais para aumentar a participação destes novos segmentos de mercado no turismo de pesca. No final da temporada de pesca, em outubro de 2020, na cidade de Corumbá – a qual mantém a melhor estrutura para o turismo de pesca do Pantanal – um grupo exclusivamente composto de mulheres, com 42 integrantes desembarcou em voo fretado desde Uberlândia, para uma expedição de pesca de 6 dias no rio Paraguai (Mato Grosso do Sul, 2020d).

A adoção de novas alternativas e ofertas de novos serviços de cruzeiros fluviais, com a realização de atividade de turismo de natureza, permitiu a saída de barcos inclusive durante o período de defeso, quando não é permitida nem mesmo o sistema “pesque e solte” (Tabela 8). A chegada da pandemia, em 2020, alterou a tendência de alta e criou restrições sanitárias para os cruzeiros. Normalmente, quando não é permitida a pesca, tais equipamentos ficam inativos.

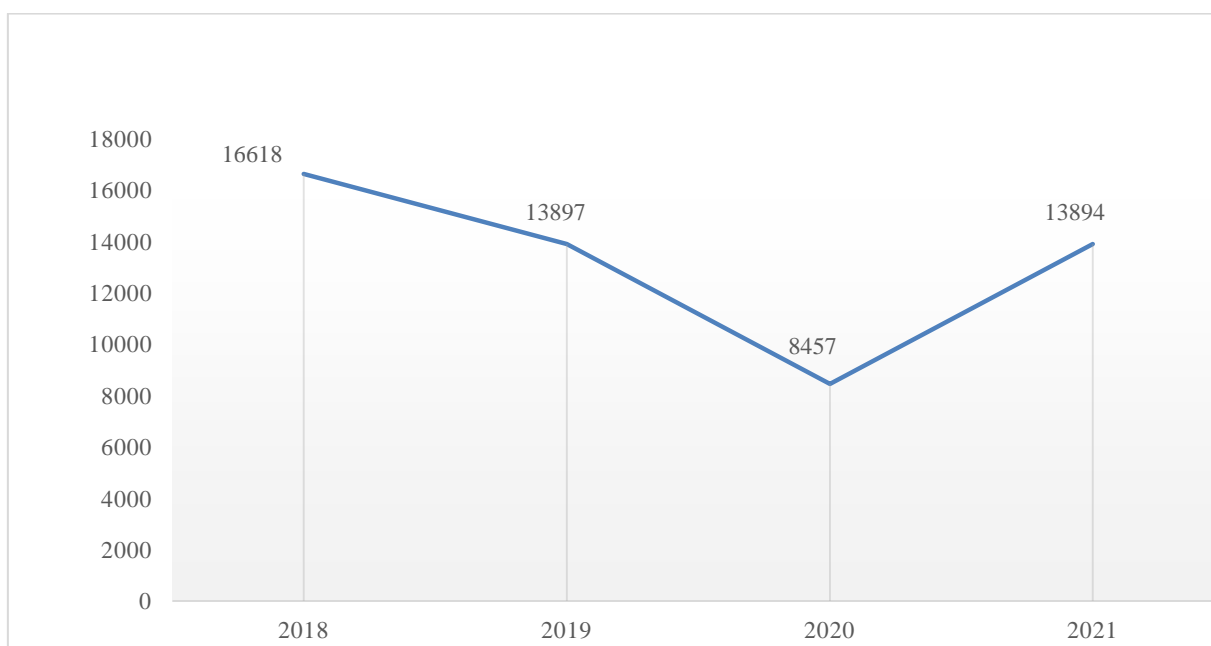
TABELA 8. Embarques mensais em barcos-hotéis.

| Mês | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------|--------------|--------------|-------------|--------------|
| Janeiro | 329 | | | |
| Fevereiro | 125 | 451 | 1658 | 770 |
| Março | 1396 | 1189 | 806 | 683 |
| Abril | 1384 | 1196 | 148 | 697 |
| Maio | 2186 | 1681 | 99 | 1057 |
| Junho | 933 | 1669 | 377 | 1421 |
| Julho | 1530 | 648 | 769 | 1576 |
| Agosto | 1543 | 1118 | 511 | 1880 |
| Setembro | 1398 | 1940 | 1087 | 2257 |
| Outubro | 517 | 1986 | 982 | 1532 |
| Novembro | 1643 | | | |
| Dezembro | 1616 | | | |
| TOTAL | 16618 | 13897 | 8457 | 13894 |

Fonte: Elaborados com dados da Capitania Fluvial do Pantanal da Marinha do Brasil, publicados em boletins da FUNDTUR.

A forte retração do número de turistas, em 2020, é evidenciada na Gráfico 1. Empresários do setor esperavam uma recuperação do fluxo em 2021, contudo, a nova onda com pico de contaminações, a partir de fevereiro de 2021, provocaram inseguranças e restrições às viagens e ao setor. O número de turistas de pesca melhorou, mas não atingiu o fluxo estimado nos anos anteriores à pandemia da COVID-19.

GRÁFICO 1. Número anual de turistas em barcos-hotéis.



Fonte: Elaborados com dados da Capitania Fluvial do Pantanal da Marinha do Brasil, publicados em boletins da FUNDTUR.

De maneira geral, durante a crise pandêmica, os empresários que agenciavam vendas de pacotes para o turismo de pesca para os destinos de pesca do Pantanal Sul, priorizaram vendas para os mercados locais, como Campo Grande, Dourados, além de turistas com perfis socioeconômicos mais abastados, que não enfrentaram dificuldades logísticas para acessar os destinos mais preparados, a exemplo do município de Corumbá.

Em 2021, os dados também apontaram para um aumento da preocupação dos turistas com segurança e questões sanitárias nos destinos turísticos. De acordo com pesquisa realizada pela FUNDTUR (Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul), em torno de seis, em cada dez turistas, exigirão protocolos de segurança em transportes e equipamentos turísticos, e aproximadamente quatro em cada dez, preferirá destinos com menor índice de COVID-19 (Mato Grosso do Sul, 2021).

Diversos municípios da região do Pantanal Sul, como Aquidauana, Coxim, Corumbá, Miranda e Porto Murtinho, interromperam atividades turísticas ou adotaram medidas extremamente restritivas. Em Porto Murtinho e Coxim, o turismo de pesca havia sido suspenso por um período de 4 meses, em 2020 (Mato Grosso do Sul, 2020a). Neste período, foram planejadas e implementadas medidas sanitárias para a retomada (Decreto nº. 2.288/2020), que ocorreu no dia 10 de junho de 2020, quando o fluxo turístico foi retomado de maneira gradual.

Para sinalizar os cuidados com medidas sanitárias, destinos turísticos e seus respectivos empreendimentos procuraram aderir ao selo de turismo responsável emitido pelo Ministério do Turismo. A maior mobilização dentre os municípios que recebem turistas de pesca foi a de Bonito, que é também um destino ecoturístico, seguida de Corumbá e Miranda. Coxim e Porto Murtinho obtiveram o menor número de adesões (Tabela 9).

TABELA 9. Adesões ao selo de turismo responsável nos municípios que exploram turismo de pesca.

| Municípios | Agências de turismo | Meios de hospedagem e campings | Transportadoras e locadoras de automóveis | Restaurantes e similares | Empreendimentos de lazer, organizadora de eventos e outros | Guia de Turismo | TOTAIS |
|----------------|---------------------|--------------------------------|-------------------------------------------|--------------------------|------------------------------------------------------------|-----------------|------------|
| Bonito | 19 | 26 | 6 | 7 | 15 | 10 | 83 |
| Corumbá | 10 | 6 | 3 | | 2 | | 21 |
| Miranda | 2 | 5 | | 2 | 1 | | 10 |
| Aquidauana | 2 | 4 | | | | | 6 |
| Anastácio | | | | 1 | 1 | | 2 |
| Coxim | | 1 | | | 1 | | 2 |
| Porto Murtinho | 2 | | | | | | 2 |
| Ladário | | 1 | | | | | 1 |
| TOTAIS | 35 | 43 | 9 | 10 | 20 | 10 | 127 |

Fonte: Adaptado com informações do sistema de acompanhamento de adesões do Selo Turismo Responsável do Ministério do Turismo (MTur, 2021)

A maior adesão verificada nos municípios de Bonito, Corumbá e Miranda parece coincidir com a percepção geral de que o turismo de pesca, em tais municípios, está mais profissionalizado e consolidado. São os municípios que apresentam o maior fluxo turístico e a maior diversificação da oferta no sistema do Pantanal Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos de 2019, 2020 e 2021 foram desafiadores para o turismo de pesca na região do Pantanal Sul e tudo indica que 2022 continuará sendo, com queda da renda, aumento do desemprego e aumento da desigualdade, e outros problemas sociais e ambientais. Quem se salvou possuía mais reserva financeira, usou soluções criativas com a busca de novos segmentos de mercado, diversificando a oferta, e enaltecendo um posicionamento mais sustentável. A percepção de sustentabilidade, do ponto de vista dos atores envolvidos, envolve a inclusão dos mercados emissores locais, prioridade da manutenção dos empregos e comunicação voltada à ideia do “pesque e solte”, que é visto como mais sustentável do ponto de vista ambiental, em que se pesem as polêmicas acadêmicas que consideram que tal modalidade continua nociva ao meio ambiente.

Os requisitos que devem ser atendidos para sustentar o turismo de pesca nos pós-pandemia são a da segmentação e posicionamento sustentável, cuidados com a segurança e com o desenvolvimento socioeconômico dos destinos. Existe, contudo, um

grande risco para tal manobra, pois a busca de novos segmentos não deve significar o abandono dos antigos e fiéis turistas.

Como será possível conciliar a determinação de novas restrições para a pesca esportiva amadora com as necessidades e desejos dos turistas que tradicionalmente visitam o Pantanal e que ainda são a maior parte dos visitantes? A maior parte dos visitantes para turismo de pesca, como foi discutido ao longo deste artigo, ainda se constitui de homens que viajam acompanhados de amigos e que voltam muito a um mesmo local de pesca, centrado em um determinado meio de hospedagem, seja ele um hotel, pousada ou “rancho” alugado ou cedido por um amigo.

Embora se perceba um otimismo por parte de empresários e gestores em relação à decisão de adotar o sistema de “pesque e solte” no Pantanal Sul, a medida é polêmica e não tem apoio unânime. O “pesque e solte”, na prática, foi implantado a partir de 2020, com a proibição do transporte do pescado e depois flexibilizado para um exemplar de qualquer espécie mais cinco piranhas. A decisão foi apoiada por empresários do setor que estão instalados nos polos turísticos mais consolidados e profissionalizados como Corumbá, Miranda e Bonito. Mesmo nestes locais alguns pequenos empresários, como pequenos lojistas de materiais de pesca, manifestaram preocupação, pois anteveem o risco de perder clientes tradicionais do turismo de pesca esportiva amadora.

Nos polos que recebem um público menos diversificado e mais tradicional, como Coxim, por exemplo, verificou-se um pessimismo latente em relação ao futuro e olham com desconfiança para a política do “pesque e solte”. A adoção de políticas que reduzam os efeitos das desigualdades em polos com o de Porto Murtinho, deverão ser cruciais na retomada do turismo pós-COVID. Como forma de inclusão dos polos turísticos menos estruturados, a adoção de promoção turística, em parceria com a FUNDTUR, pode estabelecer uma maior capilaridade do fluxo turístico constituído dos novos segmentos de turistas amadores, já que estes têm sido mais atraídos para os polos já consolidados.

Deve-se discutir mecanismos para uma transição gradual que permita a inserção racional de quesitos de sustentabilidade, e inclusão dos novos segmentos de mercado e manutenção dos antigos. A adoção das restrições deverá ser acompanhada de mais

estudos que permitam ouvir empresários, população local e os turistas de pesca. Nesse sentido, foi fundamental a consolidação do Observatório de Turismo a partir de 2017, na FUNDTUR. Os estudos de perfil do turista de pesca e um maior cuidado com os dados estatísticos já permitem compreender melhor a movimentação do setor.

Parcerias para promover a inclusão de pequenos negócios, melhorar as condições de treinamento de pessoas, valorização de medidas de segurança e novas tecnologias serão cruciais para condutas mais profissionais nos destinos turísticos. A experiência em outros destinos e as práticas locais foram úteis para demonstrar a importância da gestão de questões sanitárias, da necessidade de melhoria da comunicação com os clientes, da qualidade na prestação de serviço e do distanciamento social nos destinos.

REFERÊNCIAS

- ABREU, A.C.C., COELHO, R.L.F., CAMARGO FILHO, A.C., & ALMEIDA, M.I.S. (2015). A imagem da pesca esportiva segundo seus praticantes. *Revista Pretexto*, 16(n.4), 47–64. Recuperado em 05 maio 2022 de <http://fumec.br/revistas/pretexto/article/view/2371>
- ASSINE, M.L. & Soares, P.C. (2004). Quaternary of the Pantanal, west-central Brazil. *Quaternary International*, 114(1), 23–34. [https://doi.org/10.1016/S1040-6182\(03\)00039-9](https://doi.org/10.1016/S1040-6182(03)00039-9).
- BURKE, A. (2021). The crossroads of ecotourism dependency, food security and a global pandemic in Galápagos, Ecuador. *Sustainability (Switzerland)*, 13(23). <https://doi.org/10.3390/su132313094>
- CABUGUEIRA, A. (2005). A importância econômica do Turismo. *Turismo & Desenvolvimento*, II, 97–104. Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://scholar.archive.org/work/ccbomx4tgzflkt2niaf4nxmpu/access/wayback/http://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/download/13885/9373/>
- CATELLA, A. C. (2005). *Reflexões Sobre a Pesca Esportiva No Pantanal Sul: Crise E Perspectivas*. Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56374/1/ADM046.pdf>
- COELHO, M. de F. & MAYER, V.F. (2020). Gestão de serviços pós-covid: o que se pode aprender com o setor de turismo e viagens? *Gestão e Sociedade*, 14(39), 3698–3706. <https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3306>
- DECRETO Nº. 15.735, de 28 DE FEVEREIRO DE 2020. (2020). *Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no. 15.166, de fevereiro de 2019, que regulamento o exercício da atividade pesqueira no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá*

- outras providências. Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://do.corumba.ms.gov.br/>
- DECRETO Nº. 15.166 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019. (2019). *Regulamenta o exercício da atividade pesqueira no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências.* Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://do.corumba.ms.gov.br/>
- DECRETO Nº. 2.288 DE 17 DE ABRIL DE 2020. (2020). *Disciplina sobre as medidas de prevenção ao COVID-19 adotadas por hotéis, pousadas, barcos-hotéis e demais meios de hospedagem.* Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://do.corumba.ms.gov.br/>
- FONSECA, G.P.S., MENDES, L.G., & CAÑIZAL, J.M. (2021). Impactos da Pandemia de COVID-19 no Turismo do Pantanal de Mato Grosso. *Geo UERJ*, 39. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2021.61319>
- GALDINO, S. & de RESENDE, E.K. (2000). *Previsão de cheias e secas da Embrapa auxilia pantaneiros.* In ADM - Artigo de Divulgação na Mídia, 04(d). Recuperado em 05 janeiro 2022 de <https://core.ac.uk/download/pdf/15432827.pdf>
- GORDO, M. & CAMPOS, Z. (2003). *Listagem dos Anuros da Estação Ecológica Nhumirim e Arredores, Pantanal Sul.* Recuperado em 05 janeiro 2022 de <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/811113>
- IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2021). *Portal Cidades.* Recuperado em 17 janeiro 2022 de <https://cidades.ibge.gov.br/>
- ICMBIO - INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. (2020). *Pantanal.* Cadastro Nacional de UCs, Geoprocessamento ICMBio. Recuperado em 17 janeiro 2022 de <https://www.icmbio.gov.br/portal/portaldabiodiversidade/50-menu-biodiversidade/222-pantanal>
- JAMAL, T. & BUDKE, C. (2020). Tourism in a world with pandemics: local-global responsibility and action. *Journal of Tourism Futures*, 6(2), 181–188. <https://doi.org/10.1108/JTF-02-2020-0014>
- JIANG, Y. & WEN, J. (2020). Effects of COVID-19 on hotel marketing and management: a perspective article. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 32(8), 2563–2573. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-03-2020-0237>
- KAEWKITIPONG, L. (2011). Disintermediation in the tourism industry: an investigation of Thai tourism SMEs. *Int. J. Electronic Business*, 9(5/6).
- LAW, R., LEUNG, R, Lo, A., LEUNG, D., & FONG, L. H. N. (2015). Distribution channel in hospitality and tourism. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 27(3), 431-452.
- LEI ESTADUAL Nº 5.321, DE 10 DE JANEIRO DE 2019. *Dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e*

da industrialização da espécie Salminus brasiliensis ou Salminusmaxillosus – Dourado.

MATO GROSSO DO SUL. (2019). *Perfil do Turista de Pesca: Pesquisa de Demanda Turística de Mato Grosso do Sul*. Recuperado em 17 janeiro 2022 de www.observatorioturismo.ms.gov.br

MATO GROSSO DO SUL. (2020a). *Impacto da COVID-19 no setor turístico de Mato Grosso do Sul*. Recuperado em 17 janeiro 2022 de www.observatorioturismo.ms.gov.br.

MATO GROSSO DO SUL (2020b). *Com restrições, pesca esportiva opera nos principais polos turísticos do Estado*. Recuperado em 17 janeiro 2022 de <http://www.ms.gov.br/com-restricoes-pesca-esportiva-opera-nos-principais-polos-turisticos-do-estado/>.

MATO GROSSO DO SUL. (2020c). *Perfil dos pescadores amadores moradores do MS e a intenção de viagem*. Recuperado em 17 janeiro 2022 de www.observatorioturismo.ms.gov.br.

MATO GROSSO DO SUL (2020d). *Grupo de mulheres faz turismo de pesca em Corumbá e fomenta o Pesque e Solte em MS*. Recuperado em 17 janeiro 2022 de <http://www.ms.gov.br/grupo-de-mulheres-faz-turismo-de-pesca-em-corumba-e-fomenta-o-pesque-e-solte-em-ms/>

MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. (2006). *Caderno da Região Hidrográfica do Paraguai / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos*. – Brasília: MMA.

MTUR - MINISTÉRIO DO TURISMO. (2021). *Portal do selo responsável*. Recuperado em 17 dezembro 2021 de <https://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/>

MORRINSON, A.M. (2012). *Marketing de Hospitalidade e Turismo* (4a.). São Paulo: Cengage Learning.

MUÑOZ, D.M. (2018). Contribution to the concepts of fishing tourism and pescaturism. *Cuadernos de Turismo*, 42, 655–657.

PARDO, C. & LADEIRAS, A. (2020). COVID-19 “tourism in flight mode”: a lost opportunity to rethink tourism – towards a more sustainable and inclusive society. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 12(6), 671–678. <https://doi.org/10.1108/WHATT-07-2020-0064>

PEREIRA, C.H., MARTINS, P.C.S., LUNAS, J.R.S., & AQUINO, J.M. (2014). Efeito multiplicador do turismo na fronteira entre Brasil e Paraguai. *Turismo & Sociedade*, 7(4), 815–837.

RAHMAFITRIA, F., SURYADI, K., OKTADIANA, H., PUTRO, H. P. H., & ROSYIDIE, A. (2021). Applying knowledge, social concern and perceived risk in planned behavior theory for tourism in the COVID-19 pandemic. *Tourism Review*, 76(4), 809–828. <https://doi.org/10.1108/TR-11-2020-0542>

- RAMOS, C. (2010). Os sistemas de informação para a gestão turística. *Tourism & Management Studies*, 6, 107-116.
- RODRÍGUEZ, P.D. & DARIAS, A.J.R. (2021). Tenerife learning from Covid in the Canary Islands. Fishing-tourism as a proposal for economic diversification in Tenerife. *BARATARIA Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales*, 30, 9–29.
- ŠKARE, M., SORIANO, D.R., & PORADA-ROCHÓN, M. (2021). Impact of COVID-19 on the travel and tourism industry. *Technological Forecasting and Social Change*, 163(November 2020). <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120469>
- VĂRZARU, A.A., BOCEAN, C.G., & CAZACU, M. (2021). Rethinking tourism industry in pandemic COVID-19 period. *Sustainability (Switzerland)*, 13(12), 1–19. <https://doi.org/10.3390/su13126956>
- VIOLIN, F.L. & ALVES, G.L. (2017). Da pesca ao natural: Trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). *Sustentabilidade Em Debate*, 8(2), 130–146. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v8n2.2017.21382>

CONCLUSÃO GERAL

O turismo é um fenômeno transdisciplinar que compreende o terceiro setor da economia, o setor de serviços, mas cuja cadeia penetra o setor industrial no fornecimento de insumos para os serviços de hotelaria e restauração, por exemplo. No caso do turismo de pesca, inclui os equipamentos utilizados na prática turística, ou seja, barcos e equipamentos de pesca.

Para atender a demanda de turistas, a oferta de bens e serviços é segmentada. Como exemplo, tem-se, entre outros, o turismo de natureza, o turismo cultural, o turismo de negócios, o turismo de sol e praia e o turismo de pesca.

O que distingue um segmento do outro, principalmente, são: a motivação do turista (seus desejos e expectativas) e a finalidade da prática turística. Nos diversos segmentos distribuem-se equipamentos estruturados, como os meios de hospedagem, as agências de viagens, os serviços de transporte, os atrativos locais, as políticas públicas, os serviços de alimentos e bebidas, etc. Esses elementos também desenham a oferta.

O conjunto de equipamentos e serviços atrelados à motivação do turista formata a cadeia produtiva do turismo. Cada equipamento e serviço representa um elo da cadeia. Esses elos ou componentes são interdependentes, ou seja, atuam conjuntamente. Cada elo separado, sozinho, não conecta o turista ao seu destino e a sua experiência.

Nos documentos governamentais oficiais do Ministério do Turismo são identificados 10 elos que compõem a cadeia produtiva do turismo de pesca. Estes são mencionados a seguir: atrativos e paisagem; meios de hospedagem; meios de transporte; agências e operadoras; receptivos; promotores de eventos; serviços de alimentação; serviços de informação; fornecedores de equipamentos e materiais de pesca; e, guias e condutores turísticos.

Na cadeia produtiva do turismo de pesca no Pantanal Brasileiro, desenhada nessa dissertação, foram identificados 15 elos/componentes. Estes foram agrupados em quatro categorias, a saber: (i) Agenciamento, Operação e Transporte (AOT); (ii) Alimentação, Hospedagem e Comércio (AHC); (iii) Informação, Legislação e Fiscalização (ILF); (iv) Atrativos, Eventos e Organizações de Classe (AEO).

A primeira categoria da cadeia produtiva do turismo de pesca (AOT) compreende cinco elos: (1) transporte local; (2) agenciamento e operação, por meio de agências e receptivos; (3) condutores de turismo de pesca; (4) meios de acesso ao destino turístico, e (5) meios de acesso aos locais de pesca (navios e barcos, barrancos, decks). A segunda categoria (AHC) abarca quatro elos: (1) insumos locais; (2) comércio de suprimentos; (3) meios de hospedagem, e (4) equipamentos de alimentação. O terceiro agrupamento (ILF) comporta três elos: (1) serviços de informação; (2) poder público e (3) a legislação relativa à pesca turística. O quarto e último grupo (AEO) é composto por três elos também, a saber: (1) atrativos; (2) organizações de classe e (3) promotores de eventos.

Nessa cadeia do turismo de pesca, alguns elementos lhe são específicos, como o transporte aos locais de pesca (navios e barcos) e os equipamentos de pesca (linha, azul, etc). Mas outros, comuns a outros segmentos turísticos, como hospedagem, jogam um papel diferenciado.

O turismo de pesca se define pelo conjunto de atividades turísticas relacionadas a prática da pesca amadora ou esportiva. Ele compreende um dos diversos segmentos de turismo, e se diferencia por suas especificidades. As características predominantes observadas nessa dissertação, de forma abrangente, foram: (a) a desintermediação, (b) a fidelidade do turista; (c) o grau de atratividade da prática da pesca e o (4) o prazer do habitat próprio da pesca (a paisagem, o movimento das águas, o silêncio, o repouso etc.).

A atratividade da prática da pesca está, intrinsecamente, relacionada a piscosidade dos rios, lagos e outros cursos d'água. Ou seja, a modalidade da pesca turística é essencialmente associada ao peixe e frutos do mar ou dos rios como motivação da viagem.

Para além do esforço de pesca, também está incluído uma segunda especificidade que consiste na atratividade da paisagem, a contemplação do cenário, do silêncio e da sensação de relaxamento e descanso que o local proporciona. É a piscosidade e a beleza do local, fatores decisivos na escolha de viagem dos pescadores amadores.

A terceira especificidade, que é a fidelidade do turista ao destino turístico, se dá pelas espécies de peixes que existem no destino, pelo esforço de pesca e pela estrutura e infraestrutura que o local oferece, como: as lojas de petrechos de pesca, os meios de acesso a pesca (barrancos, tablados, ranchos, barcos-hotéis) e outras estruturas de hospedagem próprias), os piloteiros e condutores de barcos e lanchas para pesca. Além da beleza natural do local. Outro aspecto que corroborou com a noção da fidelidade ao destino, foi a observação de inúmeras casas na beira do curso hídrico, ou próximo a ele, de segunda residência. Ou seja, casas no Pantanal de pessoas que moram em outros estados ou cidades para praticar a pesca como atividade de lazer. Alguns fazem isso mais de uma vez por ano. E muitos, que não tem casa ou rancho como é a denominação local, frequentam os mesmos locais, anos a fio.

A quarta especificidade, a desintermediação, decorre das configurações que assumem as duas primeiras e foi observado *in loco*. A cadeia do turismo de pesca no Pantanal estar centrado nos meios de hospedagem, que substituem os intermediários e jogam um papel de organizadores das atividades oferecidas aos turistas. Dessa forma, o turista não precisa contratar os serviços separadamente.

Constatou-se que os meios de hospedagem oferecem e, assim, centralizam, inúmeras prestações de serviços (serviços de alimentos e bebidas, barcos, piloteiros e combustíveis para os barcos, iscas e insumos de pesca, quando não anzóis e varas de pesca). Alguns estabelecimentos, inclusive, incluem o serviço de traslado das capitais, sejam no estado do Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul, até o próprio hotel/pousada ou barco-hotel, eliminando a necessidade do turista de alugar um carro até o destino de pesca, por exemplo.

Essas foram as especificidades do turismo de pesca, aquilo que o distingue de outros segmentos turísticos. Fica, no entanto, o questionamento se existe outra especificidade do turismo de pesca, na medida em que a pesquisa se restringiu a uma região de pesca específica que foi o Pantanal brasileiro.

Nesse local, a pesca em geral e a turística e particular encontra-se ameaçada. O Pantanal mato-grossense, patrimônio natural da humanidade, tem sido marcado por atividades econômicas de exploração intensa e desordenada (plantações de monocultura e pecuária extensiva - criação de gado). Essas atividades têm ameaçado a pesca, prática

tradicional na região que tem os rios como principal fonte de sustento. Tanto a pesca profissional artesanal quanto a pesca turística e a difusa (que inclui a de subsistência, mas a ela não se restringe) utilizam desse recurso tanto para a sobrevivência social e econômica quanto para o lazer.

Outra ameaça ao Pantanal encontra-se na existência, e construção, de centrais hidrelétricas para a produção de energia. Tanto as de grande porte, como as Usinas Hidrelétricas (UHEs), quanto as de pequeno porte, como as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), causam impactos para a piscosidade do rio (esforço de pesca), principalmente no que tange os peixes migratórios. Além de serem uma ameaça para a biodiversidade local e arredores, também é uma ameaça para a pesca em todas as suas modalidades.

O turismo de pesca pode ser uma oportunidade de contribuir com a proteção ambiental. Não só como uma oportunidade, esse segmento requer tais medidas, tendo em vista que os recursos e as atratividades dessa prática são finitos (pesqueiro e hídrico). Para que isso ocorra, entre outras ações, é necessário pesquisar sobre o estoque do recurso pesqueiro, estudo do perfil da demanda, criação de políticas públicas e meios de fiscalização eficazes, investimento na qualidade de estruturas físicas necessárias e qualificação profissional.

No entanto, o turismo de pesca, sem a gestão planejada e permeada por políticas públicas efetivas, pode causar danos ao meio ambiente também. O turismo de pesca marítimo não se consolida como uma preocupação tanto quanto a pesca turística fluvial. No mar, a ameaça predominante é a pesca industrial, com grandes barcos e redes para capturar uma grande quantidade de peixes, reduzindo a oferta de peixes. Para além dos peixes, os danos se estendem a outras espécies de animais como as tartarugas e outros animais que acabam sendo engolidos pelas enormes redes. A pesca industrial possui outra lógica de funcionamento e atratividade, onde o pescado tem a finalidade comercial para a indústria de alimentos.

Já no turismo de pesca fluvial, entre os fatores negativos, o risco está na extinção de espécies de peixes como o dourado, que hoje em dia tem sua pesca proibida em diversos lugares. Isso se dá por diversos fatores, entre eles, a pesca predatória, o uso de

petrechos de pesca proibidos pela legislação vigente e a fiscalização ambiental precária e insuficiente.

Outra problemática para a atividade da pesca turística e para a biodinâmica ambiental é a introdução de espécies exóticas de peixes nos cursos hídricos. Tem-se, como exemplos, a tilápia e o tucunaré. A tilápia, oriunda da África e do Oriente Médio, é uma espécie comumente criada em tanques de piscicultura para fins alimentícios. No entanto, o problema está em que essas espécies acabam caindo nos rios e prejudicam o ecossistema natural. Já o tucunaré é um peixe endêmico das bacias hidrográficas Amazônica e Araguaia-Tocantins, que foi introduzido em vários estados do país, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Por ser uma espécie carnívora, causa desequilíbrios na fauna hídrica, podendo comprometer todas as modalidades de pesca, sejam elas amadora, profissional ou difusa. Assim, causando impactos a nível econômico, social, cultural e ambiental.

Outra ameaça identificada é o conflito entre o turismo de pesca e a pesca amadora/profissional. Cada modalidade de pesca acusa a outra pela pesca predatória. Por meio das pesquisas e observações realizadas *in loco*, percebeu-se que a pesca predatória acontece por habitantes locais e por pescadores profissionais cadastrados ou não nas colônias de pesca. Isso ocorre, principalmente, no período de defeso, que é a época de reprodução dos peixes. Nesse momento, as espécies sobem os rios para fazerem a desova nos corixos e baías. Esse período dura em média três meses e a pesca é proibida no território. Os pescadores profissionais cadastrados nas colônias recebem um salário durante esse período, mas as ilegalidades acontecem com frequência no Pantanal.

Em meios às discussões teóricas e observações de campo, a pesquisa também permitiu aflorar outro tipo de pesca, a pesca difusa. Essa modalidade de pesca é praticada por pescadores amadores não turistas, incluindo a pesca de subsistência. Ou seja, são pessoas que habitam nas cidades e vilas da região e praticam como atividade de subsistência ou de lazer. Para alguns é a única proteína acessível, para outras é um complemento alimentar indispensável à sua segurança nutricional. A pesca difusa não pode ser considerada turística por esses dois fatores: é praticada por habitantes locais não profissionais, podendo ser fonte de alimento ou de lazer. Por outro lado, é uma prática disseminada em toda a região. A pesquisa demonstrou que mais de 50% da

população pesca, e o valor monetário de sua pesca, caso fosse vendida, é superior ao faturamento da pesca profissional e, provavelmente, do faturamento da cadeia de pesca turística.

No que tange a crise no setor do turismo com a pandemia da Covid-19, devido as medidas de segurança e de saúde pública mundial, houve queda no fluxo de visitantes e redução de voos. Isso gerou a demissão de funcionários, o fechamento de pequenos negócios e o aumento de problemas sociais nos destinos de turismo de pesca. Os principais municípios atingidos em Mato Grosso do Sul foram Aquidauana, Coxim, Bonito, Corumbá, Miranda, Ladário e Porto Murtinho. Outra consequência proveniente da pandemia foi a redução de cotas para o pescador amador por meio do decreto nº 15.375/2020, promovendo a prática do sistema de pesque e solte e/ou o consumo do peixe no local de destino.

No entanto, a criatividade do governo e dos empresários gerada durante essa crise possibilitou o desenvolvimento de alternativas e diferenciais para o segmento da pesca turística. Alguns exemplos foram a oferta de pacotes nos cruzeiros fluviais associado ao segmento de turismo de natureza, a criação de ações promocionais em barcos-hotéis que contribuiu para a evolução dos embarques, e a diversificação do perfil do turista com o aumento de mulheres e famílias nas atividades do turismo de pesca.

A partir disso, é importante salientar a necessidade de ações que permitam fortalecer os municípios e os pequenos empreendimentos com maiores fragilidades, sinalizando para as perspectivas de diversificação da oferta. Entre outros aprendizados obtidos estão o aprimoramento da gestão de políticas públicas e dos empreendimentos turísticos, busca por segmentação junto a novos praticantes da pesca esportiva amadora, além de posicionamentos mais sustentáveis de negócios e destinos.

Nesse sentido, a necessidade de estudos e pesquisas, tendo em vista toda a atratividade nacional, a necessidade de conservação dos recursos e a tendência mundial de ida dos turistas para o meio natural, contemplar a natureza, busca pelo ar livre, silêncio, a tranquilidade pós-pandemia e sustentabilidade do planeta justificam a realização e a continuidade desse trabalho. Os temas sugeridos para as próximas pesquisas estão atrelados ao turismo de pesca, a criação e gestão de políticas públicas,

ao planejamento turístico de destinos, a cadeia produtiva de turismo e a sustentabilidade tendo como pilares a dinâmica social, cultural, econômica e ambiental local.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO GERAL

- ABREU, A. C. C.; COELHO, R. L. F.; CAMARGO FILHO, A.; ALMEIDA, M. I. S. A Imagem da Pesca Esportiva Segundo seus Praticantes. Revista Pretexto, v. 16, n. 4, p. 47-64, 2015.
- ABRAPCH (Associação Brasileira de Pequenas Centrais Hidrelétricas e Centrais Geradoras Hidrelétricas), 2016. O que são PCHs e CHGs? Disponível em: < <https://www.abrapch.org.br/pchs/o-que-sao-pchs-e-cghs>>Acessado em 18 de maio de 2019.
- AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil). Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai – PRH Paraguai: Resumo Executivo / Agência Nacional de Águas. – Brasília: ANA, 2018.
- ALMEIDA, N. P. Segmentação do turismo no Pantanal sul-mato-grossense. Campo Grande: UCDB, 2002. 143 p. Dissertação (Mestrado) Desenvolvimento Local), Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande/MS, 2002.
- ANA – Agência Nacional de Águas e Saneamento. Estudos de avaliação dos efeitos da implantação de empreendimentos hidrelétricos na Região Hidrográfica do Paraguai. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/pt-br/assuntos/gestao-das-aguas/planos-e-estudos-sobre-rec-hidricos/plano-de-recursos-hidricos-rio-paraguai/estudos-de-avaliacao-dos-efeitos-da-implantacao-de-empreendimentos-hidreletricos> Acessado em 26/05/2021.
- ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica. Sistema de Informações de Geração da ANEEL SIGA. Disponível em: < <https://bit.ly/2IGf4Q0>> Acesso em 26 de julho de 2021.
- ARANBURU, I., PLAZA, B., & ESTEBAN, M. (2016). Sustainable cultural tourism in urban destinations: Does space matter? Sustainability (Switzerland), 8(8), 1–14. <https://doi.org/10.3390/su8080699>
- ASSINE, M.L. & SOARES, P.C. (2004). Quaternary of the Pantanal, west-central Brazil. Quaternary International, 114(1), 23–34. [https://doi.org/10.1016/S1040-6182\(03\)00039-9](https://doi.org/10.1016/S1040-6182(03)00039-9).
- BENI, M. C. Análise Estrutural do Turismo. 10ª. ed. São Paulo: Editora Senac, 2004.
- BLOG CREMONESI. Disponível em: <http://blog.cremonesi.com.br/legislacao-da-pesca-tudo-o-que-voce-precisa-se-atentar-3/>
- BRASIL. LEI Nº 11.959 DE 29 DE JUNHO DE 2009 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. O perfil do pescador amador, segundo a licença de pesca amadora. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, 2011.

- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Caderno da Região Hidrográfica do Paraguai / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA, 2006.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Comitê vai fortalecer turismo de pesca. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/6033-comit%C3%AA-vai-fortalecer-turismo-de-pesca.html>> Acesso em 18 de abril de 2018.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Turismo de Pesca: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010. 58 p.
- BURKE, A. (2021). The crossroads of ecotourism dependency, food security and a global pandemic in Galápagos, Ecuador. *Sustainability (Switzerland)*, 13(23). <https://doi.org/10.3390/su132313094>
- CABUGUEIRA, A. (2005). A importância econômica do Turismo. *Turismo & Desenvolvimento*, II, 97–104. Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://scholar.archive.org/work/ccbomx4tgzflkt2niaf4nxmpu/access/wayback/https://proa.ua.pt/index.php/rtd/article/download/13885/9373/>
- CAMPESTRINI, Hildebrando et al. *Enciclopédia das Águas de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS: IHGMS, 2014.
- CATELLA, A. C. (2005). Reflexões Sobre a Pesca Esportiva No Pantanal Sul: Crise E Perspectivas. Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAP/56374/1/ADM046.pdf>
- COELHO, M. de F. & MAYER, V.F. (2020). Gestão de serviços pós-covid: o que se pode aprender com o setor de turismo e viagens? *Gestão e Sociedade*, 14(39), 3698–3706. <https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3306>
- COELHO, M. H. P.; SAKOWSKI, P. A. M.. Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações. Brasília, IPEA, 2014. Texto para discussão nº 1938.
- CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Penso Editora, 2021.
- DANN, Graham; COHEN, Erik. *Sociology and tourism*. *Annals of Tourism Research*. Vol. 18. Pp. 155-169. 1991.
- DECRETO Nº. 15.735, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2020. (2020). Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no. 15.166, de fevereiro de 2019, que regulamento o exercício da atividade pesqueira no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://do.corumba.ms.gov.br/>
- DECRETO Nº. 15.166 DE 21 DE FEVEREIRO DE 2019. (2019). Regulamenta o exercício da atividade pesqueira no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul, e dá

outras providências. Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://do.corumba.ms.gov.br/>

DECRETO Nº. 2.288 DE 17 DE ABRIL DE 2020. (2020). Disciplina sobre as medidas de prevenção ao COVID-19 adotadas por hotéis, pousadas, barcos-hotéis e demais meios de hospedagem. Recuperado em 06 janeiro 2022 de <https://do.corumba.ms.gov.br/>

DITTON, B.; HOLLAND, Robert & M.; Stephen & K. ANDERSON, David. (2002). Recreational Fishing as Tourism. *Fisheries*. 27. 17-24. 10.1577/1548-8446(2002).

FIROOZMAND, L. A. T.; COSTA, S. M. F. Espaço regional e centralidade urbana: uma discussão sobre os meios de hospedagem a partir do período sanatorial na cidade de São José dos Campos – SP. *Revista Hospitalidade*. São Paulo, vol. 18, n.1, pp. 1-26, 2021.

FONSECA, G.P.S., MENDES, L.G., & Cañizal, J.M. (2021). Impactos da Pandemia de COVID-19 no Turismo do Pantanal de Mato Grosso. *Geo UERJ*, 39. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2021.61319>

FREITAS, H., OLIVEIRA, M., SACCOL, A. Z., & MOSCAROLA, J. O método de pesquisa survey. *Revista de Administração da Universidade de São Paulo*, v. 35, n. 3, 2000.

FUNDAÇÃO DE TURISMO DO PANTANAL, 2015. Observatório de Turismo. Relatório da pesca esportiva – 2015: Um retrato do segmento em Corumbá - MS. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B5r4Bnx5xHYKdTZFWnR1dVk3dms/view?resourcelkey=0-nTnHek6EKSiF4lJ0A0t_Sw > Acesso em 20 de abril de 2018.

FUNDTUR - Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul. Pantanal. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/conheca-ms/pantanal/> > Acesso em 16 de abril de 2018.

GALDINO, S. & de RESENDE, E.K. (2000). Previsão de cheias e secas da Embrapa auxilia pantaneiros. In ADM - Artigo de Divulgação na Mídia, 04(d). Recuperado em 05 janeiro 2022 de <https://core.ac.uk/download/pdf/15432827.pdf>

GASTAL, Susana. Turismo, Imagem e Imaginários. São Paulo: Aleph, 2005.

GAO, Ping; XI, Jianchao. Network characteristics of tourism destinations: a case from the Yesanpo tourism destination in China, *Journal of Spatial Science*, 63:2, pp. 245-263, 2018.

GORDO, M. & Campos, Z. (2003). Listagem dos Anuros da Estação Ecológica Nhumirim e Arredores, Pantanal Sul. Recuperado em 05 janeiro 2022 de <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/811113>

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2017. 2017. Disponível em:

<<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao>> Acesso em 09 de agosto de 2017.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Portal Cidades. Recuperado em 17 janeiro 2022 de <https://cidades.ibge.gov.br/>

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. (2020). Pantanal. Cadastro Nacional de UCs, Geoprocessamento ICMBio. Recuperado em 17 janeiro 2022 de <https://www.icmbio.gov.br/portal/portaldabiodiversidade/50-menu-biodiversidade/222-pantanal>

JAMAL, T. & BUDKE, C. (2020). Tourism in a world with pandemics: local-global responsibility and action. *Journal of Tourism Futures*, 6(2), 181–188. <https://doi.org/10.1108/JTF-02-2020-0014>

JIANG, Y. & WEN, J. (2020). Effects of COVID-19 on hotel marketing and management: a perspective article. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 32(8), 2563–2573. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-03-2020-0237>

JOIA, Paulo Roberto; CARAVASSILAKIS, Adriana Carla de Araújo. Espacialidade dos meios de hospedagem nas cidades de Aquidauana e Anastácio-MS. *Espaço Plural* • Ano XVI. No 32 - 1o Semestre 2015, p. 243-274. ISSN 1981-478X.

JUNK, W.J.; BAYLEY, P.B. & Sparks, R.S. 1989. The flood pulse concept in river - floodplain systems. Pp. 110-127. D.P. Dodge (ed.). In: *Proceedings of the International Large River Symposium (LARS)*. *Can Spec Publ Fish Aquat Sci* 106: 110-127.

KAEWKITIPONG, Laddawan. Disintermediation in the tourism industry: an investigation of Thai tourism SMEs. *Int. J. Electronic Business*, Vol. 9, Nos. 5/6, 2011

KLIEMANN, Bruna Carolina, DELARIVA Rosilene Luciana. Pequenas Centrais Hidrelétricas: cenários e perspectivas no estado do Paraná. *Revista do Centro de Ciências Naturais e Exatas – UFSM: Ciência e Natureza*, Santa Maria, v. 37, n. 3, setembro 2015, p. 274-283.

LAW, Rob; LEUNG, Rosanna; LO, Ada; LEUNG, Daniel; FONG, Lawrence Hoc Nang. Distribution channel in hospitality and tourism. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, Vol. 27 Iss 3 pp. 431 – 452. 2015.

LEE, S. H., CHOI, J. Y., YOO, S. H., & OH, Y. G. (2013). Evaluating spatial centrality for integrated tourism management in rural areas using GIS and network analysis. *Tourism Management*, 34, 14–24. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2012.03.005>

LEI ESTADUAL Nº 5.321, DE 10 DE JANEIRO DE 2019. Dispõe sobre a proibição da captura, do embarque, do transporte, da comercialização, do processamento e da industrialização da espécie *Salminus brasiliensis* ou *Salminusmaxillosus* – Dourado.

- MATO GROSSO DO SUL. (2019). Perfil do Turista de Pesca: Pesquisa de Demanda Turística de Mato Grosso do Sul. Recuperado em 17 janeiro 2022 de www.observatorioturismo.ms.gov.br
- MATO GROSSO DO SUL. (2020a). Impacto da COVID-19 no setor turístico de Mato Grosso do Sul. Recuperado em 17 janeiro 2022 de www.observatorioturismo.ms.gov.br.
- MATO GROSSO DO SUL (2020b). Com restrições, pesca esportiva opera nos principais polos turísticos do Estado. Recuperado em 17 janeiro 2022 de <http://www.ms.gov.br/com-restricoes-pesca-esportiva-opera-nos-principais-polos-turisticos-do-estado/>.
- MATO GROSSO DO SUL. (2020c). Perfil dos pescadores amadores moradores do MS e a intenção de viagem. Recuperado em 17 janeiro 2022 de www.observatorioturismo.ms.gov.br.
- MATO GROSSO DO SUL (2020d). Grupo de mulheres faz turismo de pesca em Corumbá e fomenta o Pesque e Solte em MS. Recuperado em 17 janeiro 2022 de <http://www.ms.gov.br/grupo-de-mulheres-faz-turismo-de-pesca-em-corumba-e-fomenta-o-pesque-e-solte-em-ms/>
- MMA - Ministério do Meio Ambiente. (2006). Caderno da Região Hidrográfica do Paraguai / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Recursos Hídricos. – Brasília: MMA.
- MTUR - Ministério do Turismo. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/ultimas-noticias/8135-novo-mapa-do-turismo-brasileiro-tem-recorde-em-numero-de-regioes.html>>. Acessado em 20 de setembro de 2017.
- MTUR - Ministério do Turismo, Mapa do Turismo de Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/assuntos/8147-mato-grosso-do-sul-soma-47-municipios-no-novo-mapa-do-turismo-brasileiro.html>> Acessado em 20 de setembro de 2017.
- MTUR - Ministério do Turismo. (2021). Portal do selo responsável. Recuperado em 17 dezembro 2021 de <https://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/>
- MTUR - Ministério do Turismo. Turismo de Pesca: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2.ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- MORRINSON, A.M. (2012). Marketing de Hospitalidade e Turismo (4a.). São Paulo: Cengage Learning.
- MUÑOZ, D.M. (2018). Contribution to the concepts of fishing tourism and pesca-tourism. Cuadernos de Turismo, 42, 655–657.
- OMT. Introdução ao Turismo. Madrid, 2001.
- OMT. Recomendações internacionais de estatísticas de turismo (RIET). 2008.

- O PROGRESSO DIGITAL, 2019. Disponível em: <https://www.progresso.com.br/cidades/cota-zero-para-pesca-amadora-ja-e-realidade-em-diversos-estados/365926/>
- PARDO, C. & LADEIRAS, A. (2020). COVID-19 “tourism in flight mode”: a lost opportunity to rethink tourism – towards a more sustainable and inclusive society. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 12(6), 671–678. <https://doi.org/10.1108/WHATT-07-2020-0064>
- PEREIRA, C.H., MARTINS, P.C.S., Lunas, J.R.S., & Aquino, J.M. (2014). Efeito multiplicador do turismo na fronteira entre Brasil e Paraguai. *Turismo & Sociedade*, 7(4), 815–837.
- RAHMAFITRIA, F., SURYADI, K., OKTADIANA, H., PUTRO, H. P. H., & ROSYIDIE, A. (2021). Applying knowledge, social concern and perceived risk in planned behavior theory for tourism in the COVID-19 pandemic. *Tourism Review*, 76(4), 809–828. <https://doi.org/10.1108/TR-11-2020-0542>
- RAHMIATI, F. WINATA, A. (2020). Destination Marketing To Improve Domestic Tourists’ Return Intention. *International Journal of Applied Sciences in Tourism and Events*, 4(2), 86–94. <https://doi.org/10.31940/ijaste.v4i2.1979>
- RAMOS, Célia. Os sistemas de informação para a gestão turística. *Tourism & Management Studies*, ISSN 2182-8458, ISSN-e 2182-8466, N°. 6, 2010, págs. 107-116.
- RESENDE, Emiko Kawakami de. Pulso de inundação: processo ecológico essencial à vida no Pantanal [recurso eletrônico] / Emiko Kawakami de Resende. – Corumbá: Embrapa Pantanal, 2008. 16 p. (Documentos / Embrapa Pantanal, ISSN 1981-7223; 94).
- RESOLUÇÃO SEMAC N° 03 DE 2008 - Cota de Pescado para Pesca Amadora. Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/wp-content/uploads/2015/11/Resolu%C3%A7%C3%A3o-semac-n.-03-2008-Cota-10-kg-1ex-5-pir-2008.pdf>.
- RODRÍGUEZ, P.D. & DARIAS, A.J.R. (2021). Tenerife learning from Covid in the Canary Islands. Fishing-tourism as a proposal for economic diversification in Tenerife. *BARATARIA Revista Castellano-Manchega de Ciencias Sociales*, 30, 9–29.
- SEBRAE. Cadeia produtiva do turismo: Cenários econômicos e estudos setoriais. Recife, 2008.
- SEBRAE. Turismo no Brasil: Termo de referência para a atuação do Sistema SEBRAE. Brasília, 2010.
- SILVA, Gislainy Laise da; FILHO, Luiz Mendes; JÚNIOR, Sérgio Marques. Análise da Percepção dos Consumidores de Meios de Hospedagem em Relação ao Uso das Online Travel Agencies (OTAs). *Rev. Bras. Pesq. Tur.* 13 (1) • Jan-Apr 2019 <https://doi.org/10.7784/rbtur.v13i1.1468>

- SILVA, João dos Santos Vila da; ABDON, Myrian de Moura. Delimitação do Pantanal brasileiro e suas sub-regiões. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, v. 33, número especial, 1998. In <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/pab/article/view/5050>, acessado em 24/05/2021.
- ŠKARE, M., SORIANO, D.R., & PORADA-ROCHÓN, M. (2021). Impact of COVID-19 on the travel and tourism industry. *Technological Forecasting and Social Change*, 163(November 2020). <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2020.120469>
- TAVARES, Jean Max; NEVES, Otaviano Francisco. O processo de desintermediação dos serviços turísticos: uma análise em um segmento de classe média com alta escolaridade. *Observatório de Inovação do Turismo - Revista Acadêmica*. Vol. VI, nº 1, Rio de Janeiro, MAR. 2011.
- TURNER, R. S., & ROSENTRUB, M. S. (2002). Tourism, sports and the centrality of cities. *Journal of Urban Affairs*, 24(5), pp. 487–492, 2002. <https://doi.org/10.1111/1467-9906.00133>.
- UNWTO. *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*. Department of Economic and Social Affairs, Statistics Division. Studies in Methods Series M No. 83/Rev.1, 2010.
- URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 2001.
- VĂRZARU, A.A., BOCEAN, C.G., & CAZACU, M. (2021). Rethinking tourism industry in pandemic COVID-19 period. *Sustainability (Switzerland)*, 13(12), 1–19. <https://doi.org/10.3390/su13126956>
- VIOLIN, F.L. & ALVES, G.L. (2017). Da pesca ao natural: Trajetória do turismo em Mato Grosso do Sul (1970 a 2015). *Sustentabilidade Em Debate*, 8(2), 130–146. <https://doi.org/10.18472/SustDeb.v8n2.2017.21382>

APÊNDICES

APÊNDICE I

QUESTIONÁRIO PARA GERENTES DE HOTÉIS

Bom dia! Esta é uma pesquisa realizada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e colaboradores, onde buscamos identificar a **importância social e econômica da atividade de pesca turística para o Pantanal**, e os **impactos** que esta possa estar sofrendo em virtude de possíveis alterações ambientais recentes na região. Sua colaboração é muito importante para a realização deste estudo, preenchendo este questionário, e as informações aqui cedidas serão mantidas anônimas e restritas para uso exclusivo desta pesquisa.

Número do questionário: _____

Nome do Entrevistador: _____ Data: ____/____/____ Hora da entrevista: _____:_____

Local da entrevista: _____

Nome do entrevistado: _____ Telefone: _____

Estabelecimento: _____

- A. Gênero: () Masculino () Feminino
B. Escolaridade: _____
C. Idade: _____ Natural de: _____

1. Quais os tipos de turistas o Hotel/Pousada/Racho recebe?

1. () Turista de pesca 2. () Outros.

Quais: _____

2. Qual a variação do preço da diária, sem refeições?

1. () De 100 a 200
2. () De 201 a 400
3. () De 401 a 600
99. () Não sabe

3. Qual a variação do preço da diária, com refeições?

1. () De 100 a 200
2. () De 201 a 400
3. () De 401 a 600
4. () Mais de 600
99. () Não sabe

4. Quantos leitos têm o estabelecimento?

1. () Menos que 10
2. () De 10 a 30
3. () Mais de 30 até 50
4. () Mais de 50 até 75
5. () Mais de 75
99. () Não sabe

| | |
|-----------|-----|
| A | [] |
| B | [] |
| C | [] |
| 1. | [] |
| 2. | [] |
| 3. | [] |
| 4. | [] |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| <p>5. Qual a taxa de ocupação na baixa estação?</p> <p>1. () De 10 a 20%</p> <p>2. () Mais de 20% e menos de 40%</p> <p>3. () Mais de 40%</p> <p>99. () Não sabe</p> | 5. [] |
| <p>6. Qual a taxa de ocupação na alta estação?</p> <p>1. () De 10 a 20%</p> <p>2. () Mais de 20% e menos de 40%</p> <p>3. () Mais de 40%</p> <p>99. () Não sabe</p> | 6. [] |
| <p>7. Qual a taxa de ocupação do estabelecimento durante o ano (média)?</p> <p>1. () De 10 a 20%</p> <p>2. () Mais de 20% e menos de 40%</p> <p>3. () Mais de 40%</p> <p>99. () Não sabe</p> | 7. [] |
| <p>8. Os hóspedes brasileiros provêm, sobretudo, de onde? (marque os locais citados)</p> <p>1. () São Paulo</p> <p>2. () Paraná</p> <p>3. () Santa Catarina</p> <p>4. () Rio Grande do Sul</p> <p>5. () Minas Gerais</p> <p>6. () Goiás</p> <p>7. () De Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul</p> <p>99. () Não sabe</p> | 8. [] |
| <p>9. Os hóspedes estrangeiros provêm, sobretudo, de onde? (marque os locais citados)</p> <p>1. () Europa</p> <p>2. () América do Sul</p> <p>3. () América do Norte</p> <p>4. () América Central</p> <p>5. () África</p> <p>6. () Austrália/Nova Zelândia</p> <p>7. () De Mato Grosso ou Mato Grosso do Sul</p> <p>99. () Não sabe</p> | 9. [] |
| <p>10. Qual o percentual de estrangeiros entre os hospedes do estabelecimento?</p> <p>1. () 10 até 20%</p> <p>2. () Entre 20% e 40%</p> <p>3. () Entre 40 e 60%</p> <p>4. () Mais de 60%</p> <p>99. () Não sabe</p> | 10 [] |
| <p>11. Dos meios de transporte que seus hóspedes utilizam:</p> <p>1. () quanto por cento utilizam Avião</p> <p>2. () quanto por cento utiliza carro</p> <p>3. () quanto por cento utiliza Ônibus</p> <p>4. () Outro. Qual: _____</p> <p>99. () Não sabe</p> | 11. [] |
| <p>12. Qual o tempo médio que eles permanecem no estabelecimento na baixa estação?</p> <p>1. () Um a dois dias</p> <p>2. () De três a cinco dias</p> <p>3. () De seis a 10 dias</p> <p>4. () Mais de 10 dias</p> <p>99. () Não sabe</p> | 12 [] |
| <p>13. Qual o tempo médio que eles permanecem no estabelecimento na alta estação?</p> <p>1. () Um a dois dias</p> <p>2. () De três a cinco dias</p> <p>3. () De seis a 10 dias</p> <p>4. () Mais de 10 dias</p> <p>99. () Não sabe</p> | 13 [] |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| <p>14. Em média, durante o ano, qual o tempo que eles permanecem no estabelecimento?</p> <p>1. () Um a dois dias</p> <p>2. () De três a cinco dias</p> <p>3. () De seis a 10 dias</p> <p>4. () Mais de 10 dias</p> <p>99. () Não sabe</p> | <p>14 []</p> |
| <p>15. Em média, quanto os hóspedes gastam no estabelecimento (incluindo diária, e outros gastos com barco, pilotoiro, refeições, passeios etc.)?</p> <p>1. () De cem a 300 reais</p> <p>2. () De 301 a 500 reais</p> <p>3. () De 501 a 700 reais</p> <p>4. () De 701 a 900 reais</p> <p>5. () Mais de 900 reais</p> <p>99. () Não sabe</p> | <p>15 []</p> |
| <p>16. Quantos empregados diretos o estabelecimento tem?</p> <p>1. () De um a três</p> <p>2. () De quatro a oito</p> <p>3. () De nove a doze</p> <p>4. () De treze a 17</p> <p>5. () Mais de 17</p> <p>99. () Não sabe</p> | <p>16 []</p> |
| <p>17. Quantos empregados indiretos o estabelecimento tem (pilotoiro, etc.)?</p> <p>1. () De um a três</p> <p>2. () De quatro a oito</p> <p>3. () De nove a doze</p> <p>4. () De treze a 17</p> <p>5. () Mais de 17</p> <p>99. () Não sabe</p> | <p>17 []</p> |
| <p>18. Qual o faturamento bruto mensal do estabelecimento?</p> <p>1. () Menos de 100 mil reais</p> <p>2. () Mais de 100 mil e menos de 200 mil reais</p> <p>3. () Mais de 200 mil reais e menos de 300 mil reais</p> <p>4. () Mais de 300 mil e menos de 500 mil reais</p> <p>5. () Mais de 500 mil reais</p> <p>99. () Não sabe</p> | <p>18 []</p> |

APÊNDICE II

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA ATORES CHAVES NA RHP

Nome. _____

Idade _____

Gênero: () Feminino () Masculino () Outro / Não sabe

Profissão: _____

1. Como se encontra a atividade de pesca hoje na cidade e nos arredores? E antes como era?
2. O turismo de pesca hoje é melhor ou pior do que antes? Por que?
3. Quais as razões principais da mudança?
4. Ouviu falar dos Empreendimentos Hidrelétricos construídos ou em construção na região? Acha que eles podem modificar as atividades da pesca e do turismo de pesca? Como?
5. O que o/a senhor/a acha que o Poder Público deveria fazer para melhorar a situação?

(Na dependência da resposta e da natureza do entrevistado, o entrevistador deverá fazer outras perguntas para aprofundar a resposta dada)

APÊNDICE III

QUESTIONÁRIO – MEIOS DE HOSPEDAGEM – BARCOS HOTEIS

Bom dia! Esta é uma pesquisa realizada pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília e colaboradores, onde buscamos identificar a importância social e econômica da atividade de pesca turística para o Pantanal, e os impactos que esta possa estar sofrendo em virtude de possíveis alterações ambientais recentes na região. Sua colaboração é muito importante para a realização deste estudo, preenchendo este questionário, e as informações aqui cedidas serão mantidas anônimas e restritas para uso exclusivo desta pesquisa.

Filtro: Aplicar o questionário apenas a pessoas que vieram pescar, ou pescar e outras coisas.

Número do questionário: _____

Nome do Entrevistador: _____ Data: ____/____/____
entrevista: ____/____/____

Hora da

HOTEL/POUSADA/RANCHO: _____ Estado: MT () MS ()

Nome do entrevistado: _____

1. Hóspede: – *mais de um quando se trata de família*

1.() um 2.() dois 3.() três 4.() quatro ou mais

2. Proveniente de:

Cidade: _____ Estado: _____

3. Tempo de estada na cidade e dias de pesca:

1. Estada: _____ dias 2. Pesca _____ dias

4. Idade: _____ anos (*Do hospede respondente*)

5. Nível de escolaridade: (do respondente)

1.() sem escolaridade/analfabeto

2.() ensino fundamental

3.() ensino médio

4.() ensino superior

5.() pós-graduação

6. Renda Mensal (em salário mínimo – SM): do respondente

1.() menos de 1 SM

2.() 1 a 3 SM

3.() 3 a 5 SM

4.() 5 a 8 SM

5.() 8 a 10 SM

Atenção
Não
preencha
esta
coluna

1. []

2. []

3. []

4. []

5. []

6. []

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 6. () mais de 10 SM | |
| 7. Transporte utilizado (se necessário marque mais de um): 1. () avião 2. () veículo particular 3. () veículo alugado 4. () ônibus 5. () outro _____ | 7. [] |
| 8. Quais valores gastos: 1. Com a hospedagem no barco hotel? R\$ _____ 2. Com transporte? R\$ _____ 3. Com o meio de hospedagem? R\$ _____ 4. Com alimentação (restaurantes, lanchonetes)? R\$ _____ 5. Com outros gastos (combustível, aluguel de barco, isca)? R\$ _____ | 8. [] |
| 9. Com que frequência você visita este local para fim de pesca? 1. () uma vez no ano 2. () mais de uma vez no ano 3. () primeira vez 4. () Outro | 9. [] |
| 10. Caso você não estivesse realizando esta atividade turística aqui, haveria outra localidade perto do seu local de origem em que você quisesse ir para realizar atividade semelhante? 1. () Não; 2. () Sim, em Cidade _____ Estado: _____ | 10. [] |